



MOACYR PAIXÃO E SILVA



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 - 2018

SOBRE UMA GEOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda - v. 38



NOTA EXPLICATIVA SOBRE ESTE LIVRO ELETRÔNICO

Os direitos sobre os textos contidos neste livro eletrônico são reservados ao(à) seu(sua) autor(a) e estão protegidos pelas leis de direito autoral. Esta é uma edição eletrônica, não comercial, que não pode ser vendida nem comercializada em hipótese nenhuma, nem utilizada para quaisquer fins que envolvam interesse monetário. Em caso de citação acadêmica deste E-book, todos os créditos e referências devem ser dados ao(à) autor(a), a Academia Amazonense de Letras e a Reggo Editorial.

Este projeto foi contemplado pelo "Programa Cultura Criativa, 2020 / Lei Aldir Blanc – Prêmio Feliciano Lana" do Governo do Estado do Amazonas, com apoio do Governo Federal, Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Fundo Nacional de Cultura.



Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda – v. 38

SOBRE UMA GEOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

MOACYR PAIXÃO E SILVA



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
(1918-2018)



**DIRETORIA
BIÊNIO 2020/2021**

Presidente

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Vice-Presidente

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Secretário-Geral

EULER ESTEVES RIBEIRO

Secretário-Adjunto

ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

Tesoureiro

ABRAHIM SENA BAZE

Tesoureiro-Adjunto

FRANCISCO GOMES DA SILVA

Diretora de Patrimônio

CARMEN NOVOA SILVA

Diretora de Promoções e Eventos

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Diretor de Edições

JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Conselho Fiscal

MARIA JOSÉ MAZÉ SANTIAGO MOURÃO

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

Conselho Fiscal – Suplentes

SERGIO VIEIRA CARDOSO

JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

CEP.: 69010-120 – Centro de Manaus

Manaus-Amazonas

Tel./Fax: (92) 3342-5381

Site: academiaamazonensedeletras.com

E-mail: academiadeletras.am@gmail.com

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	7
Da mesa do editor	9
Sobre uma geografia social da Amazônia	11

© **Moacyr Paixão e Silva**, 2021

Coordenação Editorial
José Braga

Comissão Editorial

Marcos Vilaça, Elson Farias, William Rodrigues, Bernardo Cabral, Lafayette Vieira,
José Braga, Carmen Novoa Silva, Dom Luiz Vieira, Márcio Souza, Almino Affonso,
Aristóteles Alencar, Sergio Cardoso, Artemis Soares.

Produção Editorial

Marcicley Reggo, Dayana Teófilo

Capa e Projeto Gráfico

Marcicley Reggo

Imagem da capa

© twenty20photos/Envato

Digitalização dos originais

Roumen Koynov

Ficha catalográfica

Ycaro Verçosa dos Santos – CRB-11 287-AM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P149s Silva, Moacyr Paixão e

Sobre uma geografia social da Amazônia. Manaus:
Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021.

Edição digital (formato .pdf)
Coleção Pensamento Amazônico.
Série João Leda – v. 38;

ISBN 978-65-86325-73-7

1. Amazônia 2. Geografia humana I. Título

CDD 981.11

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei n.º 10.994,
de 14 de dezembro de 2004. Todos os direitos reservados (Lei 9.610/98).
Partes desta publicação poderão ser citadas, desde que referenciada a fonte.

2021

REGGO EDITORIAL

Rua Rio Javari, 361

N. Sra. das Graças – Sala 303

69053-110 – Manaus-AM

REGGO

Fone: (92) 98817-0172

@editorareggo

PALAVRA DO PRESIDENTE

Robério dos Santos Pereira Braga

Moacyr Paixão e Silva, filho de Arthur Paixão, ao escrever *Sobre uma geografia social da Amazônia* já havia publicado o seu *Formação econômica do Amazonas*, datado de 1940, lançado pela editora Globo, no Rio Grande do Sul, certamente porque a edição de obras em Manaus ainda não se recomendava pela qualidade gráfica.

Ao editar esta obra pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, na capital amazonense, em 1943, Moacyr Paixão como ficou conhecido, conseguiu alguma qualidade editorial, mas reconhecia de logo, até pelo subtítulo do livro, que não se tratava de obra pronta e acabada, mas de um “ensaio para uma obra maior”, tal como sinalizava.

Tendo feito sua formação intelectual em Manaus, ainda estudante participou da fundação do Centro Acadêmico “Armando Salles,” e foi seu primeiro presidente, em 1937, ao lado de Ney da Costa Rayol, Paulo Mendes, Kleber Souza Brasil, Newton Vieiralves e outros, e, pouco depois, integrou a diretoria do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito do Amazonas, com Henoch Reis e Ivan Cintra.

Escreveu em jornais, especialmente em *O Jornal*, de Manaus, do qual foi redator durante algum tempo, destacando-se pela facilidade na abordagem de temas variados e de ocasião, mas, também, sobre assuntos de interesse para a confirmação da economia regional, em pleno Estado Novo. Colaborou na revista *Literatura*, editada no Rio, ocasião em que esteve ao lado de Oto Maria Carpeaux, João Climaco, Astrojildo Pereira e Floriano Gonçalves, no final da década de 1940.

Seus estudos sobre geografia regional o credenciaram a ser o representante oficial do Estado do Amazonas na Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no Rio de Janeiro, em 1960, designado pelo governo estadual, ocasião em que fez questão de que essa representação se fizesse sem ônus para o povo amazonense.

Chegou à Academia Amazonense de Letras ao tempo do ingresso de outros ilustrados escritores, como Djalma da Cunha Batista, Mário Ypiranga Monteiro e Araújo Neto, pelos anos 1940, fase que se pode considerar de grande expressão para a produção literária no Amazonas, mas logo depois retirou-se para fixar residência no Rio de Janeiro, deixando de manter relações mais próximas com a instituição e seus membros.

Como se vê, são raros os trabalhos de sua lavra, o que, por si só, justificaria a reedição dessa obra, não fosse também das mais consideráveis do seu tempo, especialmente focada nos aspectos fundamentais da geografia social, em fase na qual pouco ou quase nada se discutia sobre o tema, especialmente no Norte do País.

A inclusão desse título - *Sobre uma geografia social da Amazônia* - na Coleção do "Pensamento Amazônico", Série João Leda, é não só homenagem ao autor como um dos titulares do Silogeu, como se presta a abrir possibilidade para mais amplo conhecimento de seu estudo que, à época, teria sido muito bem considerado pelos estudiosos e cultores das letras e ciências.

DA MESA DO EDITOR

Acadêmico José Braga

O livro constitui a principal e mais genuína vocação das academias de letras, uma espécie de missão sempre inconclusa e desafiadora.

Criação engenhosa do mundo novo virtual, o “livro sem papel” muito contribuirá para a difusão e democratização do conhecimento.

Acompanhando os novos tempos, a Academia Amazonense de Letras reuniu 40 obras de seu precioso acervo, que foram vigília e foram luz nesta Casa, legado intelectual de nossos antecessores, cujas edições se acham esgotadas, revitalizando-as e disponibilizando-as sem qualquer custo para a atual e futuras gerações de leitores.

Um resgate de parte do que, ao longo da centenária e luminosa trajetória deste silogeu consubstancia o que se pode chamar de Pensamento Amazônico, inspirado no ideal acadêmico.

Com o uso da nova tecnologia, amplia-se consideravelmente o acesso dos leitores à produção intelectual acadêmica, popularizando-se cada vez mais o livro e sua função libertadora.

Festejemos, pois, esta conquista!

Casa de Adriano Jorge, setembro, 2021.

MOACYR PAIXÃO E SILVA

**SOBRE UMA
GEOGRAFIA
SOCIAL
DA AMAZÔNIA**

ENSAIO
PARA UMA OBRA MAIOR

DIVULGAÇÃO

DO

D. E. I. P.

MANA'US

AMAZONAS

1943

DO AUTOR:

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO AMAZONAS.

Tese ao III Congresso Sul-Riograndense de
História e Geografia. Porto Alegre, 1940.

**A FUNÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E O DESTI-
NO CONTINENTAL DO RIO AMAZONAS.**

Conferência no Instituto Brasileiro de Cultura.
Rio, 1941.

RAIZES ECONÔMICAS DA AMAZÔNIA.

Conferência na Faculdade de Ciências Eco-
nômicas. São Paulo, 1941.

**ESPÍRITO E EVOLUÇÃO DO TRABALHO
NA AMAZÔNIA.** Conferência no Instituto de Di-

reito Social. Manaus, 1942.

Como Explicação

O ensaio que se segue, eu o escrevi para o X Congresso Brasileiro de História e Geografia em curto e atribulado espaço de tempo. Ao inicia-lo, guiava-me na convicção de que só por um esforço desmedido e constante chegaria a dar-lhe estruturamento e finalização a meu gosto. Um enorme abatimento moral, todavia, fruto do estado desesperador em que se achava uma pessoa querida, — IRAÍDE, minha nobre amiga de infância e esposa amantíssima — debilitava-me o trabalho, não obstante os desvelados incentivos com que ela, de seu leito, jamais deixou de imprimir aos meus propósitos de amazônólogo principiante. Em cinquenta dias arquitetei e escrevi SOBRE UMA GEOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, por certo falha, bruta, sofregamente traçada à luz da síntese interpretativa dos nossos fenômenos de vida geográfica, social, econômica, histórica. Apenas faltava o reparo final e a transposição datilográfica. Nesse interim, chega o desenlace tão temido. Ante tal adversidade, desisti de acorrer ao Congresso. Cessou o prazo das adesões. Prorrogaram-no, por mais dois meses. Amigos me animaram a aproveitar a oportunidade. Acedi. Então, ser-me-ia fácil ampliar, robustecer as diretrizes antropogeográficas que avocava à tese. Certamente, procedendo assim, eu teria atendido melhor à análise fria dos eruditos que me vão lêr e à própria insofreguidão da crítica. Mas o meu lado emocional derrotou o intelectual. Optei por guardar a inteireza das mesmas páginas que IRAÍDE tinha sido a primeira a lêr e aplaudir. Conservo-as sob o sabor esquisito daqueles dias angustiados. Para outros, SOBRE UMA GEOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA pode exprimir fraca ou densa quota amazônóloga. Encaro-a, essencialmente, como um teste de invencível saude.

* * *

Grande parte da bibliografia utilizada, devo-a à gentileza do professor AGNELLO BITTENCOURT. Gratíssimo lhe fico. Também agradeço a valiosa ajuda que me prestaram, para certas conclusões a respeito de currais e vaqueiros do Rio Branco, que eu não conhecia e sobre cujas condições raros elementos tinha para consulta, os drs. JULIO CERQUINHO e LUCIO DE ARAUJO LIMA.

* * *

Um amigo — dr. GEBES MEDEIROS, que respondia pela direção geral do DEIP na ausência do titular, dr. JOSÉ LUIZ DE ARAUJO NETTO — ofereceu-se para publicar meu ensaio, em cumprimento ao programa de incentivo cultural a que se votara esse órgão do governo. Relutei, mas me venceu a insistência prestimosa. Começamos os trabalhos de composição litográfica, às pressas, para que eu comparecesse ao Congresso assim ousadamente, com uma pequenina obra já impressa, transpondo meus merecimentos próprios, que neste particular se restringiam, tão só, a uma viagem aos cestos de papel. À chegada, em Manaus, do dr. ARAUJO NETTO, o Congresso readiara sua instalação. Preferimos não esperar, acordando concluir a vestimenta gráfica de SOBRE UMA GEOGRAFIA SOCIAL DA AMAZONIA, já agora para publica-lo como pura obra de divulgação do DEIP.

Manaus, Julho, 1943.

MOACYR PAIXÃO.

EXPLICAÇÃO DA HISTÓRIA PELA GEOGRAFIA.

O HOMEM E A PAISAGEM

Aquelas sérias discussões, de há muito executadas derredor dos conceitos antropogeográficos que fizeram escola em Ratzel e La Blache, até hoje não caíram de importância nem de oportunidade. Equilibram-se, ainda, as razões em debate, pelo próprio corpo de análise que as fundamenta e em atenção àquelas leis de que falava, alhures, o professor Dretschmer, caracterizando diferencialmente a estrutura e o espírito dos agrupamentos humanos, cada qual subordinado às respectivas singularidades de geografia e de cultura. Proclamação científica, aliás, que se comprova na insistência e abundância de exemplos históricos, aqui e ali enxergados e sentidos.

Nem somos autômatos fatalmente dirigidos, tão pouco somos autômatos caprichosamente arbitrários. Si la tierra hace al hombre, también el hombre hace la tierra con su trabajo, entenderam Brunhes e Vallaux numa adaptação ratzeliana que se investe dum sentido eclético e conciliatório, do ponto de vista sociológico. (1) Homem, natureza, suas vontades, não podem ser em extremo abstratos e lógicos, mas ao invés disso, aceitam-se, completam-se, voluntária ou involuntariamente. Conexionam-se, os fatos humanos e os geográficos, tendo os segundos responsabilidade remota ou próxima na caracterização dos primeiros.

Em consequência, muitos são os solos e climas que influem nas representações coletivas do homem, guiando sua frequência antropológica, suas fórmulas de trabalho, índice de concentração ou dispersão social, costumes, modalidades de gênio, artes, lendário. Ao reverse, inúmeras outras naturezas existem que pouco passam de um suporte rígido e raros reflexos experimentam nas aculturações dos povos. Meio e homem trocam entre si suas dependências, tanto mais passivas ou ativas, tanto mais partidárias quanto mais gradação de cultura, material ou espiritual, este último elemento aplique às suas ações. Daí, por exemplo, porque se diversificaram os tipos humanos brasileiros, caracterizados mixtamente, em bôa parte à custa dos ambientes e das condições de adaptação.

Na prática, até, um povo jamais se expoz, impunemente, às correlações com os meios virgens, e nenhum exemplo histórico foge à regra de uma desmoralização cultural perante as fatalidades, maiores ou menores, dum ou doutro complexo geográfico. Importa dizer que mesmo as mais conservadoras tendências daqueles grupos migratórios que fizeram trabalhos de colonização, postas nessa inter-ação, anularam-se e modificaram-se. Isso sucedeu, inflexivelmente, com povos que entronaram seus ambientes coloniais com psicologias de aventuras, todas elas palco e tela de façanhas que galardoassem conforto e enriquecessem bruscamente.

Explicou-se também assim o caráter da história amazônica. Aqui aportando, em pleno estádio da revolução comercial que inflamava a Ibéria, os portugueses

precisaram mudar de orientação cultural, e então, por efeito dos gráus de mobilidade e miscibilidade que são apanágio do homem de aventuras, inventaram os elementos todos que deviam obrar na dura aclimatação tropical. O devassamento, a conquista, o povoamento, as explorações, as maneiras de trabalho que o homem realisava, as atitudes e o espiritualismo, enfim, dessa sociedade transplantada, acomodaram-se às condições espaciais, por uma ética servil de adaptação cuja base exclusiva outra não foi, evidentemente, sinão a lógica do menor esforço.

Com o luso o fenômeno em questão trilhou séculos, reproduzindo-se, mais tarde, contra o emigrante do nordeste. Mais a carater, aliás, esse tipo exprimiu a teoria das adaptações biológicas e sociais. No sertão, de um certo modo, ele atentava às contingências do ambiente. Praguejava contra o sol e se enchia de preces para que a chuva não tardasse. Preferia ser vaqueiro e agricultor, em atenção às facilidades que o lugar lhe oferecia. Ali a categoria geográfica esclareceu os lineamentos de sua energia e o aprumo de sua civilização.

Mudando de habitat, o nordestino encarcerava-se à terra típica, de florestas em campos de agua. Assimilou-se pelo meio. Fez sua adaptação derredor dos fatores que aqui já encontrou. Incorporou-se àquelas emanações mesológicas, botânicas, recolhendo, para arrazoar sua existência adventícia, uma economia alimentar, medicinal, de troca, as sensações, os costumes, as falas, os equilíbrios todos, em suma, para aquilo que lhe é orgânico e psicológico. Obrava ao geito do luso, na mesma identidade de aclimatação tropical, justamente porque encarnava a

mesma orientação de aventureiro, impulsos idênticos que só se dirigiam ao enriquecimento rápido, ao ganho a todo custo.

Ora bem. Contrariando aquela lei antropogeográfica de que o meio age mais rudemente sobre o homem por efeito de seu aparelhamento interior — principalmente através dos alimentos e emoções — na Amazônia rural, o que se verificou, com regular constância, foi o meio exterior atuando, dirigindo as fórmulas e as fazes do trabalho, fazendo explicações nos ritmos gerais de vida, inclusive nos planos de habitação, deslocamento no espaço, sedentarismo, higienização, pobreza. A fisionomia geográfica, as influências climáticas, os relevos geológicos, mas sobretudo a paisagem fluvial, o prestígio irrefragável do rio enorme e absurdo, marcaram uma importância decisiva na história do Vale.

Não foi lutando contra as águas, e sim aliado a elas, que o conquistador tomou pé na região, violou-lhe os mistérios, penetrou, colonizou, definiu um magnífico drama de posse e domínio. Os fastos todos dos séculos XVI, XVII e XVIII o conquistador os escreveu, para nós, ao longo dos rios e baías, dos paranás, furos, igarapés, lagos. Nas estradas que andam navegavam os batedores do sertão, os soldados, comerciantes, padres, governantes, cientistas, embarcados na montaria, na ubá ligeira e sem quilha, nas igaras de maior cavernagem. Acima ou abaixo, a remo ou à vela, flotilhas de canôas, de todos os tamanhos, investiam contra a floresta emaranhada, devassando-lhe a espessura e o mistério. Só assim, a mercê do rio, corria o drama de penetração e povoamento. As águas

eram o caminho da canôa. E a canôa era o instrumento consumado de marcha, elemento essencial de adaptação do homem às zonas tropicais. Mais que o cavalo nas regiões pastoris, ela representou um papel importantíssimo na integração territorial da nacionalidade.

A selva a rigor não foi barreira, porque o rio, utilizado como linha natural de circulação e comunicação, levou às zonas mais afastadas os fatos e as manifestações humanas. Dispondo à sua imagem as atitudes do homem, acomodando-lhe as capacidades e os procedimentos, esse agente geográfico apareceu fundamental, e só graças a ele escrevemos em tres séculos uma história cheia e agitada, cujo espaço não se resumiu na costa atlântica e no estuário, foi aos sertões escondidos, espalhou-se sobre imensas longitudes.

Um conjunto de outras influências geográficas de ação exterior acompanhou, determinando às vezes, o rumo dos acontecimentos históricos em que fizemos personalidade. Selvas, águas, campos, terrenos firmes e várzeas, mangues e igapós, identificaram a seu modo perspectivas de ordem econômica e social variáveis, em cujas utilidades o homem abraçava o proveito que o capacitasse a realizar, comodamente, seus esforços de adaptação.

A própria geografia das distâncias, isolando o homem, estabelecia para ele consequências desastrosas à ordem social e moral, dificultando os processos de aculturação progressiva que só nascem pelo contacto, perturbando sua psicologia, enchendo de superstições sua contextura religiosa. A falta de comunicações e o não policiamento de lugares centrais, no ciclo colonial, favoreceram a crimi-

nalidade cunhamena e abrigaram, ainda mais, toda sorte de fenômenos introvertidos, escritos naquelas latitudes para perturbar as curiosas áreas de socialização nativa. O concubinato era a regra nas relações de sexo. O roubo, a traficância, aquilo que no nordeste seria cangaceirismo, todo um rosário de desajustamentos puníveis encobria-se ali, abafado, moralizado, até, nos tamanhões da terra. Esses estoques de degenerescência coletiva, atingidos paralelamente às somas físicas da geografia local, espantaram, mais tarde, aos romanceadores do seringueiro, alguns, como Ferreira de Castro, protagonistas do drama selvagem, alarmante, mas lógico, epílogo dos conflitos em que o meio venceia.

As orientações humanas educaram-se, religiosamente, aos reflexos da paisagem. Zonas campestres como as do Rio Branco, Marajó e Baixo Amazonas, caracterisaram a faina dos currais, tipicamente completados, por imperativos locais, com o quadro original das marombas e dos vaqueiros-pescadores. As zonas de igapós, excessivas em embebição do solo, rigorosamente insalubres e sem motivos econômicos à mostra, essas permaneceram anecúmenas e de pouca ação histórica participaram, classificando-se antípodas às terras dos manadeiros, ricos de produção naturista, e principalmente aos aluviões, que atingiram maior aproximação daquele optimum, base material média da vida sócio-humana. Certas áreas mais intensamente povoadas que outras apenas dizem, pela lógica das nossas predisposições anteriores, que o espaço dignificou a sociabilidade.

Nota-se que o homem auscultou, outrora como ainda hoje, para fazer seus atos, as irradiações das forças naturais, acomodando-se àquelas causas geográficas que lhe não desperdiçassem tempo nem trabalho cansativo, e ajudassem-no nas resumidas concepções de sua existência. Exemplo magnífico dessa tese é aquele referente às cheias e vazantes fluviais, por onde se regulam verdadeiras fazes de trabalho do seringueiro, do pescador, do agricultor, do vaqueiro e até do comerciante regatão. Confirmam-na, ainda, as profundas ligações psicológicas entre os povoados e os rios, os primeiros equilibrados sempre à margem dos segundos, que lhes ajudavam como linha de defeza, elemento de acesso e transporte, de alimentação, de higienc.

Nos capítulos posteriores, mormente naquele em que estudar os fenômenos de aculturação da paisagem social em decorrência legítima das reações da paisagem geográfica, outros aspéctos passarão à luz, para reajustar de todo que, entre nós, a história em parte se explicou pela geografia, e o homem não se fez contraventor absoluto das leis do meio, mas ao contrário, acomodou-se a elas, quietamente como o caboclo da várzea e o próprio vaqueador dos currais anfíbios, quixotesicamente como o seringueiro amansador de desertos.

CONQUISTA DA TERRA E EXPANSÃO DE FRONTEIRAS

Desde o primeiro século da vida brasileira a Amazônia começava a receber invasores europeus. Partidas do Perú, sob o império de fortes necessidades econômicas, as monções de Orelana, Ursúa e Lopo de Aguirre se haviam atirado pela imensa artéria fluvial, de oeste para leste, até as bordas do Atlântico. Não chegaram a plantar pousos de civilização branca. Passaram apenas, ao sabor da correnteza, olhando admirados às sequências de imagens fortes, onde as águas, as matas e os povos desconhecidos, típicos habitantes daquele mundo diferente, provocavam as revelações mais lendárias do tempo.

Pouco importou que um Carvajal ou um Conte Pagan houvessem tentado os ibéricos com maravilhosas notícias, relatos mitológicos sobre as novas regiões, porque não ficou, de tais expedições, nenhum resultado de conquista. Esses milhões de quilômetros quadrados, que Tordezilhas legara à Espanha, por muito tempo tiveram de permanecer intáctos e brutos, sem um só risco de civilização ocidental.

E' verdade que lá na Europa, em muitos espíritos aventureiros e até em muitas côrtes de programa mercantilista, as cogitações derredor da Amazônia passaram a ocupar, de então em diante, a primeira essência das normas económico-políticas. Mas eram simples cogitações intentos de aventuras e conquistas. Nada mais.

Um século de vida brasileira passou assim. A Amazônia permaneceu inviolada. Somente no alvorecer do século XVII começou o reconhecimento do litoral amazônico, por gente vinda da Europa no intuito de fazer comércio com os nativos, de plantar feitorias que servissem de base às suas excursões de piratagem. Charles Leigh, Robert Harcourt, Edward Harvey, ingleses a serviço de James I da Inglaterra, Daniel de la Touche com inúmeros aventureiros franceses, Van Moor com holandeses, estabelecidos pelo labirinto dos rios, faziam exemplos bem vivos, significativos de perigo.

Em Portugal e Espanha, unidas a esse tempo sob a mão dos Áustrias, tais ameaças de piratagem estrangeira começaram a ser notadas e compreendidas. Vozes receiosas pregaram a necessidade urgente de eliminá-las para que, dessa forma, pudesse a interlândia ser incorporada ao real domínio luso-ispânico. O ponto mais ventilado era o da aproximação em que os intrusos se achavam das riquíssimas terras peruanas. (1) A propósito, Souza d'Eça não se cansara de pregar: Deste dicho Rio se poderá sacar la plata que viene del Pirú. (2)

Foi então que se iniciou o passo vigilante do português, do pernambucano, do maranhense e do nativo. Francisco Caldeira Castelo Branco, experimentado em campanhas idênticas, recebeu a incumbência de vencer os intrusos, desalojando-os das terras do extremo norte e ocupando-as para a corôa de Portugal. Tres embarcações e cento e cincoenta soldados compunham a expedição. Índios remeiros e flecheiros integravam-na. A

praticagem era francesa. Um regimento determinára-lhe as diretrizes, os planos de ação.

Cumprindo à risca as instruções recebidas em letras de lei, Castelo Branco procurou conhecer as virtudes da terra fertilíssima, sadia e de muito bons ares. Nos dezoito dias que durou a viagem navegou cautelosamente, com prudência, nunca andando à noite. Sondava aqui e ali, beirava a costa, fazendo as conhecenças com a região. Com o piloto Cochado traçou um roteiro, onde anotava os fatos mais importantes, indicava rumos, explicava particularidades, esboçava geograficamente o que via. Finalmente, como definição da conquista, instalou o poder ibérico pelo levantamento do Forte do Presépio, a cuja sombra se encostaria o burgo Nossa Senhora de Belem, pontos de apoio à expansão para o centro e bases de combate aos estrangeiros estabelecidos na interlândia.

Portugal, sem independência desde 1580, aparentemente fizera tudo isso obedecendo à Espanha. Mas a realidade foi bem outra. Suas atitudes, ele proprio as ditava. A Amazônia, que nascia para a exploração pelo homem ocidental, por isso mesmo recebeu um nome que deixasse bem viva a ideia de que a conquista se fazia por Portugal — Feliz Lusitânia. (3).

Começou, daí por diante, a obra de cimentação da conquista, pela expulsão dos estrangeiros da imensa região, pelo levantamento de núcleos brancos, de fortins a servir de amparo ao avanço para oeste. Soldados e índios, ao mesmo tempo que uniam forças para efetivar a posse lusa no terreno geográfico, começaram a miscigenação de raças, os conflitos de cultura, as desinteli-

gências de moral. Nos primeiros passos andados na região — região estranha, terra e agua a comandar vidas humanas — os conquistadores compreenderam os imperativos físicos que traçavam o sistema de ambientação local. Imperativos singulares, tão fortes e rigoristas, que para essa púgna, a ser travada entre o homem ultramarino e o meio enxarcado da Amazônia, o indígena foi chamado a intervir, mobilizado no seu contingente de forças já adaptadas. Homens de armas branquioides, vindos da Península para o batismo de fogo contra os mair de Ravardiere, mame-lucos fogosos de Pernambuco, índios nativos em transvio de cultura, uniram-se todos para a luta incessante que encheu os nossos primeiros tempos de experiência colonizadora.

Os fundamentos do novo Estado ibérico, criado nas margens do rio de Orelana, só podiam ser de ordem militar. Tudo ali autorisava gestos bélicos. Os aspéctos do meio despertavam fundas emoções de medo. A massa líquida impressionava. A terra era bárbara, singularmente hostil. O elemento humano, numerosíssimo, possuindo a ciência de tudo aquilo, mostrava-se perigoso. Um sentimento de explosão contra os intrusos eles o demonstraram desde os primeiros momentos, nos ataques nada cômodos dos Tupinambás. Ademais, bem por perto estavam ingleses, irlandeses, holandeses e franceses, feitorizados para a exploração comercial do Vale, tratando a terra para o cultivo da cana de açúcar e do tabaco, extraíndo madeiras, catando drogas naturistas. (4) Pacíficos negociantes ou soldados mercantilizados, não passavam de inimigos, sobretudo inimigos hereges. Sua

expulsão era fundamental para legitimar a conquista e a ocupação dos lusitanos.

A obra desses primeiros tempos, insisto, tinha de trazer uma côr acentuadamente militar. Em duas décadas sucederam-se as campanhas bélicas contra os intrusos, feitos concorrentes na exploração comercial das novas terras, e sucederam-se, de modo idêntico, contra algumas tribus revoltadas. Pedro Teixeira, Costa Favela, Maciel Parente, Pedro Baião, Jacome Noronha, Souza Chichorro e outros mais, experimentaram campanhas de sucesso, alcançando seguidas capitulações e sagrando seus nomes, com isso, na paisagem histórica desses tempos agitados.

Desbancada a competição daquelas nações, estabelecidos os portuguezes para a obra de expansão e colonização, a Côrte deu início ao levantamento do organismo burocrático, que devia zelar pelos seus interesses e, ao mesmo tempo, equilibrar as forças variantes da sociedade nova, pronta para evoluir. Pouco a pouco, ao léo dos homens que mandavam na Metrópole, sucederam-se os cargos para a administração colonial, desde o governador aos ouvidores, provedores, intendentés de comércio e agricultura, intendentés de marinha, câmaras municipais, bispados, num todo complexo e desunido, e ao lado dessa burocracia, impedindo ou tentando impedir abusos, desregramentos, excessos, um direito substantivo ainda mal disposto, que se admitia pela propria evolução da sociedade de que era membro. Vinham os regimentos governamentais, alvarás, provisões, editais, portarias, avisos, assentos, decretos, decisões do Conselho Ultramarino e outros papeis legislativos que acompanhavam, à luz de

interpretações especiais, todos os setôres e ângulos da nossa formação como colônia. Para os casos econômicos, sociais, políticos, para qualquer aspecto penalógico, civil, comercial, mesmo religioso, hora a hora amontoava-se a cadeia de resoluções, um direito positivo tão aparatoso como inútil, tendo-se em vista as dificuldades de aplicá-lo dentro da colônia, onde os ódios raciais, as paixões de natureza econômica e a própria vastidão fisiográfica complicavam as menores atitudes e eram outros tantos inconvenientes que se iam conjugar aos embates dos poderes e à anarquia dos servidores públicos.

Não obstante tal zelo da Côrte, desde o início a obra que Portugal levantava na Amazônia envergara aspectos acanhados. Livres não estavam, de vez, dos intrusos estrangeiros, e os moradores de Nossa Senhora de Belém já tinham necessidade de movimento. Para todos os serviços exigia-se a colaboração do índio. Para suprir qualquer necessidade o braço nativo aparecia fundamental. Não havia outra solução, a não ser aquela, que se mostrava em coloração de fortes imperativos econômicos. Sem trabalho escravo, sem mão de obra gratuita, desapareciam, para o luso, as bases de segurança, de classificação, de existência no novo ambiente.

Portugal, a esse tempo, via parar aos poucos o seu famoso ciclo de domínio das águas mediterrâneas. Notava suas atividades econômicas dificultosamente empreendidas, em vista do escasseamento das frotas da Índia. A entrada dos holandeses na Ilha de Ceilão e no Arquipélago Malaio causara um profundo abalo na sua opulência de Côrte da Renascença.

Ameaçada na extinção de sua glória comercial, essa Metrópole voltou-se para as terras muy férteis da Amazônia, ao tempo já gabadas em capítulos de uma literatura forte e apaixonada. Dizia-se, a respeito, que a interlândia se apresentava coberta de magníficas produções silvestres; sucedâneas daquelas valiosíssimas especiarias do Oriente que a Europa tanto consumia em usos de alimentação, fórmulas de farmacopeia, venenos ou adjuvantes aos êxtases religiosos. Falava-se até que ali havia ouro, ouro em abundância, tanto mais levando-se em conia as proximidades da região incaica e azteca, onde o minério já havia brotado e estava filtrando pelas bateias do homem hispânico.

De Lisbôa desceram instruções especiais, uma série amplíssima de ordens legislativas protegendo os gêneros, fazendo concessões, isentando de impostos, procurando, por muitos modos, erguer as energias do ambiente, explorar-lhe a produção espontânea e valorisar o trabalho do homem. Requisitava-se, lá da Côrte, uma política de exploração intensiva daqueles mundos interiores. Em consequência, a colonada em pezo encheu-se de movimento. Os favores do Estado casavam bem à sua vocação semita. A terra já estava conquistada. Ia ter início, agora, a história do deslocamento de fronteiras. (5)

De princípio o movimento havia sido ralo. Conhecia-se o Guamá, o Pacajá, o Xingú e o Amazonas da embocadura. A distância mais comprida, andada até então, chegara às cercanias do Tapajoz. Os que apresavam índios, ou os que catavam drogas, jamais largavam

esses lugares. Nem era preciso ir mais longe, que ali finham tudo.

Mas a jornada de Pedro Teixeira quebraria tal ritmo. Vinte e seis meses de fadigas, subindo e descendo as estradas que andam, serviram para apressar uma elasticidade de domínios geográficos, tal qual ela se faria, extensa, rápida, a cavaleiro do rio e empurrada pela força das necessidades econômicas, raiz profunda, a mais profunda de todos os movimentos de colonização. (6) Lá na Franciscana um marco ficou chantado em documento dessa vitória, numa positivação lindeira toda favorável a Portugal.

Para a gente de Nossa Senhora de Belém o feito de 1637 valeu como uma revelação. Desfez receios, lançou bases para o grande movimento expansionista que marcou, em côres fortes, sobre o território amazônico, títulos autênticos de posse e domínio.

Começou, desse geito, o ciclo da avançada rumo oeste. O bandeirante visitava recônditos, abria as portas ao sertão trancado, espontaneamente ou a mandado dos governos, estendendo, balisando os lindes da colônia, prefaciando aqueles tratados posteriores que exprimiriam, para nós, uma imensa soberania territorial. O Amazonas, o Solimões, o Tocantins, o Xingú, o Tapajós, o Madeira, o Negro, o Branco, o Urubú, o Japurá, o Juruá, o Içá, seus afluentes vários, conheceram visitas do português ou do mameluco, um e outro enérgico pioneiro, tangido, em suas atitudes de afoiteza, por aquelas mesmas leis geógrafo-econômicas que presidiram, na época, outras tantas aventuras e ilusões.

Na preagem de índios o Negro e seus braços foram os mais procurados, o Branco principalmente, porque ali a mercadoria humana aparecia consideravel. Bento Maciel Parente, segundo os cronistas conhecidos, foi o primeiro a avançar, em 1657. Veio seguidamente Costa Favela, depois Guilherme Valente, Manuel Braga, Belchior Mendes de Moraes, João Pais do Amaral, Diogo Rodrigues Pereira, Francisco Ferreira, Francisco Xavier de Andrade, Antonio de Miranda e Noronha, Cristovam Aires, José Miguel Aires, José Cunha Deça, Lourenço Belfort e outros e outros, numa lista imensa, cujos nomes a História não guardou bem. Transpunham corredeiras, varavam as selvas pelos caminhos dagua, venciam obstáculos que o meio agressivo lhes estendia, batalhavam contra índios, na sua heroica missão de bandeirismo. Jogavam para bem longe as linhas de limites dessa Pátria que ajudavam a construir. Izidoro Ferreira chegou à zona das cachoeiras, correndo as aguas buliçosas do Tiquié, do Waupés, do Içana. Francisco Xavier de Moraes cambou para o outro lado, subiu muito mais e foi penetrar em território hoje venezuelano, descobrindo a corrente do Cassiquiari, que faz ligação entre o Negro e o Orenoco.

No Solimões a penetração seria em mais larga escala. Era a via principal, donde se derivavam outras mais curtas e mais descentralizadas rotas. Pedro da Costa Favela, Manoel Coelho, Francisco Lopes, Antônio de Miranda e Noronha, Antônio de Albuquerque Coelho, Hilário de Sousa Azevedo, José Antunes da Fonseca; Bento Rodrigues de Oliveira, José Rodrigues Santarém, Aires de Sousa Chichorro, Belchior Mendes de Moraes, o

incansavel Eugênio Ribeiro, Gregório de Moraes Rego, Rodrigues Palheta, Lourenço Belfort, Francisco Xavier de Moraes e outros e outros da mesma estirpe de gigantes do paulista de calção de couro, que caminhavam contra as correntezas, rumo oeste, até a linha do Napo, em ponto peruano. E quantos outros não passaram ao arripio daquelas aguas amarelas, rumo de outros pontos, na mira de outros objetivos geográficos?

Somente as terras acreanas ainda permaneciam ignoradas. O resto da Amazônia portuguesa foi todo retalhado nesse ciclo de expansão territorial. O Araguari, o Cassiporé, o Oiapoque, para os lados de Caiena, conhecidos, frequentados, explorados, integravam-se, já, na nossa carta de posse. O Uraricoera, o Tacutú, o Maú, todo o sistema fluvial do Branco constituiria objeto de efetivo interesse e exploração. Mesmo o Rupununi passara a ser familiar às escoltas militares que se largavam das posições de São Joaquim. As partes venezuelanas do Cassiquari, a zona do Waupés, Tiquié, Içana, a rede fronteira do alto Solimões, inclusive o Napo, em pleno Perú de hoje, Santa Cruz de la Sierra, atual metrópole do Oriente Boliviano, todos esses pontos extremos foram tocados. Legitimávamos com esforços e sacrifícios, em operações militares, comerciais, religiosas, científicas, os direitos de posse histórica, por conquista e desbravamento, que iriam servir de títulos demarcatórios aos nossos posteriores acordos de fronteiras.

O missionário também era parte responsavel desse movimento, e para a efetividade dele concorria decisivamente, puxando uma larga vocação imperialista sobre

a selva, ajudando a preparar uma época que se assinalou em côres vivas, só vingada à sua maneira porque seus intérpretes souberam ser fortes. No anonimato de sua ação meia humana e meia geográfica repousa, porém, um fundamento maior. O catequista recuava fronteiras, penetrava como pioneiro, mas principalmente fixava o homem às zonas centrais. Não desgastava, conservava. Sua ação, pois, pertence mais a um capítulo de geografia do povoamento.

Tal ciclo de violação dos sertões desenvolveu-se, nos seus processos de movimento, dentro daquele sentido natural de que fala Basílio de Magalhães. Todo de dentro para fóra, em linhas descêntricas. Num drama à parte, cuja mira era o ouro, Antônio Pedroso, Antônio Raposo Tavares, Sebastião Pais de Barros, Pascoal Araújo, Manoel Felix de Lima, Joaquim Ferreira Chaves, José Leme do Prado, Leonardo de Oliveira, Jacinto San Payo, João de Souza Azevedo, João Pacheco do Couto e Lourenço de Almeida, todos esses, por sua vez, traçaram a outra marcha do bandeirismo amazônico. Traçaram o sentido inverso, que outra cousa não era sinão o mesmo movimento de expansionismo paulistano avançado para dentro do Vale maravilhoso, fronteirando por Maranhão, Goiaz e Mato-Grosso através das aguas do Tocantins, do Tapajós e do Madeira.

Logicamente, o bandeirante também parava, e não raras vezes. Ademais, porque seu trabalho mostrasse sempre inegavel investidura de proteccionismo official, reclamava-se que ele montasse, assim se fizesse necessário a pequena casaforte ou a fortaleza resistente, que assi-

nalassem a garantia das terras ocupadas. Gurupá, Desterro, Araguari, São Pedro Nolasco, São José do Rio Negro, Nossa Senhora da Barra, Pauxis, Macapá, Barcelos, Marabitanas, Tabatinga, São José, Santo Antônio, São Joaquim, Nossa Senhora de Alcobça, Bragança, são posições levantadas como fortalezas, grandes ou pequenas, a servir de amparo ao avanço que o português fazia no Vale.

A religião e o contingente armado, caminhando juntos na voz do missionário catequista e nos canhões das fortalezas, iam sendo como que um complemento imprescindível às outras forças comerciais, humanas de desbravação territorial. Uns ajudavam nos momentos bélicos, outros seguravam as almas para as conquistas de paz. Fosse por artes do português fardado, à paisana ou de batinas, aquela obra de ampliação de fronteiras sempre continuava a mesma, enorme, expressiva, influente, e os resultados políticos que ela representava só mais tarde seriam avaliados, nos conflitos da diplomacia destes confins americanos.

CIDADE E INTERLÂNDIA. ZONEAMENTO DE POVOADORES

Um século de vida à moda de caranguejos, arranhando as costas brasileiras, não serviu de lição aos aspectos da nova experiência portuguesa do século XVII, desta vez na melhor terra do mundo, no dizer clássico de Simão Estácio da Silveira. Formou-se na Amazônia uma sociedade sem consciência econômica, descontrolada nos processos de vida, sempre atrás do mais fácil para fazer sua estabilidade. Nada de agrícola nem de pastoril, tão pouco de sistema industrial. O que se definiu, de logo, para os novos colonizadores do Vale foi o aproveitamento comercial de tudo o quanto ali já se achava em pé de render. Usufrutuários das novas terras, não tentaram realizar obras sem resultados eficazes, imediatos. Seguiram, sim, o regime da apropriação naturista, cortando madeiras, colhendo cacáú, cravo, salsa, baunilha, urucú, breu, estopa, as originais drogas do sertão, como eram conhecidas. Extraíam os óleos, as resinas aromáticas, as raízes medicinais. Utilisavam aquilo que a natureza lhes entregava, farta, dadivosamente.

Só o sertão fornecia as drogas. Em resultado disso ninguém se emperrava nas cidades, e não foram poucos os colonos que daí se largaram pelo centro das terras, marchando para oeste, em tarefas que sensacionalisaram os primeiros momentos da nossa formação. Trocavam

uma vida simples, estavel, por outra vida de movimentos e choques, onde a coragem precisava ser posta de frente.

Quasi nenhuma crenista teve a lembrança de fixar esse fenômeno de desagregação das nossas cidades, corolário lógico das aventuras do sertão, muito em voga no espírito daquelas sociedades irrequietas. Importa acentuar, embora, que sem criarmos de princípio uma aristocracia do interior, fixada em domínios como aqueles que fizeram um nordeste enfeudado, alcançamos, desde o século XVII, uns aspectos curiosíssimos dessa luta entre a cidade e a interlândia, a última imprimindo melhor, com mais rigor, os caracteres de movimento e instabilidade que se impuzeram como credenciais definitivas nos nossos processos de existência colonial.

Belém, que durante largos períodos foi o núcleo mais progressista da região, sofreu bastante com esse quadro de dispersão. Talvez tenha bases nisso aquela fisionomia pobre com que a retratam os cronistas das nossas primeiras direções de existência política. Em 1653, ao tempo da chegada de Antônio Vieira, apresentava um aspecto de burgozinho acanhado, simples arraial de gente desorganizada, gente ociosa, sem ideal de trabalho e vivendo em estado de eterna insubordinação. Existia apenas como centro das ambições insaciáveis que dali se extendiam, à cata de riquezas. Ruas lamacentas e estreitas, casas de barro e cobertura de palha, sem nenhum alinhamento, mostravam que o povo ia vivendo levado pela desorganização do cenário. Faltava a esse embrião social aquele ar faustoso, arejado, ou pelo menos aquela obra mais acabada doutras cidades nascentes do então Estado do Brasil, e

isso se justifica pelo desinteresse do povo a toda ideia de estabilisação urbana. Propriedade imóvel jamais se irmanou com ânsia de expansão e aventuras. Num tempo em que uma sobrevive, a outra, necessariamente, tem de fracassar. Porque uma é sedentarismo, a outra é movimento.

A população branca do burgo, quando em 1734 se fez um censo jesuítico, mal chegava a cem famílias, a viver penúria extrema. E' da Câmara de Belém, neste ano, a pregação: Está este povo e os moradores em estado o mais miseravel, que se pode considerar; razão porque alguns nobres, conquistadores e povoadores, que derramarão seu sangue, e têm gasto as suas vidas, e fazendas, em serviço de Sua Magestade, e ajudado, a conquistar esta conquista, não trazem seus filhos, e familia a esta cidade, por não terem remeiros, que lhe comboiem, e remem as canoas, para virem aella, sendo cousa falivel, e incerta a navegação por mar; a qual não se pôde conseguir sem escravos, tanto que para esta festa passada do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, não vierão a esta cidade as familias de alguns nobres, por causa de suas filhas donzellas, não terem que vestir para ouvir missa, nem seos paes possuem cabedaes, para o comprarem. E' tão grande a miseria com que se vive nesta cidade, que todos, até os mais principais da terra, andão vestidos de panno de algodão grosso tinto de preto, e muitos, com o que compram por preço valor excessivo, como é a 300 reis a vara, sendo que nos annos passados não valia mais que 100 reis. (1)

Tal era a cidade, pobretona, acanhada. Casas de pouquíssimo conforto e nenhum adorno artístico. Gente muito pouca a maioria índios que se deixavam localizar entre os missionários. Nada de mulheres louças e custosas. Nada de ornatos caros, chamalotes, veludos e sedas, ou de festes e banquetes fazendo da vida novo paraíso, da descrição clássica de Fernão Cardim. Na Amazônia a pobreza de todos, e das mulheres principalmente, se acentuava em côres fortes.

Os colonos chegavam parcamente, atraídos pela liberalidade da Côrte e pela literatice louvamineira e colorida de Simão Estácio da Silveira, André Pereira, Manoel de Souza d'Eça, Frei Cristovam de Lisbôa, Gaspar de Souza, Maurício de Heriarte e outros vários, que riscavam a região ao sabor de exaltado entusiasmo. A quantidade maior de povoadores provinha de soldados, que se desligavam dos corpos de tropa na esperança de enricar com os frutos do sertão. Degredados, negros, suissos, até ciganos, representavam-se nesse esforço de aumento demográfico.

Na época de que fala o documento antes citado, quasi em metade do século XVIII, a população classificada do burgo, mais a das redondezas, não havia atingido a um número elevado. A emigração de casais só depois iria começar. Sem contar índios e pretos a estatística personalisa mil almas, a maioria desaclimatada, enfraquecida por lutas íntimas e sobretudo obediente, turibulária da paisagem em que vivia. Mil almas como aquelas que encontrou Buarque de Holanda no resto do Brasil colonial: ociosas, cultuando uma invencível antipatia ao

trabalho e a toda atividade que exigisse emprego de esforço. Mil almas como aquelas outras da visão de Paulo Prado: amando a preguiça e servidas de um poder sensual irrefreado.

Ao fidalgo inabordable, ao rude campônio, ao simples artífice, principalmente ao homem de armas, que ali viviam, a religião do trabalho indistintamente foi planta exótica. Com o batismo dos mundos amazônicos parecia nascer, nas gentes lá da outra banda atlântica, a preocupação de largos proventos, de enriquecimento facil. A lei do menor esforço sempre foi aplicada, jamais perdeu o rigor de norma na experimentação lusitana. He verdade que neste Paiz, com ser mui geral a ignorancia, a preguiça inda he mais poderosa, falava em carta, para a Côrte, o governador Souza Coutinho. (2)

Mas não se veja tudo isso com máus olhos. O processo do colonizador espanhol tambem foi o mesmo. A psicologia da sociedade ibérica desprestigiava as instituições do trabalho, via virtudes morais na contemplação, no êxtase, no afastamento das batalhas físicas. Para a compreensão do tempo, possivelmente as ações e reações humanas, aquelas que agissem derredor de qualquer atividade feita trabalho material, tiravam a dignidade. Prejudicavam, aviltavam. (3) Eis como se explica o fato, por demais anotado nas crônicas de antanho, da estima do branco pela indolência.

Não havia casa de boas posses que não estivesse guardada ciosamente num círculo familiar, o branco chefe de núcleo amparado no trabalho de seus fâmulos, fossem índios ou pretos. Nas mais abastadas crescia o

círculo em atenção ao maior número de escravos, assumindo o serviço uma divisão proporcional. Com os cametacaras, exemplos pálidos da nobreza olindense, viviam os maiores régulos da sociedade nascente, alguns até, como os Pantoja e Moraes Bitencourt, que tinham casas com centenas de pessoas, num mundo de produção própria.

Aqui não se vive em comum, mas em particular, — escreveria José da Serra ao Cardeal Mota — sendo a casa de cada habitante, ou de cada regulo destes uma republica, porque cada hum tem nella todos os officios que compõem aquella. (4) Sem serem dispersos, e ao contrário, apertados num ambiente que territorialmente pouco se extendia, os domínios urbanos da época imitavam ilhas isoladas, cuja vida, feita de si mesmo e para si mesmo, mantinha-se particularíssima, alheia daqueles sintomas de solidariedade que são alma e espelho dos regulares ajuntamentos sociais.

Deixar a cidade, que nada de imediatamente lucrativo poderia proporcionar, trocá-la pela interlândia, subir os rios rumo de oeste, era o mesmo que fazer fortuna. Nessa orientação psicológica exuberantemente aventureira, sobravam aquelas atitudes de desordem chafurdante, de instabilidade e dissolução, que se originavam e adquiriam estímulo nos imperativos antropogeográficos do exercício colonizador. Homens que não se aquietavam e tinham o mal das correrias, jamais poderiam dar outro sentido e estrutura ao sistema original que constituia sua ação no Vale. Muito movimento expandiu-lhes as atitudes, e até hoje essa herança peza sobre nós. Economicamente

submissos às riquezas espontâneas da floresta e do rio, penetraram, exerceram atividades de colheita em pontos centrais do território, sem todavia ligar-se pelo sedentarismo às zonas desgastadas. Por efeito mesmo dos seus rumos primitivos de exploração, abarcaram uma área exgotante do sertão, sem ocupá-la, até hoje, sob traços de continuidade. Dispersavam-se, em arrancos bruscos gerando pelo interior uma sociedade mestiça linear e rala, que só adquiria estrutura nas orlas fluviais e apenas em atenção às estradas líquidas não permanecia sob zonas estanques, inflexivelmente isoladas na paisagem matagosa e difícil.

Até meados do século XVIII a Metrópole não instituiu, nem para a cidade nem para a interlândia, um severo plano de trabalhos. Do particular também não se esperasse realizações, que ele, como já fiz sentir, marcava sua vida num sistema profundamente movel. A atividade mais forte e eficiente, de aproveitamento da terra e valorização do homem, provinha dos missionários, espalhados pelo sertão a fazer uma imensa obra de catequese. Belém, quando recebeu Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mano do celebríssimo Pombal, em nada havia progredido. Documento com a sua linguagem, espantado daquilo que enxergava: Esta cidade, quando eu aella cheguey, não fazia mais differença das Aldéas do matto, que ser povoada com mayor numero de moradores. e aesta propórçam ter mais hum par de casas, porem na construção dellas nem semelhança tinha de cidade civil. (5)

Na interlândia, também, quasi só os religiosos assinalavam marcos legítimos de civilização e povoamento,

aldeiando os nativos, esclarecendo-lhes mais justos destinos de existência, prendendo-os à terra, ensinando-lhes o trabalho sob aquelas diretivas psicológicas que fundamentam a moral cristã. Não dera resultados satisfatórios a instituição da propriedade territorial, pelas sesmarias, com que o governo pensou fixar o homem no Marajó, no Xingú, Cabo Norte e Tocantins. As fortalezas, os pousos militares, guardando zonas estratégicas, principalmente as de fronteiras, pouca importância ainda possuíam e só daí há décadas iriam aparecer como força de estabilização humana e coadjuvante social. Evidentemente, afóra o religioso, que pizara e permanecera no sertão, nos estuários, nos manadeiros, pelos paranás e lagos distantes, em meio da selva, fazendo como o índio uma civilização diferente e iniciando, desde então, a nossa longa e ininterrupta posse em muitos recessos territoriais, afóra as suas obras de fixação humana nada mais se constituía página impressionante de povoamento.

Tudo isso saltou aos olhos de Mendonça Furtado. Facil, logo, lhe foi conquistar, para a Amazônia, uma legislação abundante e equilibrada, com planos e instruções que definiam um forte anseio de refinamento colonizador. Novos órgãos políticos vieram alargar capacidades funcionais. A carta-régia de 3 de Março de 1755 deu vida à Capitania de São José do Rio Negro, em obediência aos imperativos de garantir o alto sertão. As antigas missões transformaram-se em vilas e povoados. Surgiu o Diretório, rebento pombalino, como traço de transição para a completa liberdade e aproveitamento social dos índios. Foi tentada a delimitação das fronteiras com a Espanha.

Portugal encheu-se de atenção pela sua colônia americana. Introduziu a moeda, regulou preços, disciplinou produções, incentivou o aproveitamento e a efetiva ocupação das terras, deu garantias, localizou o homem nalguns pontos.

Não podia ser esquecido o fundamental problema do povoamento. Soldados, degredados, casais de ilheos e açorianos, homens do Douro, de Alentejo, Algarves, Minho, Mazagão, Traz-os-Montes, suíços, ciganos, pouco a pouco chegaram para a conquista humana da Amazônia. Rematando as vontades da Metrópole o clima tropical, morno, as seduções da índia nua, as imposições do sexo e a ausência de mulheres brancas, avivavam o natural erotismo do luso e concorriam para uma intensa aproximação físico-sexual das raças que chegavam e as nativas. Soldados da tropa, rebotalhos das galés metropolitanas, aventureiros à cata de riquezas, homens bons e máus, democraticamente nivelados pelas mesmas necessidades e aspirações, começavam os primeiros amores, a que a posse fácil da mulher índia lhes excitava e as ordens da Corte os conduzia.

Erguiam-se as raízes da paisagem humana e o próprio espírito social da Amazônia. Aliás, os cronistas não fixaram bem a fisionomia dessa sociedade nascente. Muito das suas origens, contornos, particularidades, só a custo poderá vir à tona. Não se disse ainda, por exemplo, se os zelos do homem pela mulher eram grandes como noutras partes brasileiras, onde até na sala das igrejas havia a separação de sexos. Naturalmente para as mulheres brancas, que se contavam a dedo, não podiam existir facilidades democráticas. Ninguém se aventurou a anali-

sar, também, o regime alimentar que ali vigorava, a higiene nas relações de família e sexo, o mundanismo como predisposição religiosa, a arte e o sentimento de nacionalidade. Parece que a família desenvolvia-se sob bases pobres, sendo raríssimos aqueles tipos aristocráticos, patriarcais, descobertos em Cameté por Frei João de São José, com casas magnificas adornadas no estilo da Corte, com cadeiras de veludo, cortinas de damasco, papelceiros, comodas e cantoneiras com serviço de baixella e porcelana e tudo com grande accio. (6)

Fortalezas, pôstos, destacamentos militares, até presídios, ocupando certos lugares estratégicos e zelando pelos nossos interesses de fronteiras, nucleavam soldados, e estes por sua vez, sem formalidades casamenteiras quasi sempre, já davam início à formação de famílias com a mulher indígena. Levantavam suas barracas, plantavam suas roças, num principiar de aproveitamento da terra e humanisação da paisagem pelo sedentarismo da morada e da agricultura. Cresciam vagarosamente de importância demográfica, dando margem à formação, nalgumas vezes, de povoações perdidas sobre as matas, onde a vida corria singela, em estreita dependência do rio e numa profunda ignorância do mundo longínquo. Óbidos, Santarem, Almerim, Salinas, Macapá, Manaus, S. Gabriel, Tabatinga, resultaram desse estímulo que os canhões proporcionavam à estabilidade e ao adensamento das populações.

Das antigas aldeias indígenas, que Mendonça Furtado fizera transformar em vilas e povoados secundários, distribuidas ainda indecisamente pelos rios de baixada e rios de manadeiro, algumas já fixas, outras todavia em errante

odisseia, originavam-se outras zonas de povoamento cujos sintomas de evolução prosseguiam, principalmente aquelas situadas no Negro, Madeira, Solimões, Baixo Amazonas e na região do estuário, onde as facilidades de navegação, combinadas à abundância dos produtos de comércio, importavam nos mais fortes laços de amizade do homem pela terra. Acará, Soure, Vizeu, Portel, Lugar de Aveiro, Porto de Moz, S. Francisco Xavier, Altamira, Monte-Alegre, Alenquer, Faro, Itaituba, Borba, Itarendaua, Serpa, Silves, Alvelos, Ega, Thomar, Carvoeiro, Olivença, espalhadas pelos cursos fluviais inscreviam-se como páginas mais fortes de fixidez e concentração humana. Uma igreja tósca, casas que se arruam às beiradas fluviais, uma população escurecida pela mestiçagem lógica e trazendo costumes acomodados à vida nômade do canoeiro, eram a imagem bucólica desse povoamento de antanho, secularmente afastado de nós mas até hoje mantido sob vocações idênticas, no fundo como na fôrma. Ali as indústrias oficiais tomavam ares significativos. A política de economia dirigida, com que Portugal cercava sua colônia ultramarina, deu eficaz contribuição para fixar o homem em certas zonas. Pesqueiros reais, feitorias de manipulação das manteigas, fábricas de cordoalha, de telhas e féculas de anil, ribeiras, roças, engenhos de aguardente, plantações de cacáu, foram mais marcos dessa cimentação do homem ao solo. Principalmente a criação, a pecuária iniciada no Marajó, Baixo Amazonas e Rio Branco, conseguiu desenvolver um sentido maior de sedentarismo, por força mesmo dos seus processos de trabalho.

Quando alcançamos a maioria política os passos do povoamento haviam atingido raias bem bojudas. No labirinto do Marajó, no Tocantins, Xingú, Tapajós, Araguaia, Trombetas, Jamundá, Madeira, Negro, Branco, Japurá, Solimões, Içá, Javari, noutros cursos menores dos tantos que se entrosam na bacia amazônica, assinalavam-se os grandes e os pequenos ajuntamentos humanos, origens longinquas das nossas cidades e povoados atuais. Um mapa da Amazônia que se elaborasse ao tempo, propositadamente atrás de indicar os esforços humanos tingindo os horizontes geográficos, mostrar-nos-ia o homem ainda sob os estímulos da exploração rudimentar, da economia destrutiva, por isso mesmo, em grande número, sem instalar pousadas definitivas, e antes, peregrinando continuamente, conforme o aceno das suas necessidades de existência facil. Não obstante isso, constatar-se-ia um traçado de zoneamento antropogeográfico, de certo sem linhas conjugadas e como simples pontos intercalados de aglomeração humana, entorpidos uns, retrogradados outros, poucos progressistas, aqui e ali subordinados a razões particulares de vida, tanto de vaqueiro como de pescador, de colhedor da riqueza vegetal, agricultor, comerciante. Somente intermediando o Madeira e o Javari, nas regiões do Juruá, Purús e Acre, espalhavam-se vastidões sem povoamento, tierras no descubiertas, segundo assinalavam as cartas bolivianas.

• • •

Território vasto e em formação, endurecido pela sua cumulante sequência de perturbações geográficas, médicas, climáticas, que deformam e amesquinham a vida humana, a Amazônia tem demorado séculos nessa enorme despro-

porção dos dois complexos, — o da terra e o do homem — até hoje absurdamente desiguais, não obstante a história triste dos nossos sacrifícios de morte, de longuíssima data insistentemente derramados através do quinhão de sangue índio, português, negro, caboclo, nordestino. Exagera-se-lhe, em consequência disso, o poder dos atributos e o tonus da empolgância panorâmica e dramática, sentenciadores inexoráveis das incapacidades humanas e das desorientações de governo. Assinala-se-lhe, porém, desde os dias de colônia, a soma das grandezas que a podem definir, economicamente, à custa exclusiva da ampliação e do aparelhamento material e técnico de seu contingente humano.

Não é de hoje que se interpreta a Amazônia à luz das equações da sociologia racional. No frazear pitoresco dos cronistas de antanho, nos relatórios de viagem, nas observações dos cientistas, nas falas governativas, nas atas de legislatura, nos documentos de vereação municipal, nós podemos enxergar um acerto de visão naquilo que se relacionava com as nossas necessidades imediatas. Apura-se que o mistério da esfinge não foi descoberto agora. É antigo. Vem dos séculos que ficaram atrás.

Não admira, pois, que logo em seguida àquelas soluções políticas conquistadas após muito sangue vertido, durante longos anos, nos estouros da independência e na autêntica luta de classes que se inscreveu, entre nós, sob o nome de Cabanagem, tivessem os governantes do Pará e do Amazonas voltado suas vistas, entre outras cousas, para o problema da ocupação humana do território, pedindo opiniões credenciadas, ensaiando providências, traçando rumos para chamar uma corrente migratória que

ajudasse a imprimir, ao Vale molhado, maior sopro de energia e trabalho. José Furtado, investido das funções de presidente da província amazonense, em 1858, preocupado grandemente com o problema da organização de colônias rurais, visitou várias zonas do interior, atrás de pontos de localização. Miranda Reis, governador em 1872, para quem a colonização dirigida era a mais palpitante das necessidades da Província, (7) dispendeu a mesma quota de esforços. Wilkens de Matos e Epaminondas de Melo andaram a braços com os planos que lhes apresentaram Daniel Wolf e Luiz Girard, para estabelecer, no Purús e no Amatarí, respectivamente, núcleos coloniais de população inglesa. Eduardo Ribeiro preocupou-se com a imigração japonesa, que lhe pareceu superior e foi por ele defendida, com arroubos, em Mensagem à Assembleia do Estado. Mauá e Itacoatiara inscreveram-se como agrupações malogradas. No Tocantins e Tapajós, esforços idênticos não vingaram.

Enquanto isso engenheiros, geógrafos, técnicos nacionais e estrangeiros, sertanistas sizudos, exploravam atentamente o curso de alguns rios, observando-lhes as particularidades, pintando-lhes os remotes de valorização, traçando, deles, mapas minuciosos, que eram excelentes prefácios dos nossos futuros internamentos econômicos. As bacias do Juruá e do Purús tinham figurado nessa investida oficial. João Cametá, Serafim Salgado, Romão de Oliveira, Manoel Urbano, William Chandless, Charles Brown, Cunha Correia, percorreram-nas intrepidamente, alterando o conhecimento rudimentar das suas riquezas nativas e da navegabilidade das suas vias. Deixaram relatórios, constituiram uma bibliografia extensa e sem misté-

rios, deram a mão aos indígenas que por ali se espalhavam, principiaram, até, a localização de núcleos brancos.

Derredor desses territórios, que antes tinham sido o deserto mas já então representavam uma fonte substancial de economia, fixaram-se as atenções. Desviaram-se destinos, como o daquele Nicolau de Melo que se largara de Recife cheio de interesse pelo Rio Negro, mas terminou em pleno Purús, cercado da família e de uma farta escravaria mura. Fazia-se, por ali, um principio de avançada, ainda sem sintomas da espetacularidade que caracterizou, anos depois, o ciclo tormentoso do ouro negro. Procurando salsa, castanha, óleos, cacáu e outros gêneros, catando a flora e a fauna ictiológica, extraindo a hevea que já se incluía, como valôr saliente, nas nossas pautas de comércio e exportação, as populações ascendiam demograficamente sobre aquelas zonas, emigradas de longe, do Maranhão, da região marajoara, do Jarí, de Gurupá, Santarem, Óbidos. Uma frota mercante singrava-lhes os lençóis fluviais, encurtando distâncias, movimentando produtos de comércio e consumo, ligando, demoradamente embora, longitudes extremas que eram um ponto escuro nas fontes de sociabilidade humana, lógicas em quaisquer situações e existências.

O nordestino também começava a chegar, aos magotes, fugido dos rigores físicos de sua terra ensolarada. Vinha aventureiramente, maltrapilho, sujo, cuspinhando e praguejando a toda hora. Carregava consigo uma cultura patriarcal acentuada nas fórmulas sócio-econômicas do boiadeiro e do plantador, uma predisposição ética para a

mística e para o fanatismo, um caráter de agressividade e cangaço. Chegou, transitando logo de profissão e de atitudes psicológicas. O trabalho, os costumes, a alimentação, o transporte, o meio moral, passaram a um estado inferior semi-indígena, e o nordestino retraiu-se verticalmente, do mesmo jeito que se distendeu horizontalmente. Esmagou-se em tudo quanto tinha sido, mas a sua ganância de pecúnia e o amor pela terra longinqua foram fortes demais e não lhe permitiram baquear perante os traços singulares, maiores ou menores, das florestas e dos rios. Ao invés, adquiriu ares típicos de vida individual e coletiva. Desbravou, conquistou, brutaemente, sem legalizar títulos, fiado em sua legítima posse de pioneiro. Abriu estradas, construiu transitórios ranchos de paxiuba, rústicos, distantes do barracão da margem, onde finalisava um regime de trabalhos juridicamente normal, mas injusto, desumano, escravagista.

O nordestino fez mão amiga à transposição de atitudes. De agricultor e criador caiu na condição inferior da economia estrativista. Virou seringueiro. Era sedentário e precisou ser nômade. Subiu rios amplos, perlongou igarapés, mata a dentro, abrindo seringais, adensando populações, caldeando, fazendo para nós uma sociedade diferente e uma soberania territorial sobre o Acre, que anos depois seria mantida à força de rifle. Os nascedouros do Purús e Juruá foram sendo atingidos. Vilas e povoados tomavam alento em função econômica da hevea, cujo padrão aquisitivo, quanto mais se elevava, mais elasticidade imprimia ao novo ciclo de bandeirismo, no mesmo

passo que assegurava a divisão do eixo econômico do país com o café e fazia crescer, até, na vida brasileira, o papel político da Amazônia. Canutama, Lábrea, Boca do Acre, Rio Branco, Xapurí, Porto Acre, Carauari, Seabra, Feijó, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, assinalam-se como marcos dessa nossa última grande fase de desvirginamento geográfico e fixação territorial, processada à custa de um intenso desgaste humano e econômico, verdadeiro selecionamento orgânico e histórico que hoje importa em escola para novos rumos de valorização antropogeográfica. Milhares de flagelados, em verdadeiro rush, acorriam para a Amazônia, no bojo dos gaiolas, sem assistência, abandonados, à mercê da cupidez dos aviadores, dos patrões e dos fados incertos da sua aventura. Cento e cinquenta mil, aproximadamente, falam as inseguras cifras de estatística. Alguns ficavam pelo estuário, Baixo Amazonas, Madeira, Negro, Solimões, Javari, Içá, por aí se espalhavam, nas barrancas, vinculados à atividade gomífera e pesqueira, à faina dos currais e roçados, à tira do cacáu e das madeiras. Irradiavam-se por toda a região, enchendo-a de um sopro de atividade, elevando-lhe a capacidade produtiva, acelerando o povoamento, alargando a soberania do Brasil na América. O triângulo florestal que medeia os vales do Juruá e Purús, principalmente, atraiu-lhes melhor. O Acre todo é obra deles. Construíram-no em movimentos espontâneos, defenderam-no contra a Bolívia armada, fizeram, ali, uma sociedade que nem é mais nordestina nem indígena, é tipicamente acreana, nativa nos costumes, no espírito, nos gostos, nos traços físicos e emocionais. Muitos voltaram ao seu

rincão de sol e campos, para a luta da criação e do plantio. Dos que permaneceram na Amazônia, aqueles que não se crucificaram às endemias e aos entreveros pela posse dos terrenos, radicaram-se, deixando de ser nômades para sedentarizar-se. Largavam a monocultura da seringa. Vinham dos centros para as beiras, onde também iriam se votar, nos intervalos das safras, à agricultura, à criação, ao sentido patriarcal de família. Antes, moral e socialmente inferiores, pela própria lógica do isolacionismo que os brutalisava. Ao sabor daquelas fórmulas aberrantes de animalidade sexual, comprometedoras das leis naturais de reprodução da espécie. Sodomistas, onanistas, pervertidos no gosto genésico em razão de seu próprio estado social, conforme os enxergou Ferreira de Castro. Já agora, porém, faziam um lar, família, sociedade. Civilisavam a floresta, matando o vaticínio de Chandless.

MISCEGENAÇÃO E ACULTURAÇÃO. O CONTINGENTE INDÍGENA

Hoje, como ontem, poucos são os estudiosos que se abalançam à análise histórico-sociológica do índio amazônico. Mau grado aqueles que selecionaram material, seriaram fatos, reconstituíram fisionomias na ideia de esboçar, satisfatoriamente, aquilo que fomos numa via de tres séculos, mau grado tais devassas o elemento indígena da Amazônia, olhado em sua esplêndida função social, até hoje permanece atirado a planos secundários, como se os rumos de seu passado adormecido não trouxessem a explicação dos grandes quadros, das visões originais com que o inferno verde surge nas tintas da história brasileira.

O eixo gasto, uzadíssimo, derredor do qual se debatem as pesquisas e conciusões científicas de fundo étno-sociológico, sempre é o negro de África, o branquioide da Ibéria e o tupi ou tapuia doutras partes do país. Quasi nunca aparece o índio amazônico, tomado naqueles seus admiraveis testemunhos de vida social e estética, tão evolucionados no tupi sub-andino ou no milenar aruan marajoara. Só acidentalmente, vezes por observações diretas mas sumariadas, José Veríssimo, Araujo Lima, mesmo Eugênio de Castro vêm explicar, à luz das especializações determinativas de sua obra de escritor, aspéctos somáticos, psíquicos, linguísticos, sociais, trazidos pelo índio para a constituição e ordem de nosso povo.

Daqui, do meu posto, não descobri porque esse esquecimento, um tal descaso ingrato e sem lógica, quando o certo e justo seria uma demora mais profunda no conjunto aborígene da terra amazônica, um olhar penetrante às suas fórmulas de civilização progressiva, como também à sociedade da qual ele foi, e ainda o é, parte de rara significação, tomadas em conta as forças e os influxos da sua sensível contribuição antropológica-física e antropológica-cultural.

Não penso dizer que o elemento indígena aqui encontrado por Portugal, nos tempos da sua obra colonizadora, apresentava aspectos culturais de acentuado desenvolvimento, ou se aproximava dos estágios avançadíssimos de onde descendia, estágios e organizações estatais complexas, a lembrar as de nossa era, onde já se notavam os traços políticos do absolutismo totalitário ou os albos da ordem comunizada. Resto, talvez, de cultura incaica escoada rio abaixo, por dentro de séculos, mesmo assim, de seu quadro de civilização, alguma coisa ainda saltava, assinalável, num índice sem igual na arqueologia brasileira.

Chegaram os portugueses, Castelo Branco à frente, para a obra de colonização. Numa tendência de alcance mercantilista, dominante na época, deram início ao aproveitamento da terra e à formação de capitais, amparados no trabalho desvalorizado da escravatura indígena. Estabeleceram assim, pela força das necessidades econômicas, o primeiro marco da contribuição indígena para a sociedade que nascia aos influxos de tendências heterogêneas, descontrolada nos elementos de trabalho e de sexo, na técnica de exploração, na política de posse e domínio, nas

imposições da ordem jurídica. Nos burgos de mais adiantamento, noutras vilas e lugares, o índio começou a ser valor indispensável. Para um homem ter o pão da terra ha de ter roça, e para comer peixe ha de ter pescador, para comer carne, caçador, para vestir roupa lavada, lavadeira, para ir à missa ou a qualquer outra parte, canôa e remeiros — afirmava Vieira, olhando a fisionomia da Belém de seu tempo. (1) Como o índio ninguém mais conhecia o meio, ninguém corria as aguas, nem dominava as selvas, os elementos endêmicos, o clima. Remava, era o soldado, o caçador, o obreiro industrial, o típico farmacêutico e até o músico. Possuia a vocação do terreno, que lhe entrara hereditariamente nas maneiras de viver, através dos séculos. A sua técnica toda especial, forjada aos determinativos daquela geografia, sobrepujava de muito, para o domínio local, a técnica oceânica dos brancos alienígenas.

Estabelecia-se o índio, em consequência, peça valiosíssima aos processos de experimentação colonial da Amazônia. Tal valorização humana, lógica, mas absurda e odiada em seus efeitos, impoz-nos um perfil de sociedade escravocrata, de um escravocratismo simples na fórmula, sem os aspéctos coloridos daquele outro do nordeste canaieiro, da casa grande e da senzala, magistralmente analisadas por Gilberto Freire. (2) O fenómeno, entre nós, passou particularizado em violências, em atos desumanos, em sanguinolentos morticínios, que enchem, de ponta a ponta aliás, toda a vida colonial do Novo Mundo.

Um meticoloso pesquisador do nosso passado, examinando as acusações que pezam sobre esse tratamento tão

brutal, chegou a outras conclusões, para ele um pouco mais justas, ante as quais esse espetáculo de escravização teve o seu lado máu, mas nunca chegou ao desvirtuamento. (3) Parece-me, todavia, que o erudito historiógrafo foi demasiadamente generoso, porque ninguém, ele inclusive, pode nobilitar o encontro do homem branco com o elemento indígena de qualquer clima americano. Partout ou conquérant ne recontrait pas, dès son arrivée, l'or qui frappa immédiatement ses regards, la personne de l'indigène fut la première richesse que s'offrit à la vonvoitise de l'envahisseur. (4)

Foi assim na Amazônia, onde a obra colonial portuguesa amparou-se, toda ela, do seu primeiro ao último periodo, no trabalho desvalorizado da escravatura indígena. Tendo grandes latifúndios a explorar, o colono viu-se na contingência de usar o trabalho gratuito, forçado, maquiavélico sob todos os pontos de vista. Seguiu nisso aquella lei econômica, plasmada pela história de todos os povos, que produz a cooperação sem salário até que um capital acumulado a possa remunerar.

Ademais, ao tempo, a ética do trabalho não andava muito perto das gentes ibéricas que faziam a colonização ultramarina. Nem da hispânica nem da lusa. Uma digna ociosidade parecia-lhes mais excelente, mesmo mais nobilitante, do que a luta insana pelo pão de cada dia. Em Portugal, principalmente, a crer nos estudos de Antônio Sérgio e Buarque de Holanda, a ociosidade e o parasitismo alcançavam prestígio e simpatia. (5) Na Amazônia pois, logicamente, todos os brancos se eximiam de trabalhar, tanto o fidalgo inabordable como o bronco campônio,

o homem de armas ou o simples artífice. Não ha cronista da época que não ateste esse fato. Ao batismo dos ambientes amazônicos o que imediatamente borbulhava, nas gentes lá da outra banda atlântica, era a preocupação de largos proventos, de enriquecimento facil.

O colono viera para ser patrão, no afan cada vez maior de descobrir e conquistar. Tinha pressa e não podia nem se sentia capaz de perder tempo com sentimentalismo.

(6) Os fins a que suas necessidades estavam ligadas serviam para justificar os meios empregados. Dentro desse carater de maquiavelismo puro, a utilização do índio amazônico, como fator de trabalho e riquezas, não podia vir regulada por práticas humanitárias. Somente a legislação da Côrte trazia um carater moderado, brando, com intenções de garantir o gentio contra os vorazes interesses dos colonos. Mas, tal legislação, evidentemente não produzia os seus efeitos e era letra morta ante a distância e as hesitações vergonhosas dos seus executores. E o que se viu, em dois séculos de dominação, foi a exploração franca do nativo, o sugar de seu trabalho e sua liberdade, num extremado desrespeito aos textos de lei, à jurisprudência cansada da Metrópole.

Convem ressaltar as condições em que se achava a Amazônia, onde os colonos deviam ter pela frente os maiores impecilhos, em seu processo de colonisação. Por isso devemos relevar os impulsos e os lances desonestos com que esses homens triunfavam. E não se esqueça de que na época do aproveitamento comercial do Vale a Europa inteira se assentava em bases escravagistas. A desigualdade natural dos homens era doutrina corrente.

Mesmo a Igreja considerava a escravidão como uma decorrência normal dos sistemas de colonização, e como tal, dentro da moral em voga e parte certa das maneiras jurídicas do tempo.

Integrante de terras conquistadas, fatalmente o índio teria o mesmo destino. Dominado por uma civilização de mais progresso técnico, de melhor cultura no sentido da compreensão européia, tolhido em sua liberdade, abatido pelas guerras e pelas doenças contraídas no trato com os forasteiros, teve de passar ao braço do colono ocidental transformado em simples escravo, em pária da sociedade ultramarina, e assim foi perdendo aos poucos aquele poder de desenvolver-se automaticamente, aquela capacidade construtiva da própria cultura, de que fala Gilberto Freire. (7)

As duas civilizações em choque, nesse contacto de escravização, não andaram por rumos diferentes. Antes, o que dele vimos surgir, foi uma espécie de reajustamento entre as formas culturais nativas e as alienígenas. Entre esses dois graus de civilização, tão antagônicos entre si, houve inicialmente aquela competição que é própria do mecanismo sociológico de interação, mas depois veio um equilíbrio, uma interpenetração, um amalgamento tão intensivo que logo se viu fundir um ambiente social diferente, de constituição específica, nem igual ao do ocidente, nem com um aroma puramente indígena. Costumes, crenças, agricultura, formas de trabalho, indústria, direito, moral, linguagem, artes, tudo se ajustou, se uniu, se mestiçou. Do choque das duas raças veio a reação mútua de uma sobre a outra, inconscientemente, às apalpadelas,

sem ninguém sentir. Adaptaram-se, aceitaram-se ambas, flexionando seus padrões originários em benefício de um substancial processo aculturativo, dentro do qual a deseuropeização do branco caminhava paralela à desindianização do nativo. Disso tudo ficou de pé o resultado, nesse sensível mosaico de culturas que se esboçou nas áreas sociais da Amazônia.

O português, em seu rumo de colonização, não arrancou o índio de seu ambiente físico e moral. Não procedeu à maneira dos encomenderos espanhóis, no afastamento integral das diretrizes de civilização nativa. (8) Ao contrário disso, aproveitou suas aptidões congênicas, colocando-o dentro de suas próprias inspirações e tendências, ao contacto místico com as terras, as águas, as matas. As formas virgens e originais de sua cultura, ninguém pensou desfazê-las, mas antes assimilá-las, aproveitando-as integralmente para o drama de colonização. Utilisaram-no em misteres comuns à sua existência típica, tais como a caça, a pesca, a colheita de frutos silvestres, as atividades de maruja, a plantação da mandioca e do milho. Foi usado como guerreiro ardente que era, como remeiro ou guia ao centro das florestas. Ensinou os remédios, ajudou às construções, preparou os quitutes de cozinha, participou das lutas pela posse da terra. Cooperava em todos os sentidos e lugares, eficientemente, quasi sozinho nas produções, de vez que foi mínima a contribuição do negro, e os brancos, no dizer de Frei João de São José, viviam no abismo dos vícios, particularmente da incontinência e da borracheira. (9).

Observando essas contribuições em função da água e da canôa, num estudo magnífico, Eugênio de Castro anotou a habilidade com que o bugre dominava o ambiente, amparando a aventura comercial do alienígena e as penetrações do grupo missionário. Canoeiro consumado, na sua ubá ligeira e primitiva, como noutros tipos de montarias evoluidas, foi sempre instrumento decisivo de marcha, povoamento e defeza, nos idos do lusitanismo. Ajudou as tropas de resgates, os buscadores de drogas, combateu pelas expedições militares, cruzou a interlândia ensinando o caminho aos bandeirantes, às partidas de demarcação fronteira, aos homens de ciência que perlrutram a hilea. Só nesse aspécto a sua função social suplanta, de muito, a dos tropeiros e vaqueadores do sul, centro e meio-norte.

Nesse aproveitamento das experiências do ameríndio o português ia sofrendo um recalçamento insensível em seu potencial de cultura, recalçamento aumentado com os tempos e com a continuidade da mescla euro-americana. Daí nós encontrarmos muitos dos traços habituais do índio integrando a vida e os costumes das nossas populações atuais. O uso das redes, o preparo de certos alimentos, a utilização de alguns utensílios domésticos, os remédios populares, as lendas, as superstições, esse gráu tão nosso de imprevidência, de descaso, tudo atesta a influência indígena nas fórmãs de civilização que entre nós se estabeleceu. Vestígios claros, patentes dessa influência, existem também nas modificações, nos aumentos, nos desvios sofridos pela nossa linguagem, como resultado do contágio com o linguaajar índio.

Mas onde o índio deixou maior influência foi na formação do tipo racial hoje dominante. O coeficiente humano com que ele entrou nesse trabalho foi o mais elevado de quantos existem na história do povo brasileiro. Amoroso ao extremo, o português criou muitos laços, legítimos ou não, com a selvagem filha do paiz. A vontade, atirou-se à miscegenação das raças. Uniu-se a índias e negras, muito mais pelo contacto sexual puro e simples do que pelo casamento. A índias principalmente, a tal ponto que José Veríssimo deu de afirmar, com carradas de razão, que o povo da Amazônia surgiu de uma mestiçagem onde o elemento negro muito pouco apareceu, e onde o índio colaborou notavelmente, sempre em alta escala. Quero acrescentar que não conheço a taxa pèrcentual exata dessa colaboração, mas posso assegurar que ela é infinitamente maior que a portuguesa, a negra ou mesmo a sertaneja do período das secas.

Nesse particular, cabe aqui um ligeiro reparo. A falta de mulheres brancas foi problema que mereceu, noutrós esforços de colonização do Novo Mundo, principalmente aqueles em que foram protagonistas os ingleses e francezes, mereceu providências especiais, recorrendo-se não apenas às migrações por casais, mas sobretudo ao transporte de orfãs e até de criminosas e prostitutas. No Brasil, particularmente na Amazônia, o homem emigrou sozinho. As famílias que atravessaram os mares e vieram ter a Belem, essas não se representam por cifras numerosas. Graças a tal desequilíbrio de sexos, o português viu-se na contingência de recorrer ao cruzamento, legal ou ilícito, com mulheres escuras, de outra raça e de posição social

inferior. A fogaosidade característica do sangue luso, amornado nos trópicos, a ausência absoluta de freios jurídicos e morais que acudissem aos rigores da concubinação, e principalmente a proteção oficial da Metrópole aos casamentos euro-indígenas, pintaram o quadro plebeu da miscegenação, amalgamando grupos em extremo diversificados, tanto nos seus caracteres antropológicos como na posição que ocupavam, socialmente, na colônia.

Acabada a dominação lusitana a sociedade continuou guarnecida dos caracteres de antes, e se por modificações porventura ela passou, na sua estrutura e direções, essas o foram de ordem mínima, pouco sensíveis, principalmente quanto à organização de trabalho. No braço do índio e de seus descendentes diretos, o curiboca, o mameluco, o caboclo, mantinha-se o apoio aos empreendimentos da economia naturista, aos regimes agrícolas, à pequena indústria ao comércio. Das classes nativas saíam, em grande maioria, os canoeiros, caçadores e pescadores, fabricantes de farinha, roceiros, artezãos, manufatureiros. Pertencia-lhes a produção para uso interno, as lições sobre a ambientação geográfica do forasteiro, a sapiência da farmacopeia popular, o manejo da coragem e da resignação, provas extremas da vida aqui. Hereditariamente familiarizados com o trato do ambiente, persistiam como as forças mais rigorosas de povoamento e exploração. Esquadrinhavam, seguros, argutos, os segredos do Vale molhado, mostrando aos homens que chegavam de fóra como devia ser a lida, qual orientação antropogeográfica precisavam eles imprimir às suas determinantes de aclimação. Competia-lhes o equilíbrio inicial, difícil, entre a cultura do estrangeiro e aquela paisagem fatalista.

Como outrora, ainda o branco restringia suas atividades às explorações do esforço alheio. Com a sua aversão pela agricultura, ou antes, o seu apaixonado gosto pelo comércio, o seu unico recurso está no indígena que habita a região (10). Esse quadro de Wallace é demais característico e até peca pela excessividade com que revela a função social, direta dos índios, para ele ainda absoluta, fundamental, quando ao tempo já outros lares, nativos é verdade, outras mesclas caboclas investiam-se da herança secular de trabalhos, na ordem e nos métodos de sociabilidade catecúmena, apegados ao conforto da floresta e do rio, acomodaticios às próprias razões da natureza típica. Mesmo Bates, Martius, os outros viajores estrangeiros que nos visitaram na época, não investiram exclusivamente o índio das responsabilidades sobre as conquistas da sociedade branca, mas ao contrário, dividiram melhor as influências dos cruzamentos sucessivos.

Já em 1865, observando esse fenômeno do melting pot a um tempo racial e cultural do Vale, Agassiz fez sentir como ainda se produzia a exploração absurda dos nativos pelos brancos mais civilizados à européa, de tal maneira efetiva e clara que à sua tolerância não estavam alheias sequer as autoridades, incontestavelmente mal inspiradas e avessas a ditames de justiça social e humana. Veríssimo, em 1885, completando o quadro que o sábio traçara, persistiu em caracterisá-lo à feição antiga, e retratou a sociedade alienígena ainda usando, dos nativos, a quota preferencial de antes, no intuito de solucionar, à custa dela, suas especiais questões de alimento, agasalho, comércio, família, medicina.

Os processos de miscegenação e aculturação levantaram-se, ainda, através da anterior tendência escravagista. Escravidão e assimilação eram quadros que não se apartavam. Ao mesmo tempo que utilizava o homem indígena ou o mestiçado como força de trabalho e produção, e gastava a índia fêmea no amôr erótico, o branco perdia muitos dos seus atributos europeus, acomodava sua existência adventícia às tonalidades esquisitas da nossa gente primitiva. Operários e patrões, nativos e alienígenas, numa convivência contínua na mesma aventura de colonização, nem sempre podiam guardar a origem das suas cousas e criavam um intercâmbio de tipos e costumes, de ensinamentos, de vozes e de ideias. Tavares Bastos, escrevendo, considerava que os raros emigrantes que o Solimões atualmente acolhe no seio opulento da sua abundância edenica, não comunicam ao nativo o impulso do homem civilizado, o exemplo da moralidade na família, o sentimento do gosto, o amôr ao trabalho, o espírito de indústria, o cultivo das artes úteis, o desejo de melhoramento e necessidade de ilustração. Dominados pelos apetites mais grosseiros, rendem-se à indolência e à preguiça, e bem depressa confundem-se com o índio nos hábitos, nos prazeres, no genero de trabalho, nas perfídias de um tráfico deshonesto, nas dissensões, na miséria e na degradação. (11)

Desde Wallace e Spruce que Belem e Manaus tinham sido enxergadas com uma alimentação original, típica da paisagem, constituída por peixe salgado, assaí, chibé, mixira, temperos da mata, ovos de alguns anfíbios. Na meza de um negociante italiano, senhor Henrique Antony,

cuja cosinha é excelente, nunca ha menos de cinco pratos de tartaruga. (12) A mulher, igualmente, fosse índia ou elemento descendente, mantinha sua anterior função procreadora e doméstica. Servia ao forasteiro com as qualidades do sexo, auxiliando o homem nativo a predominar em quaisquer dos fastos sócio-históricos do Vale. Juntos ambos, sem jamais largar um destino de cópia e sensibilidade espacial, presos de corpo e psicologia às determinantes que o meio lhes mostrava, resistiam com rigor à cruz com o branco. E impunham-lhe, candidamente, subrepticamente, como se tivessem perdido na justa, a soma das suas qualidades e defeitos.

Remeiros consumados por herança atávica, pescadores desde o berço, facil se lhes tornava solucionar, para os ádvenas, o problema da alimentação ictiófaga, e, mercê dessa mesma aculturação, feita à luz dos complexos do meio, ensinar-lhes os segredos potâmicos, apontar-lhes as riquezas da flora e da fauna, os remédios, processos ancestrais de trabalho agrícola e industrial, que se iam batizando sob uma toponímia especial, ameríndia, cada vez mais familiar às falas diárias da gente adventícia. Eu tenho encontrado, nas crônicas do século XIX, nos relatos dos cientistas que ao tempo perlustraram a hiléa, nos documentos oficiais de governadores, câmaras, vigarias, na história real da vida que ficou dentro dos últimos cem anos, a opulenta contribuição nativa às cousas humanas do Vale, imprimidas, já de modo inconfundível, espiritualizadas em curiosidades que só derivam desses elementos extraordinários. Até comparsas do drama nordestino, que produziu a integração do Acre ao Brasil, eles o foram.

Essa predominância de influências sociais, econômicas, linguísticas, morais, com que o índio e seus descendentes curiboca, mameluco ou caboclo entraram para a fusão racial e cultural da Amazônia, através de tres séculos, não pode mais permanecer esquecida, escura de reabilitações lógicas, que importem num ajustamento dos seus direitos irrefragáveis, decisivamente conquistados por ajudas imensas que eles nos prestaram, e ainda prestam, naquilo que somos em estrutura material, em desenvolvimento, em áreas de espírito, em complexos biológicos e culturais.

AREAS DE SOCIALISAÇÃO E DE CULTURA

Si fôra possível, entendeu Oliveira Viana, organizar para o nosso paiz uma carta etnográfica do caboclo, o colorido indicativo do seu coeficiente na massa da nossa população tornar-se-ia cada vez mais intenso e carregado à medida que caminhassemos do litoral para os sertões e do sul para o norte, atingindo o seu máximo de coloração no Vale amazônico. (1) Certo, dentro da Amazônia é onde a sociedade brasileira ostenta a sua maior expressão indígena, tomada sob singularidades de raça e de cultura que todavia não lhe traçam, rigorosamente, um estilo de homogeneidade absoluta mas até abonam diferenças de estrutura e espiritualismo, pouco sizudas, suficientemente ralas para não esconderem uma preferência típica e um geral empréstimo nativo. Não sendo possível estabelecer um só tipo amazônida, porque o caldeamento não se procedeu à regua e aqui e ali houve uma percentagem mais intensa desse ou doutro elemento étnico, mesmo assim, pelo mais rápido volver de olhos é facil precisar que na mistura das contribuições européas, negras, nordestinas e indígenas, estas ficaram vitoriosas.

Não chegamos, pelo menos até hoje, a criar, tambem, tipos sociais distintos, classificados paralelamente às áreas desuniformes das nossas paisagens geográficas. Seria o caso de desmontar a sociedade amazônica, que é irmã por muitos laços e sobretudo por aquela unidade cultural

de vocação pelo rio, distribuindo-a nos tipos do vaqueiro riobranquense e marajoara, do pescador vigilengo e mariscador da montaria, do seringueiro dos altos e baixos rios, do maué guaranazeiro, do madeireiro das ilhas, cada um deles somente passível de caracterização integral à luz das padronagens econômicas que lhes avaliam as maneiras de existência; ou então, pizando o terreno antropológico-histórico, destacar o acreano do amazônida, o que também seria delimitação pouco rigorosa, atendendo-se aos francos processos de miscigenação e aculturação branco-afró-indígena que o nordestino já trouxe consigo, e principalmente, àquela nítida alteração de atitudes e características que se assinalou nas etapas de formação acreana, derredor do homem, sua economia, suas paisagens sociais e morais. (2)

Ao invés de áreas distributivas, rigorosamente marcadoras de tipos antropológicos e culturais, só é possível assinalar na Amazônia, assim mesmo com bôa lente, indistintas zonas de influência, caracterizadas por peculiaridades ecológicas e sobretudo pela indentificação econômica dos elementos humanos. A economia da seringa e da castanha, mais precipitada e solitária nas regiões próximas ou territorialmente acreanas, acostumou melhor um tipo social, assim como a economia do gado importou no estruturamento da sociedade vaqueira do estuário, do Baixo Amazonas e Rio Branco. Aliás, somente essas duas áreas, economicamente analisadas, reuniram fórmãs mais ou menos diferentes da generalidade social amazônica. No Madeira, Solimões, Tocantins, Tapajós, Negro, pelas barrancas doutras vias menores, com a pesca e o pequeno

plantio, a colheita florestal, a vida nos portos de lenha, nos jatais, unifica-se o comportamento do homem. Ai é onde se encontra a Amazônia genuinamente nativa, curiosa naquela socialização cujas maneiras são ainda as do bugre manso. E' a zona de influência da economia do caboclo.

Não obstante essas diferenciações, que aliás estão passando, ordinariamente, por um processo de reparações sucessivas à força da mobilidade singular e da miscibilidade dos grupos diversos, prevalece em toda parte a mistura cultural e sanguínea do branco e do índio. De certo que nas cidades, de quando em vez, revela-se a intervenção antropológica do elemento afer. Em Manaus, Santarém, Belém, onde o negro mais se espalhou, notam-se, com raridade todavia, os remanescentes dos seus traços culturais e as gradações de seu sangue. Mas isso excepcionalmente. A regra é a indianização. Muito acertadamente Alfredo Ladislau asseverou que as populações da Amazônia têm um espírito bastante aconchegado às tabas, numa íntima vizinhança com as malocas. (3) No caboclo de hoje, mesmo, o tipo racial é de muita semelhança ao índio, na pigmentação epidérmica, na diluição da barba, numa certa obliquidade dos olhos, na sobriedade medida dos gestos. Só lhe falta, em conclusão dessa semelhança física, a extensão e a rapidez dos movimentos, e isso deriva, por certo, da regressão secular que lhe impoz o seu máu funcionamento orgânico, decorrente de um mínimo padrão alimentício, inegavelmente a maior das forças que condicionam a nossa vida plástica e energética.

Aquela tendência de arianisação progressiva com que Oliveira Viana encontrou o Brasil central, o nordestino e principalmente o sulista, na Amazônia por enquanto não se definiu, naturalmente pelo padrão da mistura étnica que persiste se processando na sociedade, mais favorável ainda à massa indígena. Ademais, contra esse avanço arianizante impoz-se o meio físico, até hoje sem domínio, inferior, por isso mesmo resistindo duramente à ação seletiva dos grupos superiores. Forças regressivas violentas, humanas e fisiográficas, eliminam os contingentes que chegam, apuram-nos a seu modo, polarizam os seus elementos espirituais e corpóreos. Em Manaus, Belém, Santarém, Itacoatiara, Óbidos, Coarí, Boca do Acre, noutras cidades em que se concentram mais fortemente as disparidades de tipos e gostos, inclusive de portugueses, sírios, pretos, nordestinos, sob uma salada de enfeites europeus aparecem, espiritualizados, os bafejos da vida e da cultura do índio. No interior, nem essa capa existe. Os aspectos, a estrutura, o sentido, o complexo dos agrupamentos denota uma expressiva queda para o grupo inferior.

No confronto numérico das forças raciais que elaboraram o homem da Amazônia, fosse ele feito, o elemento nativo havia de aparecer na sua manifesta superioridade. Daí porque não é possível estabelecer, ao menos para tão cedo, a caracterisação dominante dos padrões externos. O próprio nordestino, que está constituindo a nossa exclusiva etnia alienígena, esse também não avança para a arianisação social. Entre nós, geralmente, ele é um tipo de colono inferior, mal adaptado, quasi inadaptável; pelos motivos transitórios que o fazem emigrar. Vê-se no inte-

rior um barracão maltratado, coberto de paxiuba, sujeito de cearense. (4) Acresce a tudo o largo índice de fecundidade do caboclo, que vem reproduzindo, em gerações continuadas, os mesmos atributos somáticos e psicológicos, talvez até regredindo sob o império das suas precárias condições de existência, dos seus deficits fisiológicos e mentais. Fecundidade portanto prejudicial à tese de arianisação, porque força a balança para a falência social em que ele vive. Ademais, os fenômenos de terra e clima, a desnutrição, o alcoolismo e as verminoses, preparam-lhes, a um e outro, um traumatismo de ordem física e moral. Sieriação endêmica e constância alcoólica, braços dados aos efeitos desnutritivos de fundo qualitativo e de calorias, impõem-lhes pesados tributos e indiretamente provocam as consequências de inferiorisar os nossos padrões raciais e culturais, a não ser que novas correntes de população, vindas de fóra, aparelhadas, quebrem esse fatalismo a que nos conduz a agonia do caboclo.

Não são poucos os sociólogos, voltados à análise dos tipos humanos da Amazônia, que se mostram partidários da tese de que os grupos nordestinos, por desidentidades psicológicas, pouco se interpenetram aos grupos nativos. Araujo Lima, Alfredo Ladislau, Raimundo Morais, chegaram ao ponto de entrever, como consequência desse fenômeno de repulsão social, dois verdadeiros modos de existência, bem distintos, um deles com ação nos terrenos centrais, pelos manadeiros, o outro na ourela das barrancas, pelas baixadas ribeirinhas. Entendo, contudo, por observações de local, que essa bipartição de fórmulas sociárias, inegavelmente à mostra sob aqueles caracteres a

que já me referi, descendem de fatores materiais cuja ordem é a um tempo geográfica e principalmente econômica. Marcam apenas um resultado lógico das influências do ambiente, com bastante força para modelar, à sua imagem, a fisionomia dos agrupamentos humanos que dele dependem. Já encontrei inúmeros logarejos marginais da baixada amazônica onde existe uma quasi igualdade numérica entre nordestinos e caboclos, assim como também vi, em pontos centrais dos altos rios, essa mesma proporção humana. Não obstante isso, nas primeiras áreas uns e outros são substancialmente pescadores, nas segundas substancialmente seringueiros.

E' bem de vêr-se, ainda, que a cruzada dessas duas composições étnicas jamais tem deixado de se processar, à farta, pelos vários pedaços do território amazônico, sempre com aquele aspécto de abandonar, contínua e vagarosamente, os traços raciais e culturais chegados de fora, para a adoção retrógrada das particularidades da vida nativa. Nos pontos do Acre, onde mais se condensa o grupo nordestino, comprova-se plenamente essa tese de desintegração de cultura. Quem chega, com seus hábitos e crenças, joga-os fora e aceita a típica moradia inacabada, de um só compartimento, montada em espeques e assoalhada com paxiuba. Assimila disposições de trabalho movel, comidas, remédios. Afaga-se nas mesmas crenças e abusões, sonha com os mesmos bichos do mato, teme a lendaria do rio. Fica outro, cada vez mais distanciado do tipo anterior.

Na personalidade das populações do nosso sertão, sejam quais forem as suas predominâncias étnicas, trans-

parece uma nítida afirmação do conjunto cultural nativo. Conjunto que mais aumenta, é certo, nas áreas de predominação cabocla, onde os padrões econômicos, combinados aos agentes geográficos, selecionam os tipos e obrigam a repetição, num círculo vicioso, das mesmas íntimas ligações do homem indígena com a terra.

Nesses ambientes, todas as feições do espírito popular retratam coisas, costumes, hábitos, tendências nitidamente nativas. A sociedade é um retrato não digo fiel, mas de alguma maneira com aquele cheiro e aquela coloração do seu biologismo indígena. Não se operou a transformação do trabalho, que é o velho e antigo, tomado aos índios, nem os hábitos econômicos são outros. A vida dos caboclos continua nômada, regulada pelos mesmos fenômenos de mobilidade do índio e do luso. Ainda se improvisam burgos, temporariamente, para acompanhar as estações de colheita. Persistem os ataques à natureza, as cõlhas de produtos espontâneos com aqueles mesmos processos rudimentares da ascendência ancestral nativa. Permanece o ciclo preliminar de familiaridade. Rodeando o chefe os filhos semi-nús, barrigudos, mal alimentados, entupidos de sífilis e malária. Entre eles, homens e mulheres, não se procede à menor separação, sequer moral, de sexos. Daí porque cedo, com uma precocidade que muitas vezes assusta os observadores de superfície, as mulheres perdem a virgindade e geralmente se amancebam.

Os hábitos de moradia são rústicos. A mata brutal cerca-lhes a casa mal sustentada e coberta de palha, trepada em estações para defender-se da água em subidas periódicas, de frente aberta, deixando à mostra um vazio

tristê. Liga-se com o rio, nalgumas vezes, pelo típico gurupape. O banheiro baloiça no porto. Emigrado com aquela pudicícia inerente ao civilizado, originalizou-se, sofreu severa, forte aclimatação. Dorme-se nas redes ou em esteiras feitas pelas mulheres, trançadas com folhas verdes de tucuman ou hastes de palmeira caranauacú. Em Antônio Lemos e São Miguel dos Macacos, não decorreu um ano, encontrei casas de trabalhadores regularmente assalariados onde não se via sequer um banco, nem cadeiras, tamboretas, nada para servir de assento à quantidade enorme de pessoas ali residente. Estranhando aquilo, tanto mais porque naqueles lugares os refugos de madeira eram postos ao mato, procurei descobrir onde sentava aquela gente, maxime nas horas de refeição. Era em esteiras ou no chão, disseram-me.

Para os caboclos a subsistência é fisiológica e sexual. Comer e procrear. Para a solução do primeiro caso coletam da mata a produção espontânea, caçam, pescam, algumas vezes plantam, na quantidade que lhes parece suficiente. Vivem atrás dos peixes e quelônios pelos remansos dos igarapés e pelas águas paradas dos lagos. Os seus tipos de pesca são quasi os mesmos das épocas indígenas, quasi nada avançados. Ainda adotam a pescaria por tapumes, também chamada cacuri, a da batição, do timbó, do esconderijo. Pacientemente, de cócoras na prôa das canôas, com o arco ou a haste numa das mãos, aguardam horas seguidas o momento exato de apanhar o pirarucú, o peixe-boi, a tartaruga, o tucunaré, o tambaqui, todos esses faceis recursos de subsistência que o indígena acostumou a recolher das águas.

Na sua produção deficiente e típica, de aspéctos desordenados, os caboclos queimam as matas para ageitar os roçados, ou então se utilizam dos roçados naturais, as extensas praias aparecidas nas vazantes periódicas, para depois, sem trabalho preparatório, como um policultor mas em escalas ínfimas, plantar o seu feijão, milho, batatas, mandioca, bananas, legumes. As mulheres assumem papel importantíssimo nesse trabalho sedentário. Delas é o cultivo da maniva, a fabricação de farinhas, a maioria da atividade roceira, a manipulação das bebidas, sem esquecer-lhes o aspécto doméstico, de donas de casa. Observa-se-lhes, nesse particular, um gráu espontâneo de cooperativismo, manifestado, por exemplo, nos processos múltiplos do putirum ou ajuri, cujos objetivos, fluviaes ou terrestres, se resolvem pelo esforço em conjunto.

A procreação é mais facil. Um homem e uma mulher, chegados ao tempo, com poucas peias ensaiam os passos de um casamento. Unem-se em dia de festejo, no melhor dos casos, porque às mais das vezes o processo é tácito, de aproximação sexual sem formalidades nem juizes, nem padres, da mesma maneira que numa separação para novos laços de sexo tambem não entram os elementos de casa e cartório. A organização da família, entre eles, sempre foi assim dissolvente. José Veríssimo, estudando-a no seu tempo, viu-a em dissolução e relaxamento, achando que suas razões eram todas de ordem hereditária, produto de um estado psicológico inferior, que nascera nas primeiras degradações da sociedade escravocrata. (5)

Domina a sua vida espiritual um sem número de crenças, lendas, abusões, tambem continuamente encon-

tradas entre o baixo povo de qualquer das nossas cidades. Os caboclos colocaram nas aguas a maioria das suas concepções lendárias, denunciando, com tamanhas particularidades, as procedências e os fenômenos totêmicos que lhes deram corpo. Daqueles bons e máus espíritos, que enchiam o santuário hidrogênico do índio, ainda restam muitas reminiscências, diminuidas de força, é verdade, no choque com o catolicismo, e transformadas noutras menores concepções fetichicas. E' comum, para os caboclos, o uso de certos muletos, cada qual com a sua finalidade metafísica, sejam o olho de boto e o uirapurú dissecado, para a solução feliz de todos os negócios e principalmente para as curas amorosas, o dente de aranha caranguejeira, que provoca rápida e forte dentição às crianças, como o dente de jacaré e de cobra, trazedores de felicidade. Um desses amuletos ficou celebrizado por uma obra etnográfica de Barbosa Rodrigues. (6) Ser caipora e estar panema são sinônimos de pé frio da gíria carioca, e para tal estado só o rezador dá geito, com a mesma segurança com que afugenta o máu olhado e o quebranto. Existem os tajás de boa ou má sorte, os muitos resíduos do animismo indígena repetidos supersticiosamente na alma das gerações, assim por uma espécie de memoria social. (17) A iara, o boto, a boiuna, integram assombrosamente todo o pitoresco folk-lore regional.

Gilberto Freire, referindo-se às observações de Gastão Cruls sobre a predisposição das mulheres da Amazônia pela côr encarnada, encontra explicativos numa profunda influência do índio, para quem não só os enfeites de penas vermelhas mas também a pintura do urucú, pelo corpo.

representavam uma certa função mística, de profilaxia contra os espíritos máus e, em número menor de casos, erótica, de atração ou exibição sexual. (8) **Influência** não menos profunda, ida aos motores da inteligência, ha que encontrar no acentuado pendor que os caboclos possuem para a música. O modo por que assimilam e retêm um longo trecho musical, transportando-o para os seus instrumentos, de corda e sôpro, manufaturados pelos próprios executantes, é de pasmar. (9) Já tive a oportunidade de ouvir alguns desses magníficos musicistas improvisados. Um deles, menino de pouca idade, desengonçado, amparando o seu violino na perna, executava agilmente o seu repertório, fazendo prodígios, para os festeiros duma localidade junto a Itacoatiara. (10)

Numa das festas religiosas mais populares da Amazônia cabocla, evidentemente já muito comprometida nas suas tradições cristãs, — a festa do Divino Espírito Santo — também é facil encontrar interessantes características da repercussão indígena, entrada com saliência até nos motivos beatos vindos de fóra. Nesses rituais, variaveis aqui e ali, o tan-tan do tambor e o toque da flauta têm a mesma profunda significação que nas cerimônias ancestrais fetichicas. Merece observação, igualmente, a formalidade do taiassú, quando o grupo de festeiros percorre todas as casas da redondeza retirando, numa contravenção aos direitos europeus de propriedade privada, todos os frutos que porventura lhe caiam na vista.

Não poucas, como se pode verificar, as expressões indígenas impregnadas na vida rural dos caboclos, estendidas, inúmeras, para os próprios habitantes das cidades.

Em face das culturas atuais permanece dominante aquela atitude animista e totêmica doutros tempos. Ou na sua forma integral, ou modificados ao contágio da novidade européa, ou enraizados na imaginação, o certo é que os arcaísmos do indígena sempre se refletem nos tipos atuais da civilização amazônica. Não só os estudos folclóricos locais, como também uma observação sobre certos aspectos da nossa própria vida, são importantes no identificar essa predisposição congênita do amazônida para integrar-se nos complexos indígenas.

Em que pezem os pruridos de uma corrente filológica contrária à existência de uma lingua brasileira, (11) as populações da Amazônia, sejam as dos interiores como as das cidades, receberam influxos bem fortes do linguajar indígena. Não é o que chamou Silvio Julio, relíquia de pequeno valor, tupinismo romântico. (12) Muito ao contrário. Milhares de vocábulos estão figurando, hoje em dia, nas nossas maneiras de falar. Do mesmo jeito que o negro mestiçou a linguística do nordeste canareiro, ou mais que isso, o índio contaminou a da Amazônia. Contaminação vocabular, prosódica, morfológica, semântica, sintática. A terminologia das cosinhas, dos utensílios domésticos, da medicina popular, dos horizontes geográficos, da flora e fauna, da literatura, é personalíssima de maneiras nativas, longinquoas e alheias ao velho idioma de Camões. Os tipos originais de pescar, caçar, dansas, superstições, remédios, alimentos, objetos de uso, estilos de vida, batisaram-se sob o sabor e macieza idiomáticas autóctones. (13) Toda uma toponímia nativa, que o caboclo assimilou do índio pela convivência contínua

na mesma aventura, vai sendo ageitada na fraze e na pena dos intelectualmente superiores. Aos poucos recebe polimentos, burila-se, para então, aproveitando o realismo da época, entrar na orgânica da lingua brasileira. Passa a ser corriqueiro na vocabulagem diária das altas e das baixas camadas sociais.

Depois da linguística, a culinária se apresenta como o aspecto mais contemporizado da sociedade amazônica. Os gostos brancos e indígenas misturaram bem os seus valores de cozinha. Alguns pitéos alimentícios, de uso hoje em lares pobres ou abastados, exprimem perfeitamente a mão indígena. Fazem exemplos os saborosíssimos pratos de tartaruga e carangueijo, temas obrigatórios às galas da cozinha amazonense e paraense, os vinhos de assaí e bacaba, o primeiro servindo de maior, por por vezes único alimento da generalidade dos moradores ilhotas de Marajó, as bebidas fermentadas feitas de macacheira cozida, a que dão os nomes de caçuma e caxiri, o aluã de milho, o pirarucú, que se fez alimento por excelência da maioria da população cabocla, a cangica e a pamonha, fabricadas de milho verde, os beijús de mandioca, o xibé do farinha e agua, cará, os animais moqueados ao fogo, os temperos de mēsa, além dos seus competentes apetrechos de preparação, parte integrante daquela atividade feminina herdada dos nossos avôs nativos. Tachos, peneiras, alguidares, fornos de barro, ralos, colheres de páu, potes, pilões, espetos de assar, cabaças de transportar agua, talhas para vinhos, cuias, o tipití, são objetos cuja presença, indispensavel hoje em tantos lares, denuncia a ancestralidade indígena nesses aspéctos

da vida familiar. A própria economia local se fundamenta, tem rasão predominante, nos elementos revelados pelo índio. Nascida de homem nativo, guarda, na sua inviolabilidade de estrutura, todo o seu amôr filial. Possui os mesmos traços industriais de exploração. A borracha, a castanha, os óleos, o guaraná, as fibras, as madeiras, o cacáu, o timbó, o cumarú, as gomas, os peixes, os couros, são valores de um evento antigo. Quem chegou de fóra já os viu em função, pelo braço do índio. Só necessitou copiar atividades. Mesmo assim, por mais de dois séculos não soube trabalhar sozinho.

Isso nas áreas de influência cabocla. E nas nordestinas? Repetem-se os fenômenos. Como já fiz sentir, mesmo no Acre a regra é a indianização. O tirador da seringa formou-se socialmente sob atributos típicos, definidos à lei da floresta e dos rios e pelos mesmos exemplos que o bugre manso lhe entregou. Cria os filhos, como os velhos da tribo, na espontaneidade dos movimentos. Solta-os, para a aprendizagem da auto-defesa. De tal modo que aos seis anos o curumim conhece todos os furos, lagos, igarapés, corredeiras, taboleiros, viveiros e peráus. Possui do índio o fôlego, o ouvido, a atenção e o faro. Também masca o seu tabaco, bebe a sua pinga, possui a sua febre. Todos os dias se enterra na lama, sobe nas árvores, vadeia os rios, dorme nas tocaias e surge nos roçados com as suas fartas provisões. (4) Na mulher, no homem, os instintos, os processos de orientação na família deslocaram-se dos velhos traços patriarcais. Quando o nordestino se transforma em acreano, diz bem Abguar Bastos, (15) desde logo perde as suas principais

características perante a história: a do fanatismo e do cangaceirismo. Reeduca suas místicas e passa a conduzir-se com a renúncia do caboclo. Assimila-se autenticamente nativo. No trabalho florestal extrativista, nos costumes, na linguística, nos gostos, predominam as soluções que ele aprendeu entre nós. Fundado nesses motivos é que eu insisto na tese, tantas vezes negada, de que o homem amazônico, cultural e antropológicamente visto, não está emparedado em personalidades diferentes. O seringueiro, o mariscador, o vaqueiro, mais que os outros tipos, marcam-se por variações características, mas todos eles se tangem e harmonizam em muitos ângulos de sociedade. São irmãos nativos.

GEOGRAFIA ECONÔMICA DO RIO. REGATÕES

Existe na Amazônia um valor substancial a esquematar, sempre que quizermos solução para certos problemas do nosso complexo antropogeográfico: é o espaço. A questão espaço, para nós, não pode continuar sendo como é de costume, mera curiosidade *estética*, simples página de literatura apressada e inconsistente, mas ao contrário, precisa racionalizar-se e tomar significação à luz do fato econômico, social, moral. Somos dos que vivem em profunda desproporção, do homem para o espaço. Minúsculas são as nossas parcelas demográficas. O ecúmeno continua exiguo, oscilando entre subidas e descidas. Afrouxam-se e desatam-se, sob a nossa superfície territorial hipertrofiada, aqueles vínculos de solidariedade que equiparam os poderes do homem aos do seu meio. O exercício da vida social se processa quase à revelia da cooperação e do inter-auxílio. Luta-se individualmente. Conosco não existe a equiparação necessária dos elementos natureza e trabalho. O habitante amazônico é um solitário, falido nas suas condições de existência por esse severo fenômeno de ordem sócio-geográfica e por tantos outros distúrbios médicos, intelectuais, jurídicos e morais.

A ação desarticulada e desassistida do homem amazônico, se ajudas estranhas não possuisse, fatalmente apresentaria outros resultados, ainda mais ingratos e tristes que os atuais. Os mil obstáculos que a floresta amontôa, as decantadas adversidades do rio, a pequenez numérica e a falência orgânica e psicológica do homem, seus retardamentos sociais e técnicos, quasi nunca caminham sós. Paralelamente a eles acarretam-se fatos que são compensações espontâneas, cujo alcance apenas precisa de ser sentido e aproveitado. A cada fatalidade corresponde um efeito benévolo ou pelo menos pacífico.

Intercalam-se os desvios e os estímulos, às vezes num mesmo corpo. Tal é o caso do rio — o rio impatriótico de Euclides da Cunha, estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra. Não obstante a sua enormidade e inconstância tumultuária que à primeira vista parecem só pressionar insucessos e desfazer adaptações, o espaço fluvial se apresenta ao abrigo de características ainda mal investigadas, às mais das vezes prometedoras e amigas. Seu valor econômico, incontavelmente, concretiza-se em todos os quadros da vida e do trabalho. Ha uma repercussão global e insistente, desse elemento sobre as atividades humanas.

Enquanto as distâncias territoriais tiranisam o homem, empobrecendo os seus esforços, o meio líquido reage, concorre para uma normalização de rendimentos compatíveis. Em antagonismos assim a natureza amazônica é fértil. O trabalho, a produção, o comércio, que entre nós permanecem tão primários de estrutura e resultados, encontram fórmulas de socorro nesse vasto potencial geográfico, para o qual se conferiu o primeiro posto, aliás acertadamente, na ordem dos nossos interesses.

Explica-se, assim, o motivo das nossas exigências no tocante ao grave problema das comunicações e transportes. Temos necessidade de promover o aproveitamento das linhas naturais de circulação, tantas e tantas na Amazônia, paralelamente à mobilização e ao equipamento dos meios de transportes. Ao primeiro fato, que é só geográfico, deve aliar-se o segundo, essencialmente humano. Um já está pronto, aguardando apenas que se lhe adapte o outro. As soluções, como é fácil de verificar, não se dificultam. Nem sequer precisamos, a rigor, melhorar condições de navegabilidade, mas simplesmente ampliar e aparelhar o quadro de transportes. O aproveitamento das aquavias amazônicas pode ser feito, com poucas exceções, em estado puro, sem necessidade de balisamento, drenagens, correções outras que regularissem, como alhures, trechos desse facies circulatório. Em porção quasi total as nossas aguas são de curso franco.

Só nalguns manadeiros, principalmente dos chamados rios de planalto, encontram-se degraus de cachoeiras, acidentes todavia sanáveis por um processo rigoroso da técnica rodoviária moderna.

Sem dúvida alguma, o equipamento econômico do rio em função dos transportes, e inversamente, o dos transportes em função do rio, se alista entre os maiores e inadiáveis problemas da Amazônia. Sucede isso tanto por causas fisiográficas como por imperativos do nosso regime de trabalhos, subordinado ao estrativismo intenso, à instabilidade rural do homem. Para articularmos os 3.000.000 de quilômetros quadrados que servem de área ao nosso sistema de produção, compete-nos desenvolver e aproveitar a massa fluvial, que temos espontânea, os grandes e os pequenos tributários, todo o manancial de vias que se entrecruzam na Amazônia planiciária, utilizando navegação de largo bordo e tonelagem pezada, chatões, gaiolas, lanchas motorizadas ou a vapor, batelões e igarités, cada qual no seu papel variável e característico. Importantíssima, imprescindível continúa a se mostrar uma solução dessa ordem.

O homem do interior não pode quedar isolado, assim como o trânsito e o escoamento da riqueza precisam de constância e amplitude. Na Amazônia, nenhum recurso é melhor que o rio para a aceleração dos contactos, factores de solidariedade humana e consequentemente de bem-estar social. A mobilização de qualquer outra linha de comunicação e transporte resultará sem louros. A solução pela estrada de ferro ou de rodagem, cujo projeto de realização já se constatou para o Rio Branco, remontando ao século XVIII, não encontra justificativas econômicas nem se apresenta subordinada a compensações positivas, em serviços e rendimentos comerciais. O avião, por sua vez, que ganha em velocidade mas perde em valor volume, além doutras impropriedades é caro. O transporte pelo rio, mais barato, fácil, não obstante certas dificuldades que tem antolhado o seu progresso em número, ainda é o mais lógico. Por maior evolução que alcancemos, aliás,

em nossos meios de transporte, nunca nos libertaremos de todo das linhas naturais de circulação.

A inconfundível unidade geográfica e sociológica que se observa na Amazônia, por outros imperativos não se explica, sinão pelas estradas que andam, cujo papel no contacto, no caldeamento e fusão das populações adquire uma tonalidade máxima. A força de refração, o desequilíbrio territorial dos nossos 3.000.000 de quilômetros quadrados já teriam fragmentado a Amazônia, ou pelo menos a conduzido à desunidade, se a tal não se opuzesse um sistema hidrográfico que apresenta os mais amplos favores associativos, não exclusivamente regionais, mas até interestaduais e transnacionais.

Não existissem as ajudas decisivas do rio — já afirmei, a respeito, certa vez — e a Amazônia apenas seria a selva selvaggia, um mundo florestal todo fechado, um autêntico inferno verde, onde o homem não teria capacidade de colheita e a produção comerciável seria nula. (1)

Entre nós se configura rigorosamente aquela tese de Mario Travassos, sobre os fatos humanos sempre consultarem, para a sua mais perfeita e ampla manifestação, as expressões geográficas melhor favoráveis aos fins a que eles se propõem chegar. (2) Uma entrozagem oportuna do que é humano pelo que é geográfico atende às nossas situações originais de existência. Quem não vive no rio, fixado marginalmente, vive ao seu alcance imediato. O caboclo da marisca em primeiro plano, com ele o vaqueiro, o madeireiro, o tirador de seringa, o agricultor, o plantador de juta, o criador, quaisquer desses tipos se orientam comodamente ao gosto da paisagem cheia dagua, que lhes imprime procedimentos adequados. O rio é sempre o educador dos esforços do homem, sobre os quais funciona impondo feição singular, facilitando-os por vezes, prejudicando-os noutras, equilibrando-os tipicamente, à imagem das suas reações variáveis no tempo e no espaço. Contamina os mais diferentes modos de vida local ao impulso, principalmente, da sua mecânica

de subidas e descidas. Nas várzeas e mesmo terras-firmes, nas florestas e campos, vem dele uma determinação às atitudes, aos caminhos a seguir no trabalho e no costume. A Amazônia é o rio, e só ele liberalisa ao homem as aptidões, as vocações que temos, típicas, insistentes, de sociedade e economia.

No fenômeno de enchentes e vazantes, de tantas conseqüências orgânicas e funcionais para o trabalho do homem rural, identifica-se um dos fatos geográficos da mais alta importância para a ordem econômica do Vale. O engordamento do rio, quando normal, raros prejuízos oferece, e antes, humifica, fertilisa as regiões alcançadas, apropriando-as ao plantio de cereais, dos legumes, da juta. Renova as espécies ictiológicas dos lagos, possibilita maior deslocamento e sociabilidade sobre a selva, enfeita, amenisa a rigidez da paisagem. Pontos da Amazônia existem, que só se ligam por efetivas comunicações e transportes nos períodos de água alta. Tais são certas regiões do Tapajoz, Purús, Juruá, Branco, etc. Outros, ainda, como o Japurá, que no verão só podem ser penetrados por canoas, lanchas de baixa tonelagem e chatinhas de fundo raso, com tres ou quatro pés de calado. Durante as cheias aproveita-se todo o aranhol potâmico, os furos, igarapés, paranás, afim de melhor realizar, à custa dessas vias pequeninas, a dinamisação das nossas riquezas e o desisolamento do homem.

Não se passaram ainda muitos dias desde quando eu li, num jornal de Manaus, a lei substantiva de 25 de Junho último, mandada executar pelo governador do Território do Acre, proibindo o comércio chamado de regatão. Os motivos que aconselharam esse ato especial, os fundamentos que o redigiram, a sua porta de entrada e de saída, até agora não cheguei a desvendar. Quem penetra a Amazônia no que ela tem de realmente íntimo, saindo das rotas habituais dos navios de largo bordo, deixando a calha principal dos rios para chegar aos meandros, aos braços de mil formas e tamanhos, é capaz de concluir qual o critério que necessariamente precisa

orientar os passos de quem, como os governos, pretendem solucionar os problemas desta parte extremo-nortista. Nos mais escuros e longínquos interiores está chumbado o homem, temporariamente ou não, com a sua moradia miserável, os seus xerimbabos, os corumins distróficos e analfabetos, a sua sociedade familiar em ampla falência psicológica e orgânica. Sem compreender, sequer de leve, o valor nacional do seu espalhamento pelos sem-fins amazônicos, mesmo assim o caboclo faz força contra os elementos naturais que o circundam, constitue legítimos marcos demográficos através da interlândia belicosa. Lá está ele, marginando um furo, um igarapé, um lago. Nas cidades ninguém sabe de sua existência enobrecida por tantos padecimentos. Mas não adianta. Lá está ele, o tarzan mirim, tomando conta da grande área territorial que nos orgulhece e eleva. Jamais ganhou a ajuda de ninguém. Porisso ele é o que pode e melhor lhe parece ser. Tira do rio a sua precária alimentação, planta a sua rocinha, extrai o leite da hevea, colhe os ouriços da castanha, aproveita o cumarú, as sementes oleaginosas, deita a secar os peixes que pegou nos lagos. Vai praticando o seu trabalho humilde, cujos resultados invariavelmente não lhe tocam, porque escorregam aos mealheiros do seu suzerano, o proprietário latifundista e comerciante da zona, que precisa ter limpos e lustrosos os seus braços de coronel. O proprietário é o tal. Senhor de barão e cutelo, pensa que ainda não largamos o cansado ciclo escravagista. Fecha uma boca de rio e ali ninguém penetra, a não ser a serviço do régulo. Outrora foi acintosamente assim. Hoje continua assim, apesar das tintas brandas com que essas ocorrências estão camufladas.

O pobre homem da interlândia, marcado por severos estígmias de sociedade e economia, solitário é incapaz de quebrar tantos laços de vassalismo. Necessita de que certas circunstâncias de origem externa cheguem até ele, consigam atirar-lhe as malhas e os favores, as reações da solidariedade e da justiça humanas. A obra do regatão é essa. Arrasta atrás de si profundos fatos econômicos

e sociais. Liga as choças longínquas com as moradias cá de fora. Corta o isolamento do homem. E' o concorrente ao comerciante proprietário, que, não fosse isso, culminaria nas ganâncias e no estorvo ao caboclo ingênuo. Resulta, logicamente, o jogo das competências e o rosário sucessivo das leis sobrehumanas que participam, de certo modo, da economia da oferta e da procura.

Andei, ha pouquíssimo tempo, pelo Japurá, onde o navio da linha regular, e só ele, penetra apenas uma vez por mez. Ali os negociantes colombianos, que trafegam em lanchinhas, são aguardados com ansiedade. É Deus no céu e eles na terra. Isso succede, observe-se, num dos rios capitais da bacia amazônica. De tamanha cousa é facil imaginar o papel das outras caminhadas dificeis aos escuros centros do setentrião, às vezes sob o impulso de remos, entre sacrificios e arrojo. A cada operário da selva e das aguas, quando passa, parando ou não na sua barraca, o regatão lança beneficios materiais ou só espirituais. De mim, admiro a tarefa laboriosa e ingente, prova da concórdia amazônica do homem com o meio.

VOCAÇÃO FLUVIAL DO CABOCLO. MARISCADORES E CANOEIROS.

Acerca das nossas peculiaridades geográficas uma proeminente literatura científica vem registrando, de longa data, fenômenos curiosíssimos invariavelmente mal interpretados, percebidos nas diferentes longitudes e latitudes da bacia amazônica, alguns em sua projeção geológica, botânica, médica, climática, outros na social, econômica, histórica. Grande parte do quanto somos, na existência e no trabalho, como terra e homem, tem merecido atenção e estudo às mais das vezes assim debaixo de pressa, de tal modo que na generalidade dos casos a fotografia intelectual atinge de preferência a matéria bruta, sem baixar fundo aos complexos íntimos, sem adquirir rumos psico-analíticos derredor do espacial e do social nas suas interações antropogeográficas. Aliás os vícios da espécie já foram anotados. Mas perduram. Quasi só o meio, em sua significação plena de geografia terreal, continúa a merecer as tintas e a percuciência dos operários do espírito. O elemento humano, quando marca atenção, invariavelmente o faz através do seu quixotismo como produtor de valores econômicos, ao que daí se deprende, substanciais e puros. Não despertam perguntas nem imprimem imagens as suas quantias psicológicas, suas vocações em sociedade, os costumes e as atitudes com que fabrica para si uma aculturação típica, essencialmente subordinada a razões normativas da selva e do rio.

Em que peze esse cochilo, a sociedade do homem amazônico possui traços dignos de boa análise. Traços curiosos, que importam na falibilidade das soluções vulgares, arranjadas à vesga para os problemas que a cercam. E' preciso se ter em conta que os interesses da Amazônia não podem ser medidos pelo critério convencional, à luz das combinações e perspectivas aprendidas

noutros ambientes. Somos bem caboclos em estoques de terra, raça, trabalho, grupo social, emoções, desejos. Daí eu sempre insistir em que os raciocínios de orgânica alienígena, cujas filosofias não sejam molécula das nossas curiosidades geográficas nem delas tenham sido adquiridas em aprendizagem pela observação, pouca importância assumem para nós e invariavelmente fogem do alcance e dos objetivos práticos.

O homem amazônico, que ainda não pode vencer a lei determinista, permanece ao gosto do espaço, mimetizado principalmente às várzeas. Raros são os sintomas de cultura predeterminada que se prendem ao seu perfil de existência. Na ordem dos seus interesses de alimentação, de comércio, nas suas alegrias e tristezas diuturnas, a rede potâmica absorve o primeiro posto, conquistado há séculos e estendido, repetidamente, até aos dias que correm. Com o seu profundo senso de acomodação geográfica o caboclo seleciona a foz dos igarapés, o ângulo das confluências, as margens mais bucólicas para ali levantar sua habitação, fazer vida calma e sem ambições, saqueando o rio para comer, dormindo preguiçosamente catorze horas por dia, dansando, rezando nas ladainhas e enchendo a sua paisagem familiar de corumins distróficos e analfabetos. Aproveita o rio como linha de transporte e comunicações, serve-se da sua dinâmica de enchentes e vazantes para estabelecer o equilíbrio do plantio e da colheita, para o trabalho da criação e da pesca, da indústria extrativa e das viagens de mercadejamento. Nas regiões inundáveis a Amazônia originalizou-se por tipos sociais e econômicos que são um reflexo da sua razão fluvial. A maromba, as jangadas, a morada palafita, o flutuante, o banheiro, o gurupape, representam elos dessa cadeia em que o homem se ajusta gostosamente. Ali as formas de aculturação procedem, quasi em totalidade, daquela disciplina que o rio caracteriza. Aliás essa ação reflexiva não se revela apenas sobre o homem, mas passa às condições de solo, de vegetação, de clima, de biologia geral.

Em capítulo anterior fui contrário aos sociólogos que tentam classificar a população da Amazônia em áreas distintas. Acho não ser possível distinguir uma plena dissemelhança de vida coletiva entre dois ou tres habitats, porque o certo é que mesmo as orientações do pescador, do seringueiro e do vaqueiro se contagiam e aproximam por aquela fatal predisposição para o aproveitamento do rio. Quando muito é possível constatar que nuns pontos a identificação fluvial se procede mais a rigor que noutros. Tal, no caso comparativo de Breves com as regiões do Acre. Nos primeiros ambientes o campo maior da vida é o rio. Ninguém se desloca, em qualquer atividade, a não ser no banco da canôa. O rio é a rua. Os defuntos vão prá cova embarcados, embarcados vão os noivos, os padeiros, as procissões, os caçadores, os comerciantes, os trabalhadores, os eleitores, os namorados, os músicos. (1) Nos segundos a influência da água e da canôa não é tamanha, mas sente-se-lhe invariavelmente a presença multiforme.

Nas regiões alagadiças, de várzea, as mais preferidas pelo homem e portanto aquelas que maior índice demográfico de aproveitamento exprimem dentro do panorama da geografia humana da Amazônia, o caboclo mariscador não foge do amor ao rio. Antes, os traços sociais, econômicos, psicológicos que originalizam a sua sociedade têm cheiro e gosto de rio. O seu facies individual e coletivo meio ictiófago e meio canoeiro procede dos imperativos fluviais. Notei que nos grupos criadores dos Autazes, do Careiro, Cambixe e Curarí, onde o estado aluvional dos campos integra o homem nessa vocação pelo rio, ao revés de caracterizar-se aquela figura genuinamente das zonas da pecuária, que é o cavaleiro, reforçou o tipo humano a sua expressão sociológica de marcha. O vaqueiro, ali, gosta muito mais da canôa que do cavalo. Existem fazendas que não têm um só cavalo, mas uma sequer eu enxerguei, por mais insignificante que fosse, sem possuir o seu veículo de transporte, comunicação, carga: a canôa.

Cheguei também à dedução de que o flutuante não

procede, como ha parecido a certa gente, das leis do menor esforço, mas sim subordina os seus motivos à afinidade suprema entre o homem e o rio, tantas vezes verificada por exemplos e quasi nunca compreendida na sua exuberância. O português, o sírio, construindo-o para estabelecimento de comércio, não cederam a imperativos de fabricar a sua terra, conforme os fundamentos do chinês, nem tiveram em mira atender à preguiça do caboclo. Quando muito expuzeram a mercadoria de venda na rua de maior trânsito: o rio. Assim como o flutuante, encenando essa peça psicológica que ampara a tese em questão, a maromba constituiu-se, para mim, debaixo daquela sua expressão de curral anfíbio caracteristicamente amazônico. uma diretriz local de vida molhada, seguida de perto pelo gurupape, que estreita as relações da casa com o rio, pelo banheiro flúvio trepado em cedros, por outros variadíssimos modelos sociológicos que refletem a provocação coletiva, pelo rio, dos práticos destinos humanos; seguida, mais, pelos processos de trabalho trazidos de fora e aclimatados com a agua, a exemplo dos regatões, teque-teques das cidades que a Amazônia pintalçou no bojo de uma embarcação, ambulando por rios e furos no seu papel de missioneros modernos de la civilización. (2)

O traço mais singular e característico do homem amazônico, como documento de assimilação cultural, não está no seringueiro, segundo de princípio se pode presumir; nem está nos vaqueiros riobranquense ou marajoara, no garimpeiro, no guaranazeiro, no castanheiro, no agricultor; tão pouco no índio, que hoje possui fragilíssima representação étnica e sociológica: está no canoeiro e no mariscador, tipos que a várzea educou para a vida, debaixo da cartilha e das conveniências do rio.

A canôa tem função de movimento e marcha. Participa dos quadros da sociedade amazônica com tanta insistência e solicitude que à primeira vista logo se lhe fixa a contribuição campeã. Nenhum outro elemento passou a ser tão imprescindível ao homem quanto ela. Em consequência, por maior grau de miserabilidade que haja atin-

gido uma família cabocla, sempre a canôa está presente no seu porto. Social e psicologicamente presa à vida do homem, a canôa, pois, deu-lhe uma individualidade nova, típica, hereditariamente transmitida de geração em geração. Tenho admirado corumins de idade mínima com um domínio magnífico do remo. Sinão por força desse fenômeno de adaptabilidade congênita, doutro modo custa a explicação de um fato ocorrido ha mezes em São Paulo de Olivença, quando uma criança de sete anos atravessou sozinho o Solimões, da ilha para a cidade, remando numa canôa média, para contar que seu pai, com quem ela tinha ido pescar, fôra morto pelo bote envenenado de uma jararaca. Ao milagre, para muita gente a única arma de explicação, eu contraponho a lógica da aculturação fluvial do caboclo, fértil de provas em tantíssimos outros momentos.

Bem a propósito: a) eu viajava no Morey, navio peruano que faz a linha Belém-Iquitos, quando paramos para tomar lenha, às 2 horas da madrugada, no porto Vai quem quer, município de Fonte-Bôa. Ouvindo música, saí do camarote, curioso. Uma festa. Dansavam os pares numa ramada, a menos de um palmo à flor dagua. As canôas tinham conduzido os convidados e agora ali estavam, seguras às paliçadas. O ambiente era religiosamente amazônico; b) iamoss entre Coarí e Tefé, de viagem, e de longe ainda uma jangada prendeu-me a atenção. Ela descia o rio. Logo figurei um dos tantos processos de transporte fluvial de madeiras para as serrarias da capital, comuns na Amazônia em períodos de verão. Mas à medida que se aproximava a jangada verifiquei tratar-se de uma típica mudança domiciliar. O caboclo colocara sua barraca sobre uns tóros de cedro amarrados por cipós, ali puzera os seus pobretões objetos de uso, acomodara a mulher, os filhos e os xerimbabos, baixando o rio, ao sabor da correnteza. Sem desalugar a casa, antes transportando-a, fazia uma expressiva migração à Noé. Ao que me consta, aliás, esse modo original de mudança familiar e doméstica outrora foi insistentemente usado, durante aqueles

períodos que sucederam à queda da borracha; c) visitando o Colégio N. S. d'Assunção, em São Paulo de Olivença, as piedosas Irmãs Franciscanas gentilmente fizeram-me folhear alguns cadernos de desenho. Uns melhores, outros inseguros, mas o essencial é que na sua grande maioria os trabalhos figuravam um navio ou uma canôa. Perguntei de pronto se os motivos de tais desenhos eram expontaneamente escolhidos pelo aluno ou dava-os a mestra. Ante a resposta que tive contrária à pedagogia dirigida, autentiquei a conclusão: aquele gosto pelas embarcações tinha explicativos nos próprios estados psicológicos da criança escolar. Era uma profunda fonte amorosa, congênita.

Esses documentos que relato, da afinidade do homem com o rio, foram por mim enxergados e sentidos. Toda a região está cheia deles. De dezenas, centenas deles. As nossas aptidões, por excelência desenvolvemo-las à beira d'agua. O trabalho, a marcha do homem, seus processos de adaptação geográfica procuram amparo no pleno acordo com a dinâmica fluvial de subidas e descidas.

Somos um povo de canoieiros, mas principalmente somos um povo de mariscadores. Nas fainas piscatórias o habitante da Amazônia rural cristalizou apuradas qualidades de lutador e de gênio. Chumbado à igarité reminiscência indígena, à canôa tapuia comumente chamada de obra e de santarem, ou à vigilância mestiça de lusitana e nativa, vai realizando, debaixo de instrumentos e manhas curiosas, uma variavel e disciplinada processualística, na grande como na pequena pesca, sejam salgadas, lacustres, de rio ou de igapó as zonas escolhidas. A gurijuba, a tainha e o filhote, nas áreas da contra-costa paraense; o pirarucú, o tambaqui, a pirapitinga, o tucunaré, o pacú, a branquinha, o matrinchão, a sardinha, pela Amazônia interior, no meio da nossa riquíssima fauna ictiológica constituem as espécies mais acreditadas. O regime de aguas, que sempre se fez ouvir nas nossas formas de trabalho, determina a maior ou menor abundância de peixe e a própria época das pescarias: Ha um tempo de

salga e um tempo de piracemas. O mariscador inflexivelmente se subordina a eles. A técnica das pescas, conforme eu já disse, é animada e multifária. Promovem-na por meio de tarrafas, arrastão, espinhel, caniço, flecha, batição, armadilhas, tapagens, narcotização por substâncias vegetais tóxicas. O processo ou tem sentido individual ou um sentido coletivo. O putirum é bem usual nos períodos de cardume. O mariscador não alheiou dessa procura alimentícia e comercial nem os anfíbios nem os crustáceos. A tartaruga e o carangueijo até passaram a constituir, para nós, autênticos símbolos de culinária.

Tamanha vocação pelo rio, assim manifestada nas orientações de trabalho, nos costumes, na alimentação, nas atitudes em sociedade, devia também importar, e realmente importou, numa afim caracterização de rumos para a psicologia do caboclo. Quasi todo o nosso lendário, a mística, o espanto totêmico, inspiram-se nas figuras da água, que aliás se espalharam, num parentesco de imaginação, pela Amazônia nacional e estrangeira. As lendas da yacumama e da yacuruna (3) repetem, na região peruana de Loreto, as saborosas tradições da boiuna e dos outros duendes com que a teia potâmica nos enganala.

O boto, safado, faceiro, tem o seu lugar de honra na nossa existência folclórica. Enxergam-no como flagelo dos corações, conquistador de donzelas, casadas e viúvas. A mulher grávida foge de andar em canôa, porque esse mamífero, boiando, fungando, tem poderes sobrenaturais para transmitir, ao nascituro, os traços cetodontes da sua própria figura. Sabe-se insistentemente de fatos amorosos, ocorridos quasi sempre em noites de lua, em que cunhãs são vítimas da capacidade sexual do boto. Em Benjamin Constant contaram-me o seguinte: próximo dali, certo dia, ha uns dois anos atrás, uma cabocla de nome Ana, casada mas separada do marido, como de costume lavava roupa sobre um cedro, à beira dagua. Brusco, um baque no crâneo a prosta em estado de semi-inconsciência, no durar do qual sentiu consumir-se, para si, um ato genésico perfeito, nas suas fazes psíquicas

essenciais. Mais tarde, voltando à razão, constatou no seu aparelho genital sinais positivos de cópula, uma coagulação espermática junto aos grandes lábios, sentindo, ainda, um fortíssimo pitiú impregnado em seu corpo. Foi o boto, concluiu sentenciosamente. Quantos ali souberam do ocorrido concordaram que foi o boto.

De minha parte não encontro fundamentos orgânicos, no boto macho, para conferir-lhe direitos de cópula ativa semelhantes aos nossos. Ana, no fato em apreço, certamente foi vítima do reflexo involuntário a que o froidismo denomina de descarregar pela reação, fenômeno terminal do sexo insatisfeito e do desejo acumulado. Casada, mas então sem marido, vale dizer, sem a função matrimonial, não teve equilíbrio para resistir ao traumatismo e integralizou um ataque histérico com a sua faze de sonambulismo artificial, dentro do qual realizou, auto-sugestionada, o delírio sexual do coito psiconeurótico. As imagens e os detalhes vieram depois. E o boto levou a fama...

CURRAIS, MAROMBAS E VAQUEIROS.

Dentro da Amazônia a pecuária se mostra como a mais nítida forma de ligação do homem com a terra. Nenhuma outra das nossas atividades rurais apresenta tamanhos favores ao estacionamento e padronização de um tipo social. Embora se leve em conta as culturas racionais da juta, magnificamente assimilada à nossa economia de exportação com as extensas plantações de Parintins e doutros lugares mais desconcentrados, e tendo-se também em mira que o guaraná e a própria seringueira, aquele na Mundurucânia e esta em Belterra e Fordlândia, já se acham num pequeno ciclo de mobilização pelo plantio, mesmo assim só é possível constatar, nos nossos processos desordenados e nômades e nas rotas da nossa economia intensamente destrutiva, um infeliz desapego pela terra, considerada como valor físico a utilizar. A rigor ainda está na pecuária o essencial fundamento das nossas maneiras sedentárias de existência. É justamente em Marajó, Baixo Amazonas, Rio Branco, nos Autazes, Careiro, em qualquer das diversas regiões por onde se espriam os grandes ou os pequenos rebanhos, que o homem da Amazônia melhor exprime a sua vontade de parar, preso à morada, ao curral, às paisagens francas que a gadaria enfeita, à sociedade democrática e simples dos vaqueiros.

Não obstante as incapacidades que se aponta aos terrenos do Vale, os de várzea principalmente, para a desenvoltura da nossa economia criatória, as fazendas cada ano que se passa saem dos limites territoriais anteriores e tomam lugar na barranca doutros rios onde, outrora, só o cacau, a roça e indiretamente a borracha, a castanha, os pescados, orientavam sintomas de estabilidade social. Quem viaja pelo Madeira, Solimões, Juruá,

Purús ou seus braços mais consideráveis, surpreende a presença do gado, pastando aos magotes em campos artificiais tomados à floresta. O boi, por ali, ainda não foi além de um intruso, mas o homem o quer mesmo assim.

Nem de leve me interessa, nestas linhas, defender ou atacar interpretações do problema pecuário entre nós. Modestamente, com aquilo que tenho observado no Baixo Amazonas e nas concentrações rurais criatórias do Município de Manaus, além dos informes que juntei derredor do Marajó e Rio Branco, pagino uma simples visada de conjunto, que justifique a identificação de uma zona de influência, cultural, sociológica e econômica, para os currais e vaqueiros.

Interessante é notar, de principio, que nem o rio nem o campo, tão pouco a floresta têm marcado limites rigorosos para a gaderia. É verdade que os campos naturais do Marajó e os lavrados também naturais do Rio Branco, mais que os outros pastos, melhor atraem e consequentemente intenso aproveitamento proporcionam. Isso não equivale a dizer, todavia, que as águas e a selva afugentam as sociedades vaqueiras. Os prados de Almerim, Óbidos, Alenquer, Parintins, as cocaias dos Autazes, as pastagens aluvionais do Careiro, Cambixe, Curarí, Terra Nova, em sua grande maioria foram tomadas à floresta. A respeito, conversei com antigos moradores das quatro últimas regiões por mim citadas, ouvindo, deles, reminiscências que me documentam e autorizam as afirmações presentes. Ha uns trinta ou quarenta anos atrás, ali, a mata bruta alcançava o rio. Sem que tivessem motivos econômicos determinantes, os moradores deixavam-se ficar apáticos, indolentes, na doce moleza das conformações. O fundo do tapirí invariavelmente fronteirava com o matagal. O roçado, o bananal, invadidos pelas parasitas e plantas bravas, de longe perdiam a sua expressão original.

Hoje em dia as paisagens mudaram. A exigência do gado e dos currais, direta ou indiretamente determinou a

preparação de grandes campos, que são outras tantas variações fisiográficas a tricotomizar a Amazônia florestal e líquida.

A pecuária, na Amazônia, quando não é de aluvião é de terra-firme. São as suas formas típicas, que arrastam, cada qual à sua roda, características curiosas. Aos criadores da várzea toca maior soma de esforços e sacrifícios. O rio, que por períodos continuados vive em concórdia com o homem, eventualmente transforma-se num sério adversário. Fertiliza, humifica, arroteia os terrenos, facilitando uma forragem gramínea opulenta de valores nutricionais, mas quando menos se espera entra em função a mecânica fluvial. Uma inundação tresvairada precipita a tragédia. Os rebanhos começam a sofrer sensíveis transformações no seu equilíbrio fisiológico. Submersos os tesos e as últimas restingas, vem a vez de utilizar a maromba, e ali o criador suspende o gado durante um, dois mezes, à espera de que fuja o lençol desleal.

As marombas são currais anfíbios. Vi-as, já, de variados feitios. Geralmente acabam-nas assoalhadas com paxiuba, em quadradura, montadas sobre grossos troncos de árvores, mas no Careiro, na fazenda de um senhor Saraiva, existe um tipo novo, de cimento e pedra. São simples estrados cobertos; giraus, chamariam no nordeste. Nelas a gadaria se empilha, sujeita a perturbações nutritivas, sofrendo a um tempo calor e humidade. Sua alimentação de canarana, carregada de longe em canôas, é insuficiente e sobretudo apodrecida. O organismo da bicharada aniquila-se, deprime-se-lhe a resistência vital. Com a vazante, atirados à terra despida de pastagens, convalescentes uns, enfermos outros, todos esses animais torturados no ambiente das marombas tinham de resistir ao resultado das mais complexas diateses. (1)

Terríveis sucessos sempre acompanham as vazantes. A natureza geológica dos campos, sejam os artificiais como os naturais, faculta o empoçamento. Baixa o rio, mas permanecem abertas as lagoas, de água menor ou

maiormente envenenada por vegetais virulentos, que os bovinos esqueléticos transformam em bebedouros. Os jacarés e as piranhas andam por lá, de parceria com os miasmas, os milhões de células das zoonoses, os outros tantos fatores da negação sanitária dos rebanhos, que a sintomatologia veterinária se encarrega de enumerar. Vêm as epizootias, a enfermidade em seu qualquer aspecto, seja o carbúnculo, a aftosa, o mal dos chifres, a tristeza, a raiva, a corisa gangrenosa, as diarreias, como as moléstias outras de etiologia obscura, a que os criadores dão combate unidos duma curiosa, especialíssima terapêutica popular. Importa convir, a respeito, que não obstante as pastarias de terra-firme, quando não possuem os chamados baixos, brejos e boqueirões agressivos, se encontrarem sob melhores garantias sanitárias, mesmo assim não chegam a se livrar dos flagelos que a patologia animal diagnostica.

Os campos de várzea, com a amplitude, a bela fisionomia, o valor forrageiro dos seus elementos, não consegue desviar o criador dum eterno estado de prudência e indecisão. O assédio flúvio anual, de efeitos nem sempre previsíveis, tem sido a barreira para a concentração das riquezas na pecuária. As fazendas, em virtude disso, não chegam a assumir proporções importantes. São médias e em pequena maioria liliputianas. O homem reparte as suas atividades entre o gado, as plantações de cacau, a roça, a pesca, as farinhas e a cachaça. O criatório nem sequer fecunda, à sua imagem, uma predominância de costumes, gostos, mentalidade, adornos. Tenho observado, por exemplo, que em tais fazendolas o veículo de condução e transporte não é o cavalo, como no Rio Branco, tão pouco o boi, como no Marajó, em certas épocas: é a canôa, montada e tração genuinamente nativas. Quando alguém deseja deslocar-se de um ponto a outro, fazer uma visita, conduzir uma carga, ir a uma festa, senta-se no banco da canôa. As águas se prestam ao serviço. Os alimentos também não se concentram na carne ou no leite, mas no peixe e na farinha. Vale dizer,

os tipos peculiares que o trabalho nas fazendas e nos currais invariavelmente imprime à sua sociedade, cedem terreno à maior vocação pelo rio.

Movendo-se num habitat diverso, onde não se presencia o espetáculo desolador das inundações, mesmo assim a população animal da terra-firme, dadas as características geológicas e botânicas do seu solo e dos seus pastos macegosos, secos, não se consagram como valores estabelecidos, como forma estavel e preponderante de economia. Fizeram-se por aí, centros de criação extensiva deficientes, principalmente no tocante ao problema alimentar dos rebanhos, condenados a um pernicioso jejum dietético.

Contam-se às centenas os criadores que dispõem de dois tipos de currais: os de várzea, para as épocas de verão, e os de terra-firme, a cavaleiro das enchentes, próprios aos períodos de inverno. O Marajó e o Rio Branco, aliás, são as regiões onde melhor se irmanam essas duas variedades. Por mais que as aguas subam, nunca afogam a total porção dos campos criatórios. Sobram os tesos, os pastos firmes, abrigados do banho barrento do rio. Em consequência, poucas marombas necessitam de ser utilizadas.

* * *

Em vista do desconhecimento que tinha do Rio Branco, e porque a pressa me impuzesse escrever a respeito da pecuária amazônica sem o tempo preciso para dela juntar referências positivas, concebi e puz em prática a feitura de um pequeno inquérito sobre as condições da zona, sub-estimada nos processos econômicos e sociais do homem, com o gado. Procurava, a mim próprio, esclarecer e nortear rumos. Solicitei os préstimos dos drs. Julio Vaz Cerquinho, chefe do serviço de defeza animal no Rio Branco, e Lucio Lima, técnico especial do governo estadual, em serviço ali, ambos conhecedores titulados do problema e da região. Em seguida andei a matutar se limitaria o meu capítulo a uma sintese pecuária da Amazônia, em traços realmente de conjunto mas só introdutórios, para depois publicar integral o inquérito respon-

dido, ou se melhor seria conjugar todos os elementos que me chegaram às mãos, nesse particular. Preferi o segundo caminho. Vão, pois, esquematizadas as perguntas tal qual eu as fiz, atrás delas as respectivas respostas. Estas representam o sumo daquilo que cheguei a colher de informativo, maxime do dr. Julio Cerquinho.

1 — *Qual o tipo humano, antropológica e culturalmente considerado, que ali predomina como vaqueiro ?*

* * *

2 — *Qual sua alimentação, seus hábitos, utensílios, lingua, trajés, crenças, "folk-lore" ?*

* * *

3 — *Qual o papel do menino-vaqueiro ?*

* * *

4 — *Que ligações econômicas existem entre o vaqueiro e o proprietário ?*

* * *

5 — *A vida dos campos, à sôlta, terá criado para o vaqueiro riobranquense aquele complexo psicológico de nostalgia que é próprio da sociedade de pescadores caboclos ?*

* * *

6 — *Qual o tipo de organização social a que dá origem, nas fazendas, o trabalho criatório ?*

* * *

7 — *Quais os processos de trabalho criatório ?*

8 -- *Existe alguma caracterisação de fórmãs de trabalho, tomando-se em conta o fator tempo (inverno e verão) ?*

* * *

9 -- *Qual a importância do boi na vida riobranquense (boi montada e boi tração) ?*

* * *

10 -- *Qual a função das terras inuidaveis e dos tesos ?*

* * *

11 -- *Qual o gráu de aperfeiçoamento físico das manadas (seleção, cruzamento, defeza sanitária) ?*

* * *

12 -- *Como se solucionou, ali, o problema de salários ?*

* * *

- 1 — Não consegui conciuir, pela mistura das opiniões conferidas, da existência de um tipo antropológico e cultural predominante. Siquer o caracterisei. O vaqueiro, ali, ou é nordestino, particularmente piauiense, cearense, paraibano, ou então é caboclo, mestiço breve ou longinquo. Ha tambem, numa certa porção, o índio Macuxi, Uapixana e Munaicó, todos do grupo Aruaque. Fica aberto o problema.
- 2 — A alimentação dos vaqueiros consiste em carne de boi fresca, salgada ou xarqueada, de porco, veado e outras caças, pouco peixe, farinha dagua, beijú, derivados de leite, vinhos de bacaba e buriti. Geralmente eles não plantam. Pouca exceção, a respeito, fazem os vaqueiros piauienses, cearenses. nordestinos em suma, que não se desligaram de todo das aprendizagens e dos hábitos agrícolas que trou-

xeram de sua terra. Esses ainda têm algum arroz, milho, mandioca, fumo, às vezes até verduras. Mas é só por exceção. A consequência é que o homem, ali, tornou-se um grande portador de avitaminoses.

Os hábitos variam de acordo com os tipos. Os vaqueiros índios não têm aspirações, enquanto os nordestinos já cuidam melhor das suas habitações, usam toalhas na mesa das refeições e apresentam alimentos perfeitamente suportáveis. Apuram o intelecto através das leituras de jornais antigos e do Almanaque do Pensamento, que ali é qualquer cousa de essencial. Conselho dele ninguém hesite: é ordem. Ensinam o pouco que sabem aos filhos, de vez que o Estado ainda não tem organizado o ensino primário rural, devidamente obrigatório. Seus utensílios capitais são o rifle para a onça e para o inimigo homem, a espingarda para a caça, o anzol e a rede para a pesca, a canôa para vencer as distâncias que o cavalo não pode trilhar. Confeccionam com arte os laços, rédeas, rebenques, selas. O charel é personagem típico nos arreios. Fazem-no de couro de bode revestido internamente por couro de veado, usado em parte sob a sela, em parte sobre a garupa e a chinha, argola presa à sela e onde se amarra a ponta do laço. Nos rodeios leva o vaqueiro a chicaca, chicote longo, de estalo, para facilitar a condução da boiada. Quando o vaqueiro viaja conduz, preso por correias finas à parte posterior da sela, um comprido saco encauchado, dentro ou não da maca ou garupeira. Um hábito da região é o segurapeito, refeição matutina abundante, feita de carne, peixe, ovos ou simplesmente leite com farinha dagua. São usadas redes leves, sem varanda, de fios brancos de algodão, espaçados longitudinalmente, unindo-se aos grupos para formar os punhos e ligados em sentido transversal por fortes travessas de fios tecidos. Ha o tipo macuxi e o uapixana, este muito mais artístico.

No linguajar aumenta a mescla. Da toponímia nativa das malocas, da sonoridade vocabular nordestina, das variações, dos desvios, nasceu e cada vez mais se encorpora uma giria local. Os trajes não são os característicos dos vaqueiros nordestinos. Vestem, geralmente, camisas ou dolman, sobre uma calça de brin forte. O chapéu de carnaúba é indispensável. Os chinelos, chamados perequetés, também o são. O folk-lore riobranquense é cheio de história enternecedora, de amores mal compreendidos, de tragédias e de sacrifícios. Moças se encantaram em serras, dando-nos a Serra da Moça, a Pedra Pintada e tantas outras. Falta um estudioso para divulgá-lo.

- 3 — O menino-vaqueiro, que realiza uma esplêndida tarefa nas fazendas do Rio Branco, quasi sempre é de origem nordestina. O índio não se presta a tanto. A ocupação desse elemento de trabalho vai desde o pastoreio às ordenhas, às vigias, cooperando com individualidade masculina nas lides do campo, sobre os cavalos da criatória. É um ótimo material humano que está se perdendo, sem assistência escolar, médica, dentária, desamparado das sábias leis do governo.
- 4 — Os vaqueiros são empregados ou lotados a quarto e a terço, equivale dizer, $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{3}$ das crias, ou ainda ao meio, $\frac{1}{2}$, da procreação anual. Existem, todavia, salários a moeda, mensais, oscilando entre cento e vinte a cento e cinquenta cruzeiros, competentemente completados com uma quota de sustento familiar, que é de uma ou duas reses, farinha e sal. Ainda não estão reguladas, entre eles, as formas econômicas que representam o capital e o trabalho. Tudo se processa sob uma orientação primária. O vaqueiro, praticamente, é um homem que nada tem. Se a fazenda vai progredindo, de surpresa ele recebe

ordens para, em determinado dia, dar a ferra, isto é, entregar a fazenda, casa e gadaria, roça e utensílios comuns, tudo o que usufruia à custa de um trabalho prolongado e persistente. Não se lhes outorga um direito adquirido. Nenhum valor se conferiu à prestação longa e ininterrupta de serviços. Os vaqueiros costumam dizer que estão nas fazendas até o dia em que surja um parente do patrão, prontinho a utilizar-se do trabalho que eles iniciaram.

- 5 — A geografia do Rio Branco, de áreas campestres por cerca de 40.000 quilômetros quadrados, impõe-se pela sucessão de paisagens. Planuras, serranias, buritisais, palmeiras, rios, lagôas, a regularidade das touceiras de cupins, erguidas em massas cinzentas, tipo cone, mantêm a vista sempre alegre, buliçosa a imaginação. Provavelmente, por consequência desse ambiente multiforme, o espírito não permanece em estados afetivos por uma mínima projeção geográfica. Não ha uma atrofia, nem se desnivela a alma do povo que ali trabalha, portanto não se estabelece o mesmo estado psicológico de nostalgia que tantas formas adquiriu na sociedade de pescadores caboclos.
- 6 — A pecuária, ali, corre derredor de processos extensivos, que tornam para o vaqueiro o trabalho mais penoso, porem mais divertido. Não apresenta o ritmo monótono das fazendas onde a criação é realizada intensivamente, adstrita aos horários e às diárias normativas.
- 7 — A pecuária é toda simplista, rudimentar. O campo é o senhor do boi. O vaqueiro é um olheiro que pouco vê. Só lhe importa saber quantos animais morreram. Poucas fazendas têm cercas de arame, uma vez que o preço é proibitivo aos criadores cuja despesa orçamentária vai correspondente em lucros com a gadaria. Muito fazendeiro do Rio Branco

sabe como deveria criar, mas tem de seguir o processo rotineiro, que é o mais econômico.

- 8 — Caracterisa-se o trabalho, atendendo ao verão e ao inverno. De um modo geral o inverno, no alto Rio Branco, corresponde ao verão do Baixo Amazonas e vice-versa. Quando os campos do Baixo Amazonas começam a alagar, o Rio Branco inicia a exportação do gado para o abastecimento de Manaus. O inverno, lá, ocupa o pessoal em retirar o gado dos locais que alagam para os não alagáveis, alimenta-los, embarca-los nas caixas ou a bruta, pelos chifres, para o mercado regular de corte. O verão tira ao vaqueiro uma lida assim penosa. O gado é solto, adquire liberdade de lugar. Só o tempo, o sol, o fustiga, leva o rebanho ás serras e ás ilhas onde haja sombra e agua, além da boa vegetação alimentar.
- 9 — No Rio Branco existem 304 fazendas, numa extensão de 40.000 quilometros quadrados. O boi é o maior objeto de comércio local. Vendem-no para o abastecimento doutros centros de população, inclusive a capital do Estado, formam com ele novas fazendas, ajuda como elemento cargueiro de transporte para as minas de ouro, diamantes, malaccheta, ali em franca exploração. Valiosíssimo esse boi. Só não o empregam como montada, ao geito de Marajó, onde os solípedes, durante alguns períodos do ano e devido às condições em que ficam os lugares a transitar, são maravilhosamente substituídos pelo boi-sela mansinho, resistente, agil nos terrenos brejosos.
- 10 — As terras inundáveis, quando baixam as aguas, apresentam-se verdejantes. E' a época em que o gado desce para alimentar-se. Começa a engorda e aumenta a produção de leite. Do ponto de vista do valor dos pastos, pela sua abundância e sobretudo

pela sua capacidade nutricional, as terras inundáveis exercem um destacado papel. Ademais, em virtude do seu equilíbrio agrológico, procuram-nas para os plantios do feijão, milho, mandioca, batatas. Mas não deixam de ser perigosas. A mortandade da gadaria nös atoleiros não se representa por cifras minúsculas. Os tesos, definidos como elevações ou ondulações do solo sobre o plano dos lavrados, marcam outras também importantes serventias. Ali estão a vivenda do patrão, a barraca em sua maioria curiosamente nordestina do vaqueiro, os currais, quadrados de estacas onde dormem, apartadas, as vacas leiteiras, à espera do horário matutino das ordenhas. Quando as águas sobem os tesos assumem valor excepcional para os rebanhos. Dormem ali, pastam ali, dão cria espreitados pela água que chegou perto e não lhes permite demasiado movimento.

- 11 — Região de grandes possibilidades para a pecuária, o Rio Branco já devia se orientar sob passos mais modernos de criação e multiplicação dos bovídeos. Mas parou no princípio. Ficou, até hoje, como estava há dezenas de anos atrás. Não se leva a sério, ali, os objetivos de melhoria dos tipos, das aptidões, dos valores da gadaria por força dos acasalamentos raciais standards, da higiene alimentar do trato pelos processos de estábulo e ensilagem. Raro, faz-se a mestiçagem elementar, o cruzamento desordenado de gado nativo com zebú e caracú. Os reprodutores machos empregados, aliás sob escolha descriteriosa num sentido da bovinotécnica, são frageis. Alguns trazem $\frac{1}{4}$ de sangue zebú, tirados sempre dos filhos de um mesmo rebanho.

Informou-me o dr. Julio Cerquinho que quando ali esteve em missão do Ministério da Agricultura, em 1939, sugeriu em Relatório a instalação do Quarto Distrito de Defesa Animal, o que se fez no ano

seguinte. Hoje esse órgão daquele Ministério vem proporcionando assistência a quantos proprietários de rebanhos a solicitem. Assistência em vacinações e revacinações contra os carbúnculos, contra pneumo-enterite, aplicação em larga escala de vermífugos, conselhos e instruções aos criadores e vaqueiros, a respeito de seleção, cruzamento, mestiçagem, higiene, forragem, polícia sanitária animal, etc.

O Rio Branco apresenta séries de problemas a solucionar, parados por força das dificuldades financeiras, porque somente o Governo Federal poderá leva-los a termo. Tais são a drenagem dos campos, saneamento das pastagens, cercas de arames, construção de banheiros carrapaticidas, de silos, melhoramento do nível de vida, assistência agrônômica, médica, veterinária, odontológica, organização de Cooperativas de Criadores, de Consumo, de Vendas, visando alguma cousa melhor para os criadores e os vaqueiros.

- 12 — Não se iniciou, por lá, a intervenção dos poderes públicos competentes para fixar e obrigar o salário justo, à moeda. Tem vigor, em maioria dos casos, o chamado salário-tipo, pago geralmente em bens de consumo e utilização familiar como o gado, num quarto, num terço e num meio das crias anuais, além do sal, farinha, mais algum outro gênero. Dada ao arbítrio do patrão, aparece às vezes a paga em dinheiro, a mais parcimoniosa das quais, em média, fica apenas em cento e cinquenta cruzeiros mensais.

O SENTIDO TRADICIONAL DA ECONOMIA E DO TRABALHO.

Ainda hoje, na Amazônia, o roteiro do homem decorre derredor dos elementos materiais ambientes e das tradições avoengas que o tempo nos legou. Tradições nativas, eu já afirmei, que aqui tomaram forma inicial, ou tradições alienígenas, que a terra assimilou à sua imagem. O comportamento humano, economicamente enxergado, elege-se nas reservas da floresta e do rio, como puro fenômeno de exploração naturalista, como simples pronunciamento de utilização extrativa, desordenada, empírica e nomaditista. O sentido tradicional da economia e do trabalho, entre nós, precisou manter-se inalterável, preso às características de tolerância e imitação secular que nos aconselha o grau social e técnico sobre o qual vivemos, tanto mais que nos seria paradoxal um processo de reações anti-deterministas, incapaz de conduzir-se a bom termo ante às situações e aos efeitos da nossa franca desconexão antropogeográfica. Diminuíram, sim, aqueles velhos ciclos de uso violento das algumas espécies botânicas e ictiológicas, cujos efeitos depreciativos e exterminadores foram vistoriados sobre a castilôa, a balata e animais do rio. A integração vertical entregou seu lugar à integração horizontal. Alargaram-se os ângulos em substituição às profundidades. O trabalhador da selva, talvez por duas décadas, deixou de pensar exclusivamente num fato econômico. Em consequência, o seringueiro profissionalmente descansou um pouco e foi apanhar castanha, extrair óleos medicinais e aromáticos, fazer roçados e pastoreio, plantar juta e guaraná, cortar madeira. Somente nos dias atuais, por uma imposição do conflito internacional, ele regressou à sua labuta indigente.

Se realmente vigoram as leis imemoriais do materialismo histórico, toda a formação social e política da Amazônia adquiriu raízes através dessa inextirpável tradi-

ção de economia e trabalho. Aquilo que somos no espaço e o que fomos no tempo acentúa o nítido valor das determinantes em questão. Um exemplo: as nossas áreas de socialização e de cultura por outros argumentos não se explicam sinão pela qualidade econômica das zonas geográficas. Só em Marajó e Rio Branco, onde melhor se concentra a atividade pecuária, trazida de fóra, conseguimos nos distanciar do costume astro de furtar à natureza as fontes de subsistência e de ganho. Apesar de tudo o estruturamento da sociedade vaqueira não se pode desprender dos tentáculos do meio. Já mostrei isso.

Insisto que no espaço, assim como no tempo, o nosso retrato evidencia as profundas ligações sociais, econômicas, psicológicas, não apenas do caboclo, mas também do colono alienígena, com a geografia física. Produzimos riquezas de utilização, de consumo e comércio, conciliados e por obra e graça da natureza. Hábitos, crenças, utensílios, indiretamente o próprio linguajar, fixaram-se sob os seus reflexos. Sociologicamente solitários, marcados por tantos estígmias culturais e fisiológicos, provocamos aquela verdade até hoje irrefutável para nós, de que o homem do interior não doma a terra, e ao contrário, ela é que lhe impõe a disciplina de civilização.

E', pois, no sentido da deplorável condição do homem que se devem voltar as iniciativas públicas de soerguimento regionalista. Insistentemente se atribue à geografia espacial funções doentias. Fala-se que a terra é inadapta-vel ou perdulária e pretendidamente em razão desse defeito orgânico o homem se esborôa, surge como padrão negativo dentro aos quadros etnológicos do paiz. Exorbita-se o papel da natureza, numa plena e severa negação do fator humano. Absurdo erro de vista. Ao homem amazônico, ninguém negue, o que implica como agente de fragilidade e falência perante a terra é o seu estado de anomalia permanente, tanto social como econômica, intelectual, jurídica e moral. Sua inopia de recursos, o desequilíbrio nutricional, a inferioridade psicológica, a depres-

são moral, são causas gravíssimas a anular o seu potencial e sua eficiência de trabalho. Acumpliciaram-se a essas causas, contra a energia e a função do homem, alguns outros fenômenos redutores, a que não estão alheias a apetência alcoólica nem a dupla distrofia plasmódio-verminosa.

Não é difícil agregar, classificando-os, os estados anormais com que o homem amazônico se candidata às cifras de rendimento funcional e capacidade de trabalho. O exercício de sua personalidade, sua ação prática na selva e no rio evidenciam quatro ordens de fenômenos expoentes, à roda dos quais permanecem as máximas e as mínimas responsabilidades da sua orientação mórbida, dos seus deficits como trabalhador e colono, de todo o grave desequilíbrio do nosso complexo antropogeográfico. Considero em primeira plana

a) o fenômeno social e econômico na sua expressão bruta. O homem, olhado desse ângulo, começa por demonstrar o seu sentido de dispersão e pobreza demográfica, a nulidade daqueles contáctos que poderiam produzir vivacidade sociológica, que harmonizassem e conjugassem esforços, fatores de bens individuais e coletivos. Em torno disso estabeleceu-se o problema econômico de aumento dos transportes e comunicações, além do outro, social trilogista: imigração, povoamento e colonização. Eu apenas completo esse último fenômeno com aquilo que também julgo necessário incluir na mesma equação: capital técnico e financeiro. Aliás, corroborando para documentar a ideia para mim irredutível, ensaiando-a debaixo de uma feição ainda obtusa, já existe, dado, o passo inicial que situa paralelamente a política de economia humana e a capitalista. A máquina administrativa que está procedendo de leis federais, ultimamente, para o fomento e o controle da nossa produção gomífera, apresenta todas as lógicas articulações dos elementos trabalho e capital. Milhares de colonos estão sendo encaminhados à Amazônia, para engrossar-lhe o contingente nativo que está aproveitando a terra e os valores substan-

ciais que nela se escondem. Faz-se a localização de braços racionalmente, sob normas predeterminadas. Não ficou esquecido o papel suplementar dos capitais, e um banco de crédito passou a inverter quocientes razoáveis às mãos dos proprietários seringalistas, para a mobilização dos esforços e a consequente subida das pautas de produção. Bem ou mal ataca-se o problema duplo, complexo em sua feição de sociedade e economia.

b) O fenómeno orgânico é também colaborador desfacado da condenação que peza sobre o nosso homem. Nos interiores e até nas cidades somos uma população desnutrida e sub-alimentada. Nas nossas dietas só incluímos raros alimentos de sólido valor biológico, acostumados que estamos ao uso precário do peixe seco, do xarque, da farinha, cuja inferioridade consumada empobrece a nossa vida plástica e energética. Situamo-nos debaixo de apreensivas carências, de distúrbios alimentares que de muito longe já vêm merecendo corretivos, não porque provoquem espetáculos de morte, mas sobretudo, o que é peor, porque estabelecem aqueles sérios e impatrióticos estados de hipo-alimentação permanente, fontes de inferioridades progressivas do homem sub-nutrido, dia a dia mais agravadas, transmitidas inexoravelmente de geração em geração.

O alimento, que é energia, é vontade e ação, age em razão inversa sobre o metabolismo do homem da Amazônia, comprometendo o exercício das suas funções de sociedade e economia. O pescador, o vaqueiro, o seringueiro, qualquer das nossas figuras características se nutre mal e insuficientemente. Em consequência, inhabilita as suas próprias qualidades antropológicas, que devem ser normais, e sumariamente se condena ao aviltamento e à miséria social. Ademais, ao homem da Amazônia faz falta a atenção da medicina preventiva, sorológica, imunizadora de certas afecções. Não se lhe presencia equilibrado organicamente. Antes, ao lado desse jejum nutricional outros fatores patológicos o degeneram e anulam o seu valor social e econômico. A intoxicação alcoólica e

a frequência palustre-verminosa figuram como insistentes mantenedores desse estado de cousas.

c) O fenômeno intelectual e técnico, de sua parte, assume lugar igualmente importante no domínio dos nossos problemas. Debalde afluem para ele fórmulas pedagógicas comuns ou originais, porque até agora nenhuma solução satisfaz aos fatores geográficos que às vezes perturbam a nossa operosidade particular ou pública. O homem do interior amazônico permanece candidamente analfabeto. As escolas oficiais não atendem, por varios motivos, aos imperativos modernos e humanitários de espriair o ensino. Nem mesmo as chamadas escolas de emergência integram-se no concerto dos planos acertados. Evidentemente elas e os colégios dos Religiosos, espalhados pela interlândia, são páginas de trabalho mental eficientes, mas parcas. Não é aqui o lugar próprio para debates desse gênero. Basta definir que o problema educacional, entre nós, não saiu da condição de incógnita.

Tendo-se em conta que alfabetisar é fazer aptidão social, iniciativa, ideia, é habilitar e valorisar os recursos individuais, nada se oferece mais lógico que a necessidade de acompanhar com esse os nossos outros processos de valorisação humana, que bem ou mal começam a se estender sobre a região. Talvez satisfizesse o problema aberto a criação de escolas-internatos nas nossas sédes municipais, a exemplo das que os Salesianos e Franciscanos espalharam respectivamente pelo Negro e Solimões, mantidas pelo poder público, com matrícula compulsória gratuita para todas as crianças em idade escolar, principalmente aquelas que morassem distante das referidas sédes. Só a essas, aliás, seria obrigatório o internamento, enquanto às que residissem nas cidades-sedes facultar-se-ia o gozo do externato. O ensino das letras andaria acompanhado da formação mental-técnica, agrícola, pecuária, industrial, segundo as próprias razões de ser do seu estado geográfico-social. Reconheço que o plano, dado somente em esboço, nada tem de franquia e opinião democrática. **Haverá outro?**

d) O fenômeno jurídico, na Amazônia rural principalmente, está reclamando sérios cuidados. A finalidade supra-econômica das leis sociais contemporâneas convidam-nos a meditar quantos resultados positivos, de reerguimento material e psicológico, não perceberia o nosso homem se lhe fosse dado gozar dos amplexos abonadores que o Direito garante. Lamentáveis as condições peculiares em que vivemos no interior, desassistidos das espécies jurídicas que disciplinam as atividades urbanas de comércio e indústria. Pelo paiz inteiro, em verdade, toma vulto a aspiração por um direito social agrário de característicos próprios, supletivo do enorme acervo de textos ordinários que integralisa o direito operário nacional. Somente nós dormimos, nós que através dos períodos de nossa formação histórica até uma luta de classes já experimentamos, sangrenta e demorada. Espero que não me falte a disposição que atualmente me anima e dia a dia se encorpa, de sair a campo, bem breve, com uma pequenina tarefa derredor do problema grave, nos seus aspectos fundamentais.

Ainda ha tempos atraz eu viajava pelo Japurá, olhando esse rio extraordinariamente rico mas abandonado pelo homem. O panorama social, ali, é descontínuo e pobre. Não se enxerga um quadro econômico organizado, nem solidariedade ou laços de interdependência. O espaço, que na Amazônia inteira já é fator tirânico, adquire ali uma expressão excepcional. Andavamos horas seguidas para ter a delícia de encontrar, humanizando a moldura florestal e líquida, um daqueles casebres rústicos, cobertos de palha e trepado em estacões, a cuja insuficiente garantia o caboclo conferiu prolongada individualidade sociológica, acobertadora da sua imensa tragédia na vida. O que mais me prendeu o interesse, todavia, foi a desfunção dos patrimônios territoriais, os vícios latifundistas, em pleno vigor e na floração dos seus mais elevados defeitos. Prestei atenção. As tantas o navio, de bom andar, levou algumas horas marginando a propriedade de um só cidadão. O fenômeno tocava ao absurdo. Terras sober-

bas, vastos seringais garantidos por um título de posse mas sem aproveitamento e trabalho.

Venho depressa acrescentar que toda a Amazônia incide no domínio desse mal. A propriedade, entre nós, não passou de ser mero agente de direito individualista. A capacidade anti-coletiva do senhor rural permanece quasi indefinida, sempre desconciliada com o interesse social dos grupos. Os bens superabundantes, que a legislação intervencionista dos povos modernos restringiu e mobilizou, conosco não sofreu retoques. Uma ou outra voz canhestra fala doutrinariamente no distributismo das terras e na conseqüente destruição dos grandes açambarcamentos latifundistas. Concordo, de minha parte. Lógico será que a pura entrega dessas terras ao caboclo ou ao nordestino emigrante, por si só, subestima um processo simplista e talvez determinativo do próprio regresso da produção. Torna-se imprescindível dotar os novos proprietários de elementos econômicos e técnicos, sociais, intelectuais e jurídicos, mercê dos quais cheguem melhores méritos ao seu tradicional sentido de economia e de trabalho.

SERINGUEIROS (*)

De todas as atividades extrativas, que representam a principal característica dos nossos processos de produção, aquela que melhor prendeu o homem e chegou a criar uma figura social de prestígio nacional, evidentemente, foi a borracha. A pesca, a castanha, as madeiras, as peles de animais silvestres, se por um lado chegam a ter bons lugares na pauta regional de exportação, por outro ainda se conservam economicamente subsidiárias dessa matéria prima de argumentos democráticos, rústicos, que em épocas passadas aprisionou pobres e ricos, brancos, negros e índios, fazendo para nós um ciclo dos mais importantes do paiz, processado numa área imensa de irradiação contínua. As populações nativas ou alienígenas, espalhadas pelo Purús, Juruá, Acre, Solimões, Madeira, Baixo Amazonas, Tapajoz, pelo Vale inteiro, com pequena exclusão de certas zonas de pastoreio e garimpo, quando tomaram para si um conceito de vida e trabalho o fizeram ajustado aos imperativos dessa régia indústria gomífera. De uma viagem que fiz recentemente ao Solimões, até às fronteiras com o Perú e Colombia, anotei para a imprensa alguns aspéctos da vida e trabalho do seringueiro, à maneira de reportagens. Aqui aproveito quatro das notas referidas, tal qual foram publicadas. Apesar delas considerarem exclusivamente o seringueiro das regiões de várzea, mesmo assim têm o viço das observações recentes e práticas, embora canhestras.

* * *

I — Tenho sido sempre um interessado pelas dôres alheias. Nesse particular, é certo, não me aguçam a

.....

(*) Este capítulo foi escrito recentemente. E' o único que não se enquadra nos motivos da homenagem que estou prestando.

atenção motivos estético-sexualistas. Antes, aproximo-as de mim como remédio, espécie de lastro para as belezas da vida. Daí porque jamais saio do terreno individual das proporções exatas, da medida justa do aparentar e do ser, nem me entumescço com a rã da fábula, que num dia se engrandalha demais e . . . pum, estoura.

Quando viajei, junho último, para o Solimões, meus objetivos não se divorciavam desse princípio. Pretendia eu, debaixo de um tempo relativamente exíguo e das possibilidades inabalçáveis de lugar, seguir observações derredor do nosso complexo antropogeográfico. Muito não me tentavam as prendas da terra, que eu já-as conhecia até de sobra através dos montões de literatura masturbada, de certo modo gostosa nos estilistas da metrópole. Desejava analisar, sim, aquela outra terra que poucos ainda entreviram, na sua magoadora realidade, e com ela o homem, também autenticado nas suas agoniosas condições de sociedade e economia. Fundamentalmente procurava o trabalhador da borracha, cujas parcelas de contribuição, para debelar a crise do mundo, hoje nivelaram-se às do soldado que mata ou morre nas trincheiras.

Fui sem estabelecer, subjetivamente, no nosso interior, um panorama de festa no céu. Ao revés, imaginava-o tomado das mesmas razões de sacrifícios e misérias que nos condicionam a existência, a nós e a quantos povos compartilham desta hora crucial. Não me enganei. Ao pobre homem da interlândia não conferiram apenas o alargamento das responsabilidades como produtor de valores, desta vez não de paz, mas de guerra. Deram-lhe, concommitantemente, sinais que já puxam maguas e enraizam desenganos. Ele, sempre manso, apenas ri com ironia, satisfeito de algo haver aprendido com a gente da cidade. Aprendeu a contar histórias . . . mal contadas. Analfabeto, mesmo assim guarda um imitável senso de patriotismo, preso às suas sóbrias, rudes convicções. Só de perto é possível sentir o quanto ele vale como sacrificado.

De uma feita eu assisti sair, do porto de São Paulo de Olivença, rumo a seringais do Jandiatuba, um comboio

com talvez duzentos homens, caboclos e índios docilizados. Conversei com vários. Sabiam que o tocaíento rio dos plasmódios estava em períodos de zanga. Nenhuma dúvida tinham quanto à sua arriscada sorte. Cumulando no desprendimento, iam apenas com duas sacas de açúcar, pouquíssimas porções de querozene, café e de sal. Uma lancha de nome abençoado — Santa Terezinha — rebo-cava-os, a si e às suas montarias, para o posto que lhes apontou o destino bélico da nacionalidade. As mulheres ficavam na séde municipal, mas os corumins machos, até uns de doze anos, tinham abandonado os bancos do colégio afim de tomar parte naquela típica labuta. Não enxerguei tristezas, aliás para confirmar o estado psicológico do homem do nosso interior, sempre resignado e disposto. Alguns reclamaram, a mim, a ausência dos gêneros rigorosamente imprescindíveis ao fábriço, equacionaram cifras de gasto e lucro para provar-me, em matemáticas singelas, a desequiparação funda entre trabalho e vida. Arrazoavam seus legítimos direitos, em gráu de recurso, perante quem só lhes podia confortar debaixo de solidariedade e esperanças. Qualquer dia... Ouvi muito. O suficiente para imprimir um texto volumoso.

Enquanto não se lhes atende aos justos interesses caminham, decididos, para o córte da preciosa hevea, reintegrados, por imperativos de guerra total, ao seu velho sentido tradicional de economia e de trabalho. O homem do interior, eu o revi com tais atributos de coragem e resignação. A compreensão analfabeta dos seus deveres a cumprir levou-o a composturas sociais e econômicas que refletem um desvio nos seus processos já ordinários de existência. E' o caso da vocação pelo rio, que ele aos poucos imprensa com um procedimento de ha muito arrefecido, por certo ainda sujeito a determinativos fluviais, porque tudo na Amazônia é assim marcado. O mariscador, o madeireiro, o juteiro, invariavelmente transmigraram de atitudes profissionais. Hoje em dia são seringueiros.

Ninguém pense que essa mudança decorre, em linha

reta, de ideais semitas de ganância e lucro. As vantagens pecuniárias de mealhar, que podem advir dessa atividade em vésperas de canonisação, nem de leve justificam um entusiasmo ou mesmo um aceite pacífico. A mão de obra tornou-se caríssima, qualquer que seja o ritmo de esforço a aplicar-se, devido, principalmente, ao atual valor aquisitivo dos meios de manutenção e vida. Dissolveram-se, segundo é fácil de conferir, com o encarecimento progressivo das utilidades de consumo, os benefícios econômicos originados no aumento triplo do valor da borracha, para só me servir desse exemplo. O homem dispense energias numa produção mais valorizada; paralelamente, trabalha numa época de clamorosa, absurda carestia. Objetivando o produtor da goma elástica, considere-se que outrora ele recebia 90% do resultado da entrega. Hoje tem direito a 60%. A percentagem é pequena. Aliás, derredor disso, ouvi opiniões lamuriosas, para as quais reservo páginas posteriores.

O seringueiro, não sendo um sêr individualmente considerado, pois quasi sempre vive em função da família numerosa, equilibra seu orçamento passivo como um circense. As despesas de consumo alimentar, sociabilidade, a compra de utensílios, vestuário, medicamentos, somam parcelas por vezes superiores às da liquidação do produto obtido. O oscilante salário-tipo que lhe vem do sistema de remuneração pelo truck ou pelo tóco, levado a uma balança comparativa frente às necessidades gerais de subsistência, extravasa saldo devedor. Seria interessante que umas tantas circunstâncias não me privassem de pôr em equação, aqui, o standar de vida que lhe pode capacitar o trabalho em confronto com os ganhos, assim como estes em relação aos gastos pela manutenção social e fisiológica. Constatar-se-iam, intactas, aquelas mesmas situações de agonia que tristemente subjugam a quasi totalidade dos povoadores do interior amazônico.

Tudo isso o seringueiro compreende, ensinado pelas realidades de todos os dias. Enxerga, mas não desanima. E' realmente um forte e um estoico. Insisto, pois, que

não lhe vanguardeia as atitudes presentes nenhum conceito clássico de economia capitalista, a exemplo daquele produzir para lucrar cujas amargas consequências este século XX anda a sopitar, com as reivindicações reacionárias do operariado mundial. Acocora-se às tigelinhas por alguma coisa que ele não define bem, mas sente em seu íntimo, flagrante e impulsiva. Ouviu falar que o Brasil necessita de borracha. Exigem-na os sadios interesses da Civilização danificada. Muita gente diz isso. No seu tapirí está pregado um cartaz, berrando igual. Foi para o córte por patriotismo. Sim, terra a dentro, em igapós, em rios, paranás e lagos mensageiros dos mais severos desenlaces, começou a extrair o ouro negro. Enfeudou-se a um patrão. Persistiu socialmente um submerso. Agora está ali repovoando a terra soberba, reduzindo as dimensões do anecúmeno, humanizando paisagens ha tanto tempo só singularizadas por florestas e aguas. Lá está ele, fiel soldado da Pátria amada. Ninguém imagina como é brutal o seu front, nem porque se paga, naqueles ermos, um tão grande tributo à dôr humana.

II — A viagem me trouxe ensinamentos novos, confirmou lições prefixadas, cobriu nítido linhas até aí indecisas a respeito dessa Amazônia interior que tanto ludibria os emotivos, os tais que do bojo dos gaiolas se apaixonam ante as várzeas bucólicas, em presença dos cenários do rio irrequieto, dos lagos piscosos, da mataria intrincada, do caboclo hospitaleiro e reverente. Transpunham-me a retina e fincavam pé no espírito, em aulas de visão direta cada qual a mais objetivada em nú, espetáculos antropogeográficos destruidores de antigos teoremas sociológicos, catedraticamente ditados por observadores de superfície. Meio e homem, que a muita gente apareciam antagônicos e desparalelos, nem mesmo aos brincá eu os vejo lutando. Ao contrário, deram-se às mil maravilhas. A terra, a floresta, o elemento líquido, verdadeiros tarzans na medida física e no vigor combativo, não encontraram o homem à altura de lhes fazer frente. Repetiu-se o quadro pictórico do leão e da formiga.

Em consequência, porque não pudessem brigar, fizeram-se amigos. Aliás bons amigos. O homem acomodou-se no regaço da paisagem geográfica. Aderiu às emanações mesológicas, botânicas, espaciais enfim, delas recolhendo formas e fazes de trabalho, os procedimentos e as capacidades de existência. Nós o enxergamos melhor adaptado como ictiófago e canoeiro evidentemente pela sua mais profunda amizade com o rio.

Na Amazônia, qualquer que seja a região cultural-geográfica, o corpo social denota os mesmos típicos aspectos. O vaqueiro não faz completa antinomia ao mariscador. Um e outro se assemelham na unidade cultural de vocação sobre o rio, pelas marombas e pela canôa, respectivamente. O seringueiro participa desse ritmo profissional e psicológico. Sua sociedade e seus métodos de produzir possuem traços indeleveis da repercussão geográfica. Nômade em sua grande maioria, reside num ponto e trabalha noutro, para o qual se desloca no período do fábriço. Aí é quando ele se aparta da família. A mulher fica, ficam os filhos pequeninos, que lhe constituem a prole barriguda e analfabeta. Segue ele, com os instrumentos de extração, alguma arma para a sua defeza, além do açúcar, querozene, café, tabaco, sal, fósforos, cachaça. Não dispensa a ubá, que às mais das vezes é seu único cavalo diário.

Passei num rio, o Jacurapá, em São Paulo de Olivença, onde o seringueiro trabalha debaixo da mais exaustiva energia. Quando ali penetra é como se lhe abrisse uma vida nova, daquelas que a nós da cidade não é possível conceber. Vida de luta insana, sem metáforas. Começa a traçar, lá dentro de pântanos, um romance de emoções consecutivas, duras, negras, que lhe não atraioam a coragem nem abalam a labuta viril. Vai para as colocações com tudo o que é seu às costas, inclusive rancho e utensílios, atolando-se nos charcos, dia após dia. Chega ao centro, levanta o tapirí, prepara as estradas, dá início à sangria e à defumação. Corta as árvores servindo-se de tóros de burití, ao geito de pontes, nos percursos mais

aguados. De contínuo enfrenta a morte. Mas não ha de ser nada.

A vida do seringueiro, durante a safra, desprende-se daqueles curtos laços de solidariedade social que antes possuía. Não esbugalhem os olhos, contra mim, os severos críticos das cousas escritas. Também conheço o homem que extrai o latex preso à família, afastado desse convívio apenas em horas diárias. Na sua maior parte, todavia, o seringueiro rompeu os contactos de sociedade. Isolam-no a floresta e as aguas. Durante alguns mezes não participa das ladainhas, dos festejos de mastro, das procissões de santo em flotilhas de canôas, do bem-estar de aconchego dos filhos e da companheira. E' homem sozinho. Precisa ser um auto-didata na luta contra as doenças, no preparo alimentar, noutras necessidades caseiras da competência do sexo fragil. Suas razões sentimentais, assim como as de natureza orgânico-sexualista, ele as satisfaz a seu modo, anormalmente, sob aqueles mesmos espúrios processos que acudiram à vista de Ferreira de Castro. Já fiz referências, atraz, a um comboio com mais de duzentos trabalhadores, cuja saída para o Jandiatuba eu testemunhei. Pois bem. Deles todos apenas um levava a mulher. O resultado dessa penetração isolada aparece entre os mezes de julho e janeiro, pouco a mais ou a menos, quando se formam, distintos, dois estados sociais: o da cidade, que é o mesmo da vila, do povoado, do lugar, onde rareiam os homens, e o dos seringais, onde faltam as mulheres.

Deus me valha se estou sendo rigorista e pecador nas minhas conclusões, mas essa bipartição de vida doméstica, em muitos casos, concorre para explodir aquela tara que herdamos dos nossos avôs índios, secularmente escravocratas, socialmente inferiorizados, porisso mesmo senhores de uma capacidade moral que se media pelos interesses de um dono. O cariuá de antanho, nós o reproduzimos hoje, por herança congênita, no homem-novidade, que vem de fora, ou no bôa-fortuna, que mealhou na terra. Na cidade é assim e no interior também. No

interior, aliás, o cariua moderno se dota de um prestígio extraordinário.

Não pretende fugir do assunto encetado. O estado psicológico e moral do caboclo, que já é retardadíssimo em vista de suas agoniosas condições intelectuais e orgânicas, deve receber taludos aplausos desse isolamento duplo, do homem e da mulher. Contou-me descaradamente um regatão que viaja para os lados de Carapanatuba, município de Coarí, que ali indo certa vez, como de costume, ao giro de seus negócios, parou na residência de um velho freguês. O dono da barraca tinha entrado para o córte, ha dois mezes. A mulher, nova ainda, que nunca ficava sozinha e sempre se mostrava recatada, não parecia a mesma doutros momentos. Pediu quinquilharias, conversou, acabando sob o pecado do adultério. Dias depois, baixando, negócios prontos, o regatão recolhia-se à Santa-Sofia e cobrava as dívidas que consigo haviam contraído os fregueses. Parou na casa da fulana. Mostrou a conta. Ela, com espanto, os filhos também, rematou à força de sua lógica: ei, não te devo nada; intão tu pensa qui eu tenho minhas cuisa prá te dá de graça?

Não me foi possível olhar de perto o estado em que vivem os homens, assim sozinhos, nos seringais. Cercam-lhes ainda, não é mistério, enormes defeitos nas atitudes e orientações. A muitos a seringa presenteia tanta vaidade, absorve-os a tal ponto que não fazem siquer uma roça, nem criam, pescam ou caçam. Tudo lhes vem do patrão. Outrora foi totalmente assim. Hoje continúa quasi assim. Ali, ou trabalham na borracha ou dormem. Entremeiando uma e outra cousa bebericam a cachaça. Poucos já avançaram. De madrugada, estes, entram na mata, porcnga na testa iluminando-lhes os passos. Cortam, recolhem o leite, defumam, tendo tempo, no resto do dia, para cascavilhar um peixe, para dar um dedinho na sua maniva, seu bananal, feijão, milho, entreter-se com seus xerimbabos.

Neste ano o Solimões e seus afluentes estiveram preguiçosos. Custaram a descer. Paralelamente faltou

mercadoria para os aviamentos. De tal sorte, nalguns rios em que a época inicial do fábriço é junho, só em agosto foi possível penetrar. Isso quer dizer que muitos seringais existem cuja cifra de sangrias, no ano, ficará entre 90 e 120. Fenômeno interessante, esse da condição física das terras acomodando o homem nas suas atividades. Ratifica a tese irrespondível de que a geografia espacial é suprema, e só ela liberalisa, a nós todos, aptidões, vocações insistentes de sociedade e economia.

III — O seringueiro se alista como um personagem típico da região amazônica. Sua figura curiosa, emparelhada à do caboclo da marisca e à do vaqueiro marajoara e riobranquense, cada uma delas na sua identidade geográfica, até ha bem pouco tempo eram a nossa réplica sociológica e econômica aos trabalhadores de engenho, de estâncias e currais, de fazendas de café e cacau, expressões também simbólicas no Brasil lá de fora. Hoje em dia o seringueiro recebeu outro mandato. Passou a ser um soldado da Pátria. Exerce um papel militar que se inclúe, à luz clara, entre os mais salientes de quantos esfarinham o fásccio e suas imitações carnavalescas.

Não sei qual o motivo, mas até hoje esse homem magnífico, que enche grandes páginas do nosso patrimônio passado e atual, só tem sido pintado fraca e insuficientemente. Apenas, ao que parece, perceberam-no sob lunetas, em noite escura. Assim, derredor do seringueiro tudo é imaginoso, enfarolado, vesgo. Acho que estamos na vez de mudar esse tom. O útil é a análise e o impressionismo sem temperos. Dizer dentro da gramática, com ou sem Camilo, mas com segurança de detalhes observados e sentidos, sejam os fortes como os ingênuos, os triviais como os celeumosos. Isso sim fará juntar, logo mais, nas mãos de qualquer historiador beneditino, elementos comprobatórios, responsaveis neste nosso período tão heroico. Ha o outro aspecto da cousa. A Amazônia está exportando borracha como quota de guerra. A valia de tal ajuda medir-se-à, por certo, em atenção às quantidades e aos padrões-qualidade do produ-

to, mas também entrará em cheque, evidentemente, a energia que dispendermos, o sacrifício que fizermos objetivando a solvência dos nossos compromissos. Para que mentir, portanto? Por que sintonizar esse homem num céu, pizando flores, quando ele sente agonia e miséria? Ao trabalhador da interlândia, cujos direitos e compensações se atrofiaram tanto, é justo confortar ao menos com essa verdade.

Sob uma tábua de controle dessa ordem foi que rabisquei meus artigos. O interior propriamente geográfico, suas figuras sociais, seus desajustamentos, a profissão heroica de seu homem em plena selva a trabalhar pela guerra, focados num realismo assim jamais nos atiram a ridículo, nem como fonte nem como força de trabalho e produção, e antes, dignificam o mérito de pobres e tristes entusiastas de uma razão internacional que eles não percebem claramente, mas sabem ser preciso resguardar.

Lu não havia ainda saído de Manaus, e ouvi comentários ponderados, numa roda, a respeito dos privilégios que hoje está recebendo o interior, em prejuízo da cidade, mormente nessa questão dos bens de consumo, a título de cercar o seringueiro daquelas utilidades que lhe proporcionem alento na indústria gomífera. Admitia-se o fato, aliás, como política emergencial acertada. Ouvi silencioso, sem nada externar, a favor ou contra. Dentro de mim, outras convicções tomavam terreno. Essas, eu as confirmei posteriormente, em viagem, na observação direta dos complexos humanos da interlândia, das necessidades de vida e trabalho que ali adquirem tonalidades adequadas, das angústias limitando os deveres, dos deveres amortecendo as angústias. O interior, a cidade, ambos se assemelham, irmanam-se nos sacrifícios que enfrentam. Lá, além da falta, que de certo modo não chegou a ser total, a carestia determina o desuso do produto. Padecem os pobres. Leite condensado, açúcar escuro, ainda os vi nalgumas vendas e nas lanchas de regateio, por preços quilométricos. Hoje, sei, desapareceram do comércio.

Carteiras de cigarro tipo mata-rato, empurram-nas por seis cruzeiros. Mas o caboclo não cai nesse jogo. Restringe seu fumo à paracuúba migada.

Anda por lá muito contraste. Quando mais se torna preciso quebrar o isolamento em que habitualmente permanecem as populações do interior, quebra-lo à força dos contactos de transporte e comunicação, aí é que se desmantelam as funções da espécie. Sei de alguns proprietários de empresas de navegação que retardaram suas viagens ao Solimões, ameaçando até de não as realizar, impedidos pela ausência de gêneros com que atendessem ao aviamento de seus fregueses. Qualquer pessoa os justifica. O mesmo não sucede com o desaparelhamento das estações telegráficas de Manacapurú, Codajaz, Tefé, Fonte-Bôa, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant, nenhuma delas funcionando ha mais de um ano, portanto sem cumprir os inestimaveis objetivos à procura dos quais foram montadas. Gosam com a história os telegrafistas, um e às vezes dois em cada município, todos eles apenas alisando rêdes. De mansinho eu quero comparar os cabeludos setecentos cruzeiros que lhes chegam aos bolsos, em cada fim de mês, com aqueles encolhidos cento e cincoenta cruzeiros destinados, por salário mensal, aos agentes do correio aéreo-fluvial, cuja utilidade e canseira de serviços ninguem desmerece.

Sobre doenças não vi grande cousa. Em alguns lugares marginais do Solimões, como tambem no Içá, grassava a variola ou o alastrim, não me competia diagnosticar. Em Santa Rita, cada residência abrigava de cinco para mais casos. No Japurá por tres vezes o Ajudante parou, ante o aceno desesperado de moradores que desejavam chegar a bordo, à cata de remédio e dos conselhos solícitos do enfermeiro Saldanha. Médicos não faltavam... nas cidades. Só em Benjamin Constant encontrei quatro. A propósito, fui portador de um lastimoso apelo ao Interventor Federal e ao Diretor do SESP, assinado por mais de uma centena de chefes de família, todos de São Paulo de Olivença, no sentido de arranjar,

para ali, um posto ou sub-posto desse órgão de saúde.

Os boatos maldosos chovem. Ouve-se falar de navios brasileiros que vão ao fundo, torpedeados, aos montes. Outros relatam verdadeiras fábulas da guerra ouvidas de terceiros. A quinta-coluna tomou pé por lá, com manhas, fisingando o americano, de quando em vez, com uma absurda, intangível aleivosia. A respeito de liquidação da borracha, de financiamento bancário, de obrigações particulares de seringueiro e seringalista arrendatário ou não de estradas, falam-se os assuntos mais desengonçados.

Em São Paulo de Olivença o prefeito Alcides Câmara, gentil sempre, deu-me a oportunidade de falar a talvez cento e cinquenta homens, trabalhadores da selva e do rio. Eles, alguns, não se mantiveram apenas ouvindo: falaram também. Evidentemente eu só disse futilidades, mas eles não, trouxeram para aquele ambiente, em sua linguagem rústica, um punhado de razões matemáticas, substanciosas, duras. Reclamavam. Feriam pontos essenciais. No seu entender o custo da entrega da borracha, fixado como está, não satisfaz às exigências de trabalho e vida, sobretudo levando-se em conta a sua já pronta estabilidade, em desequilíbrio com o oscilante e progressivamente mais alto valor das utilidades de consumo e produção. Um alcançou o seu limite máximo, enquanto o outro, que lhe é paralelo e não pode ter uma regra em separado, esse ainda tufa e cresce. Eles não chegaram a referir, mas bem o poderiam, que nesse particular velhíssimas leis econômicas estão sendo contrariadas. O outro aspecto das suas lamentações era estabelecido pela falta absoluta de certos gêneros, imprescindíveis ali. Sem medicamentos e fazendas ainda é possível trabalhar, mas sem estivas...

IV — O seringueiro é o caboclo anfíbio, imerso nas devastações anofelinas e nas cirroses alcoólicas, rico de filhos opilados, hereditariamente paupérrimo na contextura orgânica indigente nos descortinos intelectuais e morais; é o índio regenerado, por muitos motivos ainda erradio no esforço de produzir, mais dado às caçurnas e festanças,

porisso mesmo aproveitavel apenas em metades de safra gomífera, conforme constatei; finalmente é o imigrante, sobre quem recairam os pobres objetivos destas linhas.

Já me era algo familiar, pelo estudo, aquele tipo de corrente migratória expontânea, heroica, que deixamos detraz de nós. Embora assim sucedendo, até então nenhum interesse me impelira para a observação e a análise complementar dos povoadores que estão chegando agora, neste ciclo oficial também heroico, fosse em busca de seu perfil social e psíquico, suas atitudes e paixões, como das resistências porventura encontradas no espaço geográfico e humano sobre o qual todo esse complexo vai incidir. É verdade que tempos antes, com um amigo, imaginara os aplausos com que me cercariam umas páginas, se as escrevesse com arte e sob interpretação direta, derredor do fenômeno emotivamente nordestino de criminalidade e cangaceirismo, transmigrado para as barrancas amazônicas no corpo maltrapilho do soldado da borracha. Mas eram simples planos.

Viajando, a coincidência me aliou ao fato antigamente nada simpático. Entre Manaus e Coarí fui companheiro de cincoenta imigrantes. Mais tarde, de São Paulo de Olivença até Benjamin Constant, conviveram comigo cento e cincoenta. Esse último comboio, aliás, me serviu de campo magnífico para observação e aprendizagem. Os arigós que o integravam procediam dos mais variados pontos do sul, centro e norte do paiz. Notei-os de todas as classes e tendências profissionais. Estava ali o camelô, com aquela laranja nas mãos, matando saudades: não estou vendendo. O cavalheiro, se não quizer pagar, dá apenas uma gratificação. Quem vai querer? Outro era o genuino cantor de rádio. Cantava bem e os dias todos, melodiosamente, com o ritmo, a morbidez e a arte que qualificam o seresteiro do morro. Não cansei de os ouvir, a ele e aos restantes comparsas do conjunto. Ainda um, metropolitano da gema, padecia o motejo dos companheiros em virtude das suas maneiras amalandradas, talvez só exteriores, porque no íntimo

presentia-se-lhe alguma coisa de superior e obstinada como a própria aventura em que a Amazônia o agarrara. Proseava o carioca: eu só vim conhecer o Brasil. Nunca tirei leite de vaca, quanto mais de pau... Dartagnan Gonçalves, outro, solicitou-me escrevesse para o Rio de Janeiro, a sua irmã, dando notícias de seu estado de saúde, de como o vira, do lugar para onde caminhava em seu esforço de servir à nação. Rematou assim: doutor, não se esqueça de lhe dizer que eu estou satisfeito.

Satisfeito pareciam ir todos, ao menos persistentes no ideal que os empurrava para estes mundos tão distantes. Viajavam alegres, saltando nos portos de lenha, pedindo esclarecimentos aqui e ali a respeito dos processos de identificação com a terra, observando e aprendendo, sem sentir, as razões da nossa existência desigual. Em certo pedaço, o navio corria rente às margens. Defrontávamos uma barraca miserável, trôpega, montada em espeques que a defendem das inundações. Ao redor tudo mata. Nem o costumeiro bananal, nem roça, qualquer plantação, o girau de peixe, nada. De cócoras, na beira, um caboclo pálido, pobre arranjo de enfermiço e imbeciloide. Um arigó analisou o quadro, num tiro de vista, e teve esta: olá, papa-agua. Mal advinhava ele que naquela situação de pária tantos e tantos se agacham e atolam, nativos mas também alienígenas, subjugados pela paisagem portentosa e sobretudo pelas cruezas de um meio-social em falência, desnutrido da proteção dos governos, simples paraíso de folk-lore pitiú de bôtos e boiunas.

Uns vinte e cinco arigós adoeceram a bordo. Queriam remédios, mas como? O comboio não trazia ambulância, aliás por erro imperdoável. Não se deixa assim às tontas cento e cincoenta patrícios, soldados de uma guerra diferente, que às mais das vezes para cá vieram mirando servir a seu paiz, para o que desfizeram um lar, separaram-se de filhos e esposa, de um pai ou mãe que os adora e reza pelo seu regresso. Comprei um medicamento e servi um dos doentes. Outros passageiros, antes de mim, haviam feito o mesmo. Continuávamos sem compreender o

motivo de faltar uma ambulância que servisse àqueles homens, principalmente porque alguns, à saída de Manaus, já estavam acamados, vale dizer, mereciam um certo desvelo profilático e medicamentoso, sinão pelas forças de seu contrato de trabalho, ao menos por um imperativo fraternal e humano. Contou-me um, febreento ha doze dias, que lhe puzeram fora do hospital da Ponta Pelada, diretamente para bordo. Esse tambem ia entregue à sorte. Pois lógico, ele não era melhor do que os outros...

Adalberto Ferreira era o cronista do comboio que ficou em Coarí. Antônio Monteiro Alves escrevia o romance coletivo do grupo maior, talvez já espalhado, a estas horas, pelos seringais seivosos do Javari. Li as páginas de ambos, bem cuidadas, mais valiosas porque não as traçara nenhum estilista à moda euclidiana. Enxerguei-as rústicas, mas expontâneas e verídicas. Resumiam alguns meses de abnegação, heroísmo, miséria, muita miséria e padecimento.

A maioria do comboio constituira-se de cearenses, paraibanos, piauienses, nordestinos em suma, hereditariamente assenhoreados daquelas formas sócio-econômicas da criação e do plantio, a ética predisposta à mística e ao fanatismo, o carater de agressividade e gangaço. Calculo a nítida alteração de atitudes de características de cultura que as terras do Javari devem lhes estar impondo. Eram sedentários e vão precisar ser nômade. Ao invés de manter seu anterior estado cultural, suas tradições patriarcais, substituem-nas, ante a lei irrefragavel da nossa geografia física ainda primária. Assimilam moradas, comidas, remédios populares. Afagam-se nas beatitudes e abusões do mato e do rio. Perdem os seus atributos de outrora. Aquela renúncia em tudo, que nós enxergamos no caboclo à flor da pele, tomará posição de vanguarda sobre os seus ares de vida individual e coletiva. Uns resistem a esse movimentado fenômeno de adaptação. Outros, de quem os santos se compadecem, baqueiam perante o impaludismo, as verminoses, o beri-beri, a tuberculose. Inscrevem-se, por uma cruz tosca afinçada

nos barrancos, no contingente grave dos que enlutam este novo ciclo de bandeirismo amazônico.

Muitos desses companheiros de viagem só chegarão a ter, no presente fábrico, atividades de preparo dos seringais, cujo estado, pela ausência prolongada de aproveitamento, ainda não oferece trabalho rendoso. As perspectivas que derredor se lhes abrem, todavia, são incomputáveis. Não só o rio histórico e sentimental, mas também o Ituí, o Itecoai, o Curuçá, o Jaquirana e o Pardo, sejam em suas terras de margem ou de centro, elegeram se, ha longo tempo, habitats privilegiados da goma elástica. Outrora tiveram um periodo de fausto. Depois dormiram. Daí em diante ninguem mais os olhava com interesse. Chegaram agora os arigós, sujos, aos montes, cuspindo e praguejando, mas bravos e rígidos. Vão ali extrair o latex que o Brasil lhes pediu, à custa de pungentes, inexcedíveis sacrificios... noutras agoniosas páginas que Dostoiewsky soberbamente traçaria hoje, se não o comessem vivo.



NOTAS

CAPÍTULO I

- 1) "Geografia de la História", Madrid, 1928.

CAPÍTULO II

- 1) "Y tambien porque este Rio va á dar al Piru, y se tiene que es todo navegable, que lo sea trecientas y tantas leguas, se save de personas que ya lo navegaron, y podra el enemigo irlo conquistando y poblando, y llegar al Piru y molestarnos a todos, lo qual se puede atajar en estos principios com bien poca cosa". Manoel de Souza d'Eça, em "Documentos para a Conquista e Colonisação da Costa Leste-Oeste". Rio, 1905.
- 2) "Documentos" cit.
- 3) Arthur Cezar Ferreira Reis, "A Política de Portugal no Vale Amazônico", Belem, 1940.
- 4) Holandeses aprisionados nas fortalezas de Nassau e Maturú confessaram que ali carregavam de doze a quinze navios em cada ano.
- 5) Tenho achado quem entenda que as entradas abriram caminhos mas não alteraram o Brasil tal qual ele nos havia sido traçado por Tordezilhas. E que a deslocação de fronteiras foi pura obra de bandeirantes. Parece-me sem razão essa teoria, se olharmos os termos entradistas e bandeirante na sua acepção mais generalizada, mais certa, como processos de movimento de população, oficial e não oficial, espontâneo ou não. Na Amazônia, quem alterou a fisionomia internacional do domínio português não foi o bandeirante. Foi o entradista. Os nossos bandeirantes eram extremamente móveis. Quasi nunca se fixavam às terras transitadas. Colhiam as drogas, apresavam

os índios e recolhiam-se às cidades ou vilas. Tudo faziam por si, não pelo Estado. Os entradistas, não. Movia-os a mesma força econômica do movimento espontâneo, mas com os devidos prolongamentos políticos. Em seu rasto ficava sempre um marco de posse ou de limite, uma fortaleza explicando que a conquista estava pronta. Algumas vezes até roteiravam o que viam. Entre o bandeirante, que passava pelos pontos mais extremos do território, mas que apenas passava, e o entradista, que deixava a terra ocupada, qual dos dois terá produzido o deslocamento de fronteiras?

- 6) Ver minha tese sobre “Formação Econômica do Amazonas”, publicada nos Anais do II Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, volume II, onde estudo com algum desenvolvimento a questão dos deslocamentos de fronteiras, olhando-os em seus motivos econômicos.

CAPÍTULO III

- 1) Documento publ. por Melo Moraes em sua “História dos Jesuitas”, tomo I, Rio, 1872.
- 2) Correspondência de D. Francisco de Souza Coutinho com a Metrópole. Em “A Política de Portugal no Vale Amazônico”, ob. cit.
- 3) Na Amazônia, tão grande era a deshonra para aqueles que trabalhavam em ofícios que em 1731, quando hum homem que foi ferreiro público e ainda tem em sua casa tenda aberta tentou entrar para a Companhia de Ordenanças, o protesto foi geral e chegou até as mãos do Rei. Ver Anais da Bibl. e Arq. Publico do Pará, tomo III.
- 4) Publ. por Melo Moraes em “Corografia Histórica”, tomo I, Rio, s/ data.

- 5) Carta de Mendonça Furtado para a Metrópole, datada de 21 de Fevereiro de 1759, publicada nos Anais da Bibl. e Arq. do Pará, tomo VIII.
- 6) “Viagens e visitas ao sertão em o bispado do Grão-Pará”, em 1763. Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, tomo IX.
- 7) “Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas”, Vol. III.

CAPÍTULO IV

- 1) “Cartas de Padre Antonio Vieira”, edição anot. e coment. por João Lucio. Coimbra, 1925.
- 2) “Casa Grande & Senzala”, Rio, 1938.
- 3) Arthur Cezar Ferreira Reis, ob. cit.
- 4) Rodrigo Otavio, “Les sauvages américains devant le droit”, pub. em “Recueil des Cours”, tomo XXX, Havana, 1930.
- 5) Antonio Sergio, “O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares”, Porto, 1913. Sergio Buarque de Holanda, “Raizes do Brasil”, Rio, 1936.
- 6) Gilberto Ozorio de Andrade, em “Um complexo antropogeográfico”, Recife, 1941.
- 7) Ob. cit.
- 8) Vêr Lucio Mendieta y Nunez, em “La economia del indio”, Mexico, 1932.
- 9) Ob. cit.
- 10) Wallace, “Viagens pelo Amazonas e Rio Negro”, São Paulo, 1939.
- 11) “O Vale do Amazonas”, São Paulo, 1939.
- 12) Wallace, ob. cit.

CAPÍTULO V

- 1) “Evolução do povo brasileiro”, São Paulo, 1938.
- 2) Abgvar Bastos, prefaciando “A conquista do deserto ocidental”, retratou esplendidamente essa transição

de cultura que o nordestino sofreu no Acre.

- 3) "Terra Imatura", Rio, 1933.
- 4) Veiga Simões, "Daquem e Dalem Mar", Manaus, 1916.
- 5) "Populações indígenas e mestiças da Amazonia", em "Cenas da vida amazonica", Lisbôa, 1886.
- 6) "O Muirakitan", Rio, 1898.
- 7) Gilberto Freire, ob. cit.
- 8) Idem, idem.
- 9) Agnelo Bittencourt, "Antropogeografia da Amazônia", em Rev. do Inst. Geog. e Hist. do Amazonas, tomo IV.
- 10) Passou-se o fato que relato em São José do Amatari, ha cerca de três anos atraz. Tambem contou-me um professor público, Sr. Protazio Silva, que por uns quinze anos exerceu a sua profissão em várias cidades do nosso interior, alguns outros fatos idênticos, por ele presenciados, dizendo respeito ao pendor musical dos caboclos, muitos dos quais não são apenas tocadores, mas até inteligentes compositores.
- 11) Entre nós o professor João Leda se fez figura principal, com o seu último livro "A chimera da lingua brasileira", editado em Manaus, 1939.
- 12) "Relações da lingua portugueza com a literatura brasileira". Niteroi, 1936.
- 13) Alfredo da Mata, não ha muito, deu publicada a magnifica "Contribuição ao estudo do vocabulário amazonense", na Rev. do Inst. Gego. e Hist. do Amazonas, tomo VI, onde anota uns 4.000 vocábulos, a maioria corruptela do indígena, hoje integrando a pauta lingúistica da região.
- 14) Abguar Bastos, prefácio ao livro "A conquista do deserto ocidental", de Craveiro Costa, São Paulo, 1940.
- 15) Ob. cit.

CAPÍTULO VI

- 1) “A função sócio-econômica e o destino continental do Rio Amazonas”, Conferência, Rio, 1942.
- 2) “Introdução à geografia das comunicações brasileiras”, Rio, 1940.

CAPÍTULO VII

- 1) Raymundo Morais, “Na planície amazônica”, Manaus, 1929.
- 2) Victor Pinedo, “Colonización y geografia médica loreтана”, Iquitos, Perú, 1940.
- 3) Matias Lozada, “Leyendas amazonicas”, Lima, Perú, 1942.

CAPÍTULO VIII

- 1) Nunes Pereira, “A indústria pastoril no Amazonas”, em “Diário Oficial”, Manaus, ed. comemorativa do I Centenário da Independência do Brasil.

INDICE

INDICE

Como explicação	5
Explicação da história pela geografia. O homem e a paisagem	7
Conquista da terra e expansão de fronteiras	15
Cidade e interlândia. Zoneamento de povoadores	27
Miscejenação e aculturação. O contingente indígena	45
Áreas de socialização e de cultura	75
Vocação fluvial do caboclo. Mariscadores e canoeiros	83
Currais, marombas e vaqueiros	91
O sentido tradicional da economia e do trabalho	104
Seringueiros	111
Notas	127



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 · 2018



AMAZONAS
CULTURA DE
VALOR

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

